

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
LI

Rio de Janeiro, GB — Mai/Jun de 1965

Número
601

SUMÁRIO

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 1.000,
(Desconto em fólio autorizado, mensal: Cr\$ 200).

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

Exterior Cr\$ 4.000.

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 200.
Atrasado Cr\$ 250.

ENDERECO

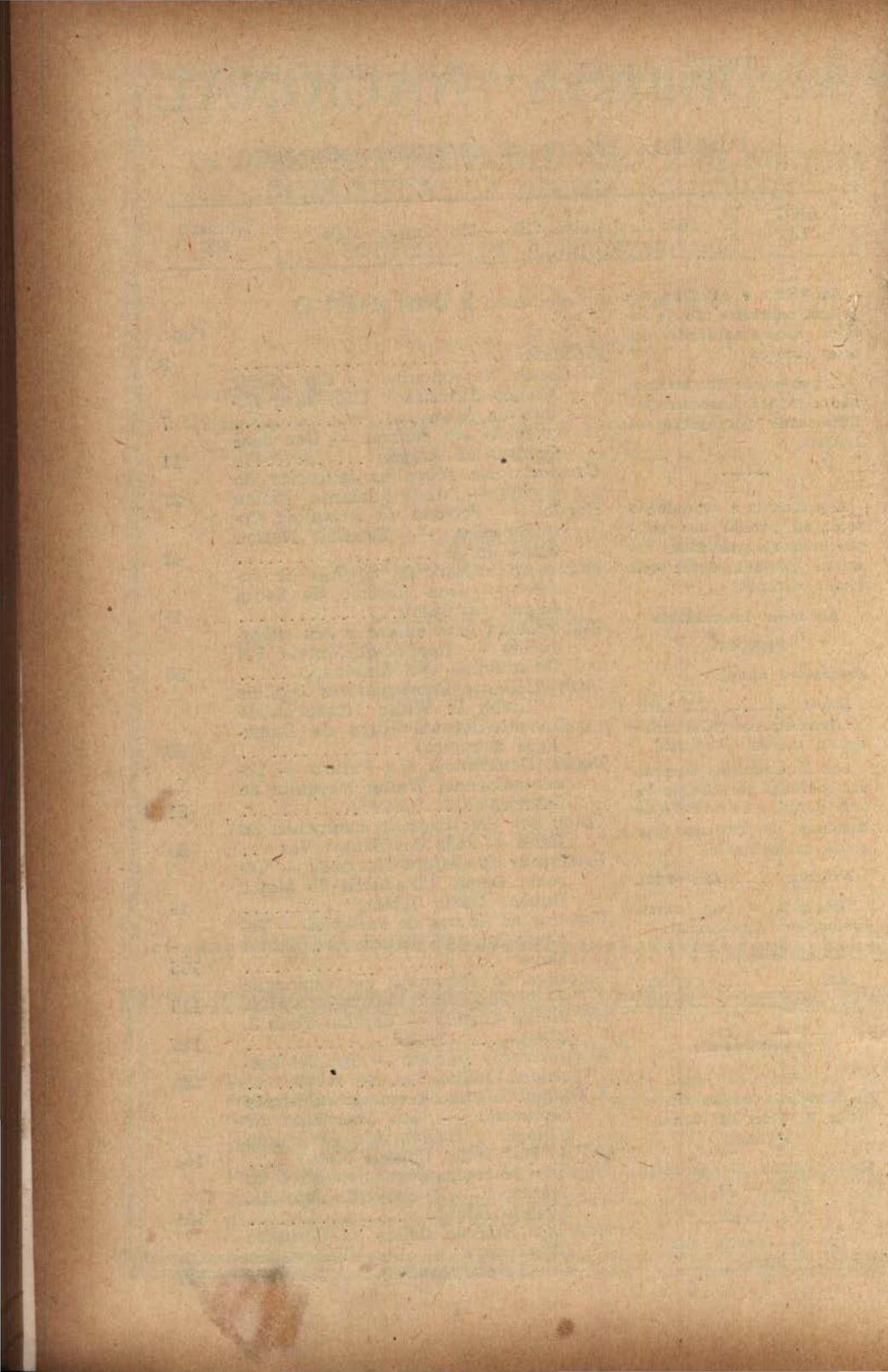
Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

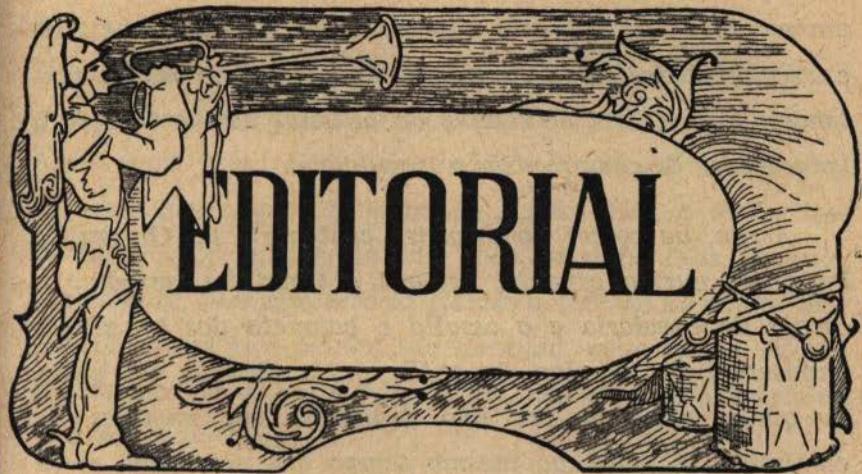
Caixa Postal: 17 (do MG)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

	Págs.
Editorial	3
O Cavalo de concurso — Gen Altair Franco Ferreira e Cap Oscar Sotero da Silva	7
A revolução em marcha — Gen José Campos de Aragão	11
Considerações sobre as hidrovias do Brasil — Gen Adalardo Fialho Rondon — Patrono da Arma de Comunicações — Ten-Cel Nelson Souto Jorge	27
Franceses novamente no Rio de Janeiro — Gen Antônio de Souza Júnior	41
Não rebaixe nem enleve o seu subordinado — Capitão-de-Corveta FN Claus Romo von Glasenapp	47
Introdução aos Computadores Digitais — Glenn L. White (tradução do Tenente-Coronel Hugo da Gama-Rosa Sucupira)	55
Poder, Democracia e o Futuro — Tenente-Coronel Walter Mesquita de Siqueira	65
Clube dos Veteranos da Campanha na Itália — João dos Santos Vaz	81
Estruturas de Defesa Nacional — Coronel Degas (Tradução do Major Rubens Mário Jobim)	85
Cariocas na Guerra do Paraguai — Tenente-Coronel Walter dos Santos Meyer	93
Emprégo da fotografia em campanha — 2º Ten Sylvio Fernandes Castro	105
Em Monte Castelo — Capitão Yedo J. Blauth	115
A informação Pública — Ten-Cel Serzedelo Coelho	119
A Guerrilha como arma de subversão comunista — Gen José Diaz de Villegas y Bustamante (Tradução do Maj Jonas Correia Neto)	125
O grupo de combate na ofensiva e na defensiva — 3º Sargento Adolpho Avoglio Hecht	141
Marechal Estêvão Leitão de Carvalho (Memórias) — Gen Felicíssimo de Azevedo Aveline	151
	167





EDITORIAL

O número 100 tem personalidade definida nas ciências matemáticas, mas também se enquadra entre aquelas coisas de que não sabemos bem o porquê de exercer, entre os homens, uma atração especial, uma atração venerável, um sentido irresistível de catalogação da vida. Quando falamos em século, é como se estivéssemos revelando um mito, é como se fôssemos desvendar um segredo circunscrito de aura de mistério, é como se profanássemos um escrínio, onde sagradas relíquias estivessem guardadas. Em verdade, o século é tudo isso e muito mais, pois assinala também o teto da vida humana, além do qual poucos têm ultrapassado. Eis porque o século evoca ternura, veneração, bondade e humildade, sugerindo a figura do ancião que conheceu o bom e o mau, que trilhou pela estrada agreste da civilização e que, com o olhar voltado para o além, já se despojou das alegrias e tristezas da vida e mantém a serenidade e a candura dos justos.

Quando alguém, alguma coisa ou algum fato completa um século, o respeito pelo passado adquire novas dimensões e colorido, todos se curvam, em silêncio, ante o marco centenário e penetram no templo da bondade com o coração a transbordar de compreensão e humildade.

Assim, ao correr do primeiro centenário da Guerra do Paraguai, guerra cruenta, em que o troar dos canhões, as cargas de cavalaria e o assalto a baioneta dos brasileiros impuseram ao inimigo de então preço elevado em vidas, as quais poderiam ter sido dedicadas aos misteres da civilização, é lícito, ao mesmo tempo que rendemos nossa justa homenagem, indiscriminadamente, à bravura dos que tombaram nos campos de batalha, submeter à meditação o célebre dilema — Paz ou Guerra — e a idéia de como os povos podem se beneficiar das armas superiores do homem para o progresso social, pois que a arquitetura da humanidade tem suas bases assentadas na inteligência construtiva e não nas falanges da destruição.

Entramos numa guerra da qual não fomos beneficiários, mas únicamente em defesa de nossa soberania ferida. Tínhamos como galardões, entre outros, a independência do Uruguai, cujo acatamento e respeito foi um testemunho de nossa grandeza e a campanha contra Oribe e Rosas de cuja vitória sómente se beneficiaram os povos irmãos platinos. Éramos, como somos, povo pacífico, sob monarquia paternal e compreensiva para com os vizinhos. Contudo, a incompreensão de alguns, talvez sob influxo de designios não assentados em bases reais, levou-nos a uma guerra não desejada, mas da qual não recuamos, como jamais recuaremos contra

quem ousar ferir aquilo que integra a substância de nossa Pátria. A epopéia de Dourados, a Retirada de Laguna, a Rendição de Uruguaiana, Passo da Pátria, Riachuelo, Tuiuti, a Desembrada de Caxias e a Campanha das Cordilheiras enriqueceram nossa História, pois são cânticos à bravura de de nossa gente, odes ao poder da Nação, marcos indicativos de nosso valor militar. Antônio João, Marcílio Dias, Barroso, Tamandaré, Sampaio, Osório, Caxias e dezenas de outros brasileiros constituem patrimônio nacional, generais da vitória, parâmetros da dignidade brasileira, símbolos do exemplo de bem servir ao Brasil.

Ao completar um século do início dessa luta, quis a providência divina que não entoássemos sómente nossos cânticos guerreiros aos heróis nacionais pelos seus feitos que engran-deceram nossa Pátria; que não ficássemos sómente numa repetição de fatos e vultos de nossa história, como emulação pa-ra o fortalecimento da mocidade com base nos exemplos do passado; mas que, com compreensão e humildade, alguma coisa de positivo e real fôsse realizada que testemunhasse a grandeza de nosso povo, o respeito e admiração pela Nação com que travamos duelo no passado, e constituisse um elo de sólida amizade, de concórdia e de paz continental.

Assim, a "Ponte da Amizade", recentemente inaugurada, ligando nosso País ao Paraguai, concretiza objetivo pan-ame-ricanista de longo alcance e serve de exemplo a outros povos de como se pode ser grande na paz.

A Defesa Nacional, ao associar-se com orgulho às come-morações do primeiro centenário de nossa participação na

Guerra do Paraguai, rendendo a justa homenagem a seus heróis, que cobriram de glória nosso País, se permite o direito de enaltecer também o sentido construtivo da "Ponte da Amizade" que, sem dúvida, por sofrer os influxos e inspiração nas qualidades superiores do homem brasileiro, concorrerá de modo efetivo para a promoção da paz e segurança da família continental.



O CAVALO DE CONCURSO

Gen ALTAIR FRANCO FERREIRA, DGRV
Cap QOE OSCAR SOTERO DA SILVA

Nunca será demais relembrar que, nos estudos e planejamentos de reestruturação do Exército Nacional, surge sempre, inevitável e irrefragavelmente, a necessidade da sobrevivência de elementos hipomóveis, na constituição das forças terrestres nacionais, e daí constituir problema inequívoco de defesa nacional a eqüinocultura brasileira.

A Diretoria Geral de Remonta e Veterinária vem constatando, de anos para cá, um certo decréscimo no rebanho e, sobretudo, um relativo descaso na renovação dos plantéis cavalares, preferindo os fazendeiros empregar sua pecúnia na criação bovina, tendo em vista o alto preço a que vem atingindo a rez, de criação empírica e muito menos onerosa que a do cavalo, o qual, para encontrar mercado, tem de satisfazer a exigências do tipo e de porte, sómente conseguidas à força de seleções sanguíneas e utilização de pastagens em campos de alto teor cálcico.

O cavalo militar, devendo transportar por longos e longos percursos, nos mais variados terrenos, não só o seu cavaleiro, como a sela, o equipamento e o armamento, num conjunto médio de 120 kg, precisa necessariamente satisfazer a exigências de tipo e de porte, além de ser rústico e sóbrio. Tais exigências não são, em geral, encontradas no puro sangue inglês, raça demasiadamente sensível aos cuidados de estrebaria, mas é inegável o valor que pode atingir o mestiço oriundo de boa corrente sanguínea, sobretudo quando esta vier de garanhões selecionados nos tipos quadrados dos "hunters".

O cavalo de concurso, animal de representação, sobre o qual pode muitas vezes recair a responsabilidade do sucesso de uma equipe militar ou civil de um país, também deve satisfazer determinados padrões de força e energia capazes de assegurar o êxito do trabalho de sua preparação.

A Diretoria Geral de Remonta e Veterinária, atualmente fortemente empenhada na solução do cavalo nacional, militar e de esporte, porque muito se assemelham, entendeu, na oportunidade da ida de oficiais ao estrangeiro para participarem de certames hípicos, de encarregá-los de algumas observações sobre os tipos de animais participantes, regime de tratamento e outras questões atinentes, formulando quesitos a serem respondidos, como adiante se vê:

QUESITOS — a que deverá responder o Sr. Cap. QOE (Remonta) Oscar Sotero da Silva, designado para observar, nas provas internacionais de New York, Harrisburg e Toronto, os problemas de criação e adestramento dos cavalos de salto ali apresentados.

- 1 — Quantas e quais as nações representadas no certame?
- 2 — Qual o tipo de cavalo dominante nas competições?

- 3 — Qual a incidência do PSI nas diversas provas?
- 4 — Há presença de alguma raça de saltadores especializados?
— Caso positivo, qual o histórico genético da mesma?
- 5 — Como são forrageados os animais de salto das equipes? Pesquisar a natureza e valor quantitativo dos grãos e forrageiras.
- 6 — Como são assistidos, pelos veterinários das equipes, os animais concorrentes?
- 7 — Qual o preço corrente de um cavalo adestrado nos diversos centros visitados pela equipe brasileira? Dizê-lo, inclusive, em comparação com o preço de automóveis.
- 8 — Qual a impressão causada pelos animais brasileiros?
- 9 — Visitando fazendas de criação, haras ou simples escolas de equitação, qual o regime de criação que observou, ou de que teve notícia?
- 10 — Qual o valor das pastagens nos EE UU ou no Canadá? Que forrageiras disputam a preferência? Como se processa a fegagem e a estocagem da forragem para os longos períodos hibernais?

R E S P O S T A S

I — Em cumprimento à determinação do anexo, apresento a V. Ex., na forma de resposta aos quesitos formulados, o resultado das minhas observações durante o Concurso Hipico Internacional Oficial de Harrisburg e New York, EE UU, e Toronto, Canadá:

- 1 — Cinco foram os países a se fazerem representar nos concursos internacionais realizados entre 17 de outubro e 21 de novembro, nas cidades de Harrisburg e New York, EE UU, e Toronto, Canadá, a saber: Estados Unidos da América do Norte, Canadá, México, Argentina e Brasil.
- 2 — A maioria dos cavalos, que participaram desse certame hípico, eram do tipo puro sangue inglês e irlandês.
- 3 — A incidência do puro sangue inglês acentua-se cada vez mais. Com exceção da maioria dos cavalos das equipes Argentina e Brasileira, os demais eram puro sangue inglês. O tipo do puro sangue inglês, usado para as provas de salto, é entretanto, mais pesado, mais grosso e bem mais reforçado do que o tipo médio utilizado em corridas. O puro sangue inglês é um tipo de animal nobre e de grande agilidade, porém sua extrema sensibilidade exige maiores cuidados em seu trato e em sua preparação para evitar reações que mais tarde, poderão tornar-se difíceis problemas. Os resultados apresentados por esse tipo de cavalo e a precocidade desses resultados, entretanto, compensam plenamente quaisquer dificuldades. Na própria equipe brasileira verificou-se a predominância do fator — os animais que melhor se apresentaram

foram, exatamente, os que mais se aproximavam do puro sangue, a saber, Mr Jim, montada do Sr. Gianni Franco Samaya, Predileto, montada do Sr. Carlos Alberto dos Santos, e Ibañez, minha montada. Os dois primeiros tratava-se de animais de alta mestiçagem e o último é um puro sangue inglês adquirido pela Diretoria Geral de Remonta e Veterinária para representação do Exército.

4 — Na Europa, predominam o "irlandês" e o "hunter", que nada mais são do que um tipo de puro sangue inglês, definido e firmado durante gerações e mais do que provado em percursos dificílimos de caçadas, steeple-chase e outras competições de grande envergadura. A agilidade, o espírito de luta e a resistência demonstradas por esse tipo de cavalo granjearam-lhe renome universal. Na América do Norte, no Canadá e no México, observa-se a tendência para adotar, para o salto, quase exclusivamente, esse tipo de cavalo.

A Argentina segue-lhe as pegadas. Há vários anos vem sendo formado um tipo de cavalo, através o cruzamento com o puro sangue inglês. Esse tipo já está definido e constitui, atualmente quase uma raça devido às suas características. São animais de mestiçagem superior a 7/8 de sangue inglês, reforçados através de cruzamentos com o normando e outras raças.

O Uruguai, da mesma maneira, procura formar um tipo de cavalo e a excelência dos resultados obtidos já pode ser por nós verificada. Da mesma maneira que em outras partes, a base também foi o cruzamento cada vez maior com o puro sangue inglês.

No próprio meio hípico nacional, este fator tem demonstrado sua importância. Haja vista os exemplos de Pirro, Biobelot e Biguá, de alta mestiçagem, de Selvático e Travessura, puros sangue e, mais recente, do próprio Ibañez.

5 — Os animais de salto recebem uma forragem diária de 6 quilos de aveia, 6 quilos de alfafa, 2 quilos de cenoura e 4 quilos de uma ração composta de 30% de milho, 30% de aveia e 40% de melaço. A altura média de um cavalo de salto, que participa de certames internacionais, é de 1,68m. Há, entretanto, animais, dentre os que participaram do certame a que comparecemos, de porte bem maior. Para esse, a forragem fornecida é aumentada de cerca de 20%. Fui informado que não utilizam o milho puro como forragem por considerarem seu valor nutritivo inferior ao da aveia e por considerá-lo um alimento de excessivo teor calórico, capaz de provocar fermentações e cólicas.

6 — Cada equipe internacional tem seu médico veterinário fixo além de seu enfermeiro veterinário e seu mestre ferrador.

São elementos que, há longos anos, lidam com os animais das equipes e os conhecem como verdadeiros "médicos da família". São feitos exames diários em todos os animais da equipe e o veterinário dispõe de todo o material necessário para o bom atendimento, inclusive material cirúrgico para intervenções de urgência.

- 7 — Não existe preço corrente para um cavalo de salto. Foram feito negócios que variavam entre cinco mil e quarenta mil dólares, dependendo, naturalmente, das qualidades e aptidões do animal e das possibilidades do comprador e do vendedor. Pelo que pudemos observar, um bom animal de salto não tem preço fixo. Para responder à última parte do quesito, podemos dizer que seu valor é, normalmente, superior ao de um automóvel, último modelo.
- 8 — Os animais brasileiros que se apresentaram, eram pequenos em relação aos das demais equipes. Devido às dificuldades surgidas durante o transporte desses animais, a equipe brasileira não teve tempo suficiente para trabalhá-los antes do início das competições. Depois de uma viagem de duração superior a um mês, estavam fora de forma técnica e não puderam demonstrar suas reais possibilidades. Assim mesmo, conseguiram obter várias classificações bastante honrosas.
- 9 — Prejudicada em virtude de ter sido impossível fazer quaisquer visitas fora dos programas de trabalho, apresentações públicas e atividades sociais previstas pelas comissões organizadoras das competições.
- 10 — As pastagens nos Estados Unidos da América do Norte e no Canadá são muito mais ricas que as nossas. Dessa forma, os animais apresentam muito melhor desenvolvimento físico e muito melhor calcificação. Não pudemos, infelizmente, verificar quais as forrageiras que são preferidas, bem como os processos de fenagem utilizados. Para a estocagem de cereais, particularmente para os períodos de inverno, são utilizados grandes silos.
- 11 — Acreditando ter dado resposta aos quesitos formulados, tomo, entretanto, como cavaleiro, a liberdade de apresentar uma sugestão que, acredito, só poderá beneficiar o esporte hípico brasileiro. Pelo que tenho podido observar, não só agora como em excursões anteriores, o que nos falta é uma verdadeira organização hípica, quer dizer, seleção de cavaleiros e cavalos constante, concentração e treinamento permanente e sob uma orientação única, ou, em outras palavras, formação de uma equipe hípica brasileira em moldes semelhantes aos do "United States Equestrian Team". Acredito que, em tais condições, poderíamos aspirar a resultados de real projeção no cenário hípico internacional.

A REVOLUÇÃO EM MARCHA

Gen JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO

Conferência proferida na Faculdade de Filosofia — Universidade de Santa Maria — Rio Grande do Sul — Sessão Solene de encerramento das Comemorações do 1º aniversário da Revolução.

CONCEITUAÇÃO E ANTECEDENTES

A formação histórica de uma Nação é algo mais complexo do que normalmente supomos.

Quando os sociólogos afirmam que só a maturidade possibilita conquistas do espírito e conquistas materiais que alicerçam uma civilização, temos de aceitar que para a nossa Pátria os séculos de existência não nos autorizam a asseverar que somos povos encanecidos, e cuja civilização já se tenha cristalizado e se esteado numa filosofia definitiva de vida.

Não.

Que são os nossos 500 anos comparados aos milênios dos povos do velho mundo e da Ásia?

Apenas a constatação positiva de que integramos uma nação jovem e, portanto, em plena evolução, na busca das realizações morais e materiais que certamente influenciados pela pujança de nossa base física hão de, queiram ou não os célicos, levar-nos, num futuro próximo, ao lugar de destaque superior a que estão predestinadas as grandes Pátrias.

Somos, Senhores, nos trópicos, a única afirmação de povos que — embora sacudidos constantemente, por fenômenos sociais, os mais contraditórios possíveis — continua, quando dêles saímos, mais robustecida na consciência de brasiliade eterna.

E este fenômeno psico-social de tão grande relevância, isto é, a coesão e, em consequência, o zélo pela intangibilidade de nossa integridade territorial, tem sido não só motivo para tornar o mundo perplexo, como mesmo para justificar o porquê da nossa determinação histórica, resistindo aos mais duros embates de um século tão tumultuado.

Assim, aceitamos e compreendemos os acontecimentos que culminaram nas jornadas decisivas de março de 1964.

Dir-se-á, portanto, uma fatalidade histórica, no processamento político e social de nossa formação.

A história dos povos não é uma contingência planejada à base de raciocínio matemático ou dialético. Ela resulta dos mais complexos fatores que condicionam a humanidade como um todo. E se assim era no passado, muito mais isso se consubstanciou no presente, quando as conquistas científicas e tecnológicas devassam o outrora impenetrável cosmos; quando o rádio e o radar tudo aproximam; quando o avião anula distâncias; quando a psicanálise sonda as sutilezas da alma humana e, quando, finalmente, a matéria pode ser desintegrada transformando-se em energia, criando dêsse modo, a nova era: a era do ATOMO.

Neste mundo cada vez mais interligado em que vivemos, os aspectos ideológicos das doutrinas políticas em aperfeiçoamento tinham que, quase de forma inexorável, criar o conflito que ora assistimos entre o mais elevado dos regimes, isto é, o democrático e o mais ferrenho e escravocrata dêles, o comunismo.

Escravizar o homem ao Estado não pode ser uma forma superior de evolução. É, ao contrário, a retrogradação incontestável. É a perda do mais sagrado e dos dignos direitos do Homem, a liberdade.

Aqui, meus Senhores, estamos, numa das mais expressivas manifestações democráticas, reunidos para comemorar a vitória da atual "Revolução em marcha".

Dizemos "Revolução em marcha" porque é esta a verdadeira conceituação que dela se deve ter. Só no dia em que as suas metas fundamentais forem atingidas é que, realmente, a Revolução poderá ser catalogada como um fato do passado.

* * *

Não é de mais, aqui, fazermos um retrospecto ou, melhor porque não dizer, um exame de consciência.

A crise dramática que nos adveio em face da surpreendente renúncia do Presidente Jânio Quadros foi, incontestavelmente, que nos provocou a comoção desesperadora em que nos debatemos durante os anos subsequentes do Governo do Presidente Goulart.

Embora uma elite esclarecida tenha, com evidente tino profético vaticinado, naquele momento, de que a continuação do Senhor Goulart no Governo, como Presidente, poderia levar a Nação a um estado caótico de desajuste e mesmo de desmoralização do regime, venceu, entretanto, a razão e o bom senso dos que reconheciam nêle a sobrevivência da legalidade e, portanto, o respeito incondicional à constituição.

Mais uma vez as Fôrças Armadas, e em particular o Exército Brasileiro, com elevada concepção de democracia, afirmavam de que cabe, realmente, ao elemento civil os encargos políticos do governo. Esta determinação civilística do Exército aparece como característica que enobrece os chefes do passado e que os do presente não poderiam jamais deslustrar.

Não é muito distante a posse do Presidente Vargas, após o movimento militar vitorioso de 1932. Quase todos aqui presentes viveram o momento em que o Ministro José Linhares foi levado à suprema função, após o golpe de estado que depôs o próprio Vargas. E mais ainda, até mesmo na hora difícil, da vitória da atual Revolução, em que as paixões dos chefes militares de cúpula podiam impor um homem de espada na mão para substituir o Sr. João Goulart, êles fizeram o contrário. Na coerência de um passado a zelar, apelaram para o substituto legal, isto é, o presidente da Câmara que, assim, possibilitou realmente ao povo — através dos seus representantes no Congresso — escolher aquêle que deveria assumir o poder nesta fase de transição.

O que as Fôrças Armadas sempre desejaram é que continuássemos na perseverança da fé no regime democrático e na legalidade. Que fosse dado ao país tranqüilidade, permitindo o prosseguimento no esforço construtivo. Que em tôdas as esferas de atividades dominasse a superior e imparcial inspiração do interesse público, e o exato cumprimento do dever de cada brasileiro. Que a independência e harmonia dos Três Poderes constitucionais da República fôsssem a garantia de um Brasil resoluto e inabalável, na crença e perenidade do seu destino cristão. Livre, em consequência, das exacerbações dos regimes totalitários e ateus.

Eis aí senhores, a síntese do pensamento militar brasileiro naquele momento crucial para a Nação, no desencadeamento da Revolução.

Mas a série de acontecimentos **a posteriori** vieram mostrar que o Governo do Sr. Goulart nascera malsinado e todo o seu decurso seria sob o influxo e tutela dos “maus-fados”.

Não havia ainda o regime Parlamentar ao menos tomado forma quando, muito cedo, aquêles que não se conformavam com a realidade da nova estruturação governamental começaram, com ondas de agitação e pressões de toda sorte, tentativa de retorno ao Presidencialismo.

Como Chefe do Estado-Maior da 1ª Região Militar pude sentir, de perto, a infiltração comunista se acentuando nos Sindicatos e outros órgãos de classe, como a UNE e, até mesmo perigosamente, no seio das nossas Fôrças Armadas.

Dando uma cobertura incompreensível a instituições espúrias e subversivas como o CGT, CNTI, etc., elementos integrantes do govér-

no foram forjando crises de tôda a sorte, apoiados por greves, e, que outra finalidade não tiveram senão pressionar o Congresso pelo terrorismo, quando da imposição de Primeiros-Ministros pelo Presidente Goulart.

Assim, aproveitando-se das situações de "suspense" em que era mantida, quase sempre a Nação, o Partido Comunista avassaladora-mente progredia, consubstanciando estágios da Guerra Revolucionária e com a qual esperava acabar empolgando o Poder.

Um dos mais graves fatos daqueles dias foi, a meu ver, que a União Nacional dos Estudantes, onde deveria militar o que de mais sagrado havia para a nossa Pátria: a juventude —, esperança radiosa do futuro — esta UNE se transformara, com a conivência de órgão de cúpula do Ministério da Educação, no mais perigoso dos redutos comunistas da Guanabara e em outros Estados da Federação.

Já, ao mesmo tempo, no Nordeste as figuras aventureiras de Julião e Arraes tentavam através de pregações doutrinárias, calcadas, como sempre, em falso nacionalismo, repetir a China de Mao Tse Tung, explorando de tôda a sorte os sentimentos puros do nordestino.

Seria enfadonho aqui, senhores, retratar em detalhes o que se passava com objetivos de corrupção e subversão, em quase todos os quadrantes de nossa terra.

Foi assim nesse clima confuso e revoltante para aqueles que continuavam acreditando no Brasil que, numa madrugada cinzenta, como uma bomba de efeito psicológico, explodiu no Rio o incompreensível telegrama do então Comandante do III Exército, General Jair, e cuja consequência foi, como todos nós o sabemos, o tiro de misericórdia no regime Parlamentar.

Depois de um plebiscito, em que mais uma vez o nosso generoso e estóico povo se portou com dignidade, houve a volta incontinenti do regime Presidencial.

Novamente, movida pelos mais elevados propósitos de bem servir a Pátria, as Fôrças Armadas passaram a dar ao Presidente Goulart um crédito de confiança fora do comum e, mais do que isso, a apoiá-lo incondicionalmente.

Mas, como acima afirmamos, os "Maus fados" existiam e êles continuaram a conspirar.

Em pouco tempo novas crises foram forjadas e nutritas por antagonismos internos e externos de tôda sorte. O desenvolvimento inflacionário faraônico — triste e dolorosa herança do governo passado — foi agravado pela demagogia doutrinária do comunismo e geram, ambos, uma política assalarial desastrosa, em que os sindicatos passam a ser manipulados por líderes notoriamente Comunistas e as reivindicações tornam-se exigências e, logo depois imposições ao governo.

Já o Instituto Superior de Estudos Brasileiros havia sido transformado no dinamo intelectual dos vermelhos na preparação de uma elite, em minoria é claro, mas que pela argucidez tinha empalmado o Ministério da Educação e Saúde.

Ao mesmo tempo, a Nação começou a assistir um drama mais comprometedor: a divisão das Forças Armadas. Dê um lado um punhado de carreiristas, com tendências a aceitar o caráter de guarda pretoriana do Presidente, de outro os "Gorilas". Isto é, aquêles que fiéis ao juramento sagrado à auriverde bandeira, jamais poderiam aceitar a sua troca pela flama rubra da foice e do martelo, ou uma possível implantação, desmoralizante, de ditadura em nossa terra.

E, como nuvens negras toldando todos os horizontes em prenúncio de borrasca, por toda parte havia, já, um sentimento de frustração nacional. Acentuava-se o desgovêrno, a corrupção, o despudor e tornava-se cada vez mais evidente a falta de preparo e, em consequência, de autoridade do governo.

Homens incapazes eram levados, às vezes, à cúpula dos Ministérios. Indivíduos de reputação duvidosa escolhidos para funções de responsabilidade, numa flagrante prática de filhotismo, ou apadrinhamento.

Tudo isso consubstanciou, senhores, o caos que possibilitou aos comunistas a desfraldarem a bandeira das Reformas ditas de base.

E, com esta nova e arrebatadora promessa, conseguiram, através de maus conselheiros, envolver e comprometer definitivamente o presidente. Maquiavélicas articulações passam a visar um novo estágio inicial, o da fundação de uma República Sindicalista, através de brechas que poderiam ser abertas na modificação da Constituição.

São textuais do Presidente Goulart as seguintes palavras: "As constituições devem ser tocadas e trocadas sempre pela vontade popular, pois elas valem na medida em que refletem o sentimento do povo".

Talvez a vaidade e o vislumbre de passar à história como o fundador de uma nova era da República, tenha contribuído para que ele, o Sr. Goulart, fizesse concessões absurdas, e, transigisse tanto com as classes sindicais.

Dêsse modo, os adeptos incondicionais do presidente e particularmente os verdadeiros comunistas — que sempre disfarçam suas segundas intenções — conseguiam iludir e mistificar massas ponderáveis de trabalhadores e, o mais grave ainda, grande parte da juventude acadêmica por todos os recantos do Brasil.

Eis aí, senhores, a situação verdadeiramente caótica em que atingimos março de 1964.

Muitos técnicos militares chegaram a nos classificar em plena 3ª fase de Guerra Revolucionária, naquele instante. Tínhamos, pois, atingido a avançada fase da "Cumplicidade do Silêncio", que procurava tornar cada vez menor o número dos que com desassombro e determinação ainda continuavam pensando na reconquista dos padrões de dignidade e de respeito aos propósitos democráticos.

De tudo isso, podemos concluir que a REVOLUÇÃO BRASILEIRA foi um ato do processo de aperfeiçoamento da Democracia em nossa terra, mas não é possível sofismar, foi antes de tudo, uma arrançada das camadas briosas de um povo que tinha de aniquilar o comunismo, ou, acovardado, entregar-se ao domínio do mesmo.

Não vejo — em que pese opinião de estudiosos — o porquê de não se interpretar o movimento de 31 de março como sendo uma estrondosa derrota da "Guerra Revolucionária", em pleno desenvolvimento em nosso país, que tendo atingido objetivos importantes de caráter estratégico, alardeava já, e de forma insólita, que nos encontrávamos apenas a um passo do comunismo.

Na conjuntura mundial, e em particular na sul-americana, a Revolução vitoriosa assume relêvo e incomum importância, pelo que de bem e de positivo trouxe para o Mundo Ocidental.

Não temos dúvida em dizer que seriam de consequências imprevisíveis para o Mundo, em especial para as Américas, a "Comunicação" no nosso território.

Articulado em Cuba e possibilitando a montagem de uma base comunista dentro de um país de proporções continentais, como o nosso, é difícil não se aceitar que bem precário seria o destino das democracias Ocidentais. Este resultado, de valor incontestável para muitas outras Pátrias, não pode ser subestimado.

Quem sabe mesmo se a comunização do Brasil não acarretaria uma guerra fratricida e de caráter internacional, já que a perda do Brasil para a área comunista seria o cerco total das democracias ditas incorruptíveis, isto é, os Estados Unidos e Canadá?

Estão aí, Senhores, algumas reflexões que nos asseguram a dizer que o feito de 31 de março é um destes acontecimentos que transcende à história Pátria. Nêle podem as gerações futuras encontrar a luz maravilhosa do estímulo, nos momentos difíceis, em que por circunstâncias incontroláveis, possa de novo encontrar-se o Brasil.

Para aqueles que, no dia como o de hoje, desejam se congratular com a entidade suprema, a Pátria, por ter sido salva de enorme catástrofe em perspectiva — como era a sua iminente comunização — não é possível, senhores, deixar-se de lado esta análise da monstruosa desordem vigente até 31 de março de 1964, que acabamos de fazer.

A REVOLUÇÃO Torna-se REALIDADE

Todo o período do mês de março foi assinalado por um crescente estado de intranqüilidade para o país. Os homens mais sensatos, e mesmo os que desejavam pacientemente, que o Sr. Goulart chegassem ao fim de seu desastrado governo, acabaram por se convencer que entre a legalidade crua e a legitimidade pura há um estágio de luta em que, por mais tolerante que seja o espírito, este acaba por convencer-se de que é na verdade a legitimidade o cerne da legalidade. Quando esta se desmanda e se torna atrabilíaria não há porque se insistir em relutar pela aceitação do "Direito de Necessidade" e, portanto, repudiar-se o legal indigno à legitimidade intocável.

Assim, tornou-se o Governo do Sr. João Goulart "legal" mas não legítimo, pela perda de equilíbrio moral e político — da "Política superior que remonta a Sócrates e Platão".

Sou testemunha e participei das primeiras manifestações do General Mourão, em São Paulo, quando este chefe procurava aliciar e esclarecer os espíritos dos oficiais menos graduados e mais jovens, para que se compenetrasssem de que os limites da tolerância começavam a ser ultrapassados e que, portanto, as Forças Armadas se tornariam indignas se não estivessem dispostas a alternativa de descerem a Serra do Mar numa demonstração patriótica e corajosa e, fôssem qual fôssem as consequências, arrancar da cúpula do governo o maior dos seus responsáveis por tantos desmandos e desgraças em perspectivas, o Sr. João Goulart.

Vários outros chefes militares comungavam o mesmo pensamento.

As articulações de um movimento revolucionário, cujo planejamento englobasse líderes políticos, só, verdadeiramente, se corporificaram após o trágico comício de 13 de março. Dir-se-ia que mais uma vez foram os "Maus fados" que sopraram os ouvidos do Sr. Goulart. Nem a crença popular das coincidências de duas circunstâncias de "Azar", sexta-feira e 13, o demoveu do Comício das Reformas. E o espetáculo da Central do Brasil, em vez de ser a glorificação de um homem Chefe de Nação, é ao contrário, o marco decisivo que sela os seus poucos dias de sobrevivência como Presidente.

Dois dias depois do Comício — montado à base de soma vultosa dos cofres públicos — o Presidente mandava ao Congresso mensagem, que era, antes de tudo, um desafio e desrespeito, pois formalizava na mesma a programação política revelada em praça pública e já em plena execução por processos totalitários. E o que era mais audacioso e revoltante, reivindicava uma delegação de poderes ao Executivo frontalmente proibida pela constituição.

Caso tivesse negadas as suas pretensões, daí em diante, em outros comícios públicos, iria cobrar as suas propostas feitas em bases des-

cabidas, quanto a reforma agrária, voto do analfabeto, reeleição do presidente, etc.

Era, além de uma afronta, uma atitude de prepotência em que oprimia o Congresso e escarnecia do dispositivo constitucional que prega a independência e a harmonia entre os Poderes.

Mais do que as maquinações diabólicas do Deputado Leonel Brizola, procurando incendiar a Nação com os seus guerrilheiros dos "Grupos de 11", a investida contra o Congresso passou a ser um pesadelo para os que ainda tentavam salvar o regime, já que o Sr. Goulart, buscava, por todos os meios, armar-se de argumentações jurídicas e de apoio popular que redundassem numa desmoralização do Congresso e, portanto, chegar a uma farsa de plebiscito que garantisse o seu continuísmo e o prosseguimento em suas arbitrariedades.

No seu programa delineado até o dia 1 de maio, o qual seria apoteótico, pretendia, em cada comício, assinar novos decretos reformistas ante as ovações das massas arregimentadas, mesmo que se tornassem, cada vez, mais onerosas para os cofres públicos tais reuniões.

Na área dos líderes militares e políticos, a repercussão de tais atitudes levou a que as confabulações e as conspirações fôssem aceleradas.

Assim é que a 20 de março, pela primeira vez, o nome impoluto e austero do General Humberto de Alencar Castelo Branco aparece como um dos mais autênticos reacionários e, ao mesmo tempo, ponderado defensor da democracia. Surge com elevação de propósito e de espírito, em tóda a sua famosa "Instrução Reservada", escrita às vésperas, isto é, a 19 de março. Esta Instrução antes de ser um dínamo subversivo é um documento sensato e equilibrado, tendo, conceituações que substanciam uma das mais eficientes e belas instruções que pôde, então, ser catalogada como "Educação Moral" aos oficiais do quadro de Estado-Maior do Exército.

E para disso dar testemunho transcrevo, aqui, o que disse aquele homem sereno no momento tão delicado:

"Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei.

Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou àquele poder..."

E prossegue mais adiante: "A insurreição é um recurso legítimo de um povo".

Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e constituinte?

— Parece que não.

— Entrarão as Fôrças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo gozar o Poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao Comunismo de Moscou?

Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.

Não. As Fôrças Armadas não podem atraiçoar o Brasil."

E nesse tom patriótico e de estilo desassombrado chega tão importante pronunciamento às mãos da elite do Exército.

Estava emitido, assim, o pensamento daquele chefe que o destino reservaria como uma das grandes fôrças morais para colocar sobre os seus ombros o peso da responsabilidade da "Revolução em Marcha".

Nas esferas das Fôrças Armadas êsse pronunciamento fôra decisivo. Ali estava em síntese traçada a filosofia de uma Revolução. Em térmos militares estava dado, o "Conceito da Operação" a ser realizada.

Mas uma estranha coincidência se verifica, também, à mesma data em que o General Castelo Branco escrevera aquêle documento decisivo, isto é, 19 de março. Como vimos, em São Paulo o povo, numa das maiores manifestações até então registradas em nosso país, saía para as ruas centrais sob a inspiração de Deus, e em vozes comovidas executavam cânticos litúrgicos e de rosário à mão, para protestar contra o que considerava de monstruoso em tudo que o fatídico comício da Central do Brasil gerara. Eram oitocentos mil brasileiros e, portanto, sem a menor dúvida, uma autêntica parcela do pensamento popular, que naquela demonstração de alta significação trazia às cúpulas revolucionárias não sómente o incentivo, mas o apoio incondicional e a mais cristalina evidência de que o verdadeiro povo repudiava aos propósitos subalternos do governo.

E o que parece incrível, senhores, é que fôra sob a inspiração de uma humilde freira Irmã Ana Lourdes, exatamente um dia após o Comício da Central que decidiram, líderes das mulheres paulistas, aquela passeata memorável que, ao nosso ver, foi na verdade, o que mais pesou na decisão de todos os Chefes encabeçadores do movimento. Se, até então, alguns relutavam ou supunham uma aventura, após aquela flagrante demonstração tudo mudara. Ficara evidente, que podiam estear-se no próprio povo. A partir dali era, apenas, "um risco calculado" em que se lançavam, visando salvar o Brasil, e, não mais uma aventura, como bem afirmara o General Castelo Branco.

Assim, pois, a Revolução Democrática estava na rua. E, mais ainda, encabeçada pela mulher brasileira. Depois de decidida a marcha "Por Deus e pela Liberdade", foram as senhoras paulistas que tomaram tôdas as iniciativas para que o resultado fôsse a apoteose inesquecível em que se transformou.

Dai em diante, estava aberta a luta pela redenção do regime e dos padrões morais.

* * *

Mas, um acontecimento estarrecedor precipita o desfecho final do Senhor Goulart.

Na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio, alguns marinheiros, inflamados por um comunista diabólico e que se havia infiltrado no seio da Marinha, o Cabo Anselmo, terceiranista de Direito, dizem-se rebelados. Desafiam as ordens de prisão, tacham os regulamentos de arcaicos. Acoimam as autoridades de estarem ligadas ao antipovo e chamam-nas de reacionárias, por não reconhecerem como legal a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros. Aos gritos proclamam que apóiam as Reformas do Presidente.

Os seus dirigentes, para a comemoração do aniversário da entidade haviam convidado o Presidente Goulart, o qual prometera lá comparecer. Entretanto, não foi. As vésperas viajara para São Borja.

São lamentáveis e constrangem os militares, as cenas que se sucederam, na busca de uma solução para o impasse. Impasse esse, o mais caótico até então atingido, já que era a **indisciplina** que tomava vulto na tradicional Marinha de Tamandaré.

As fraquezas do governo e suas transigências chegaram a ponto que, em certos momentos, pareceu vitorioso o motim.

E tudo se agravou quando o Ministro Almirante Silvio Mota se demitiu, por se ver impotente para o restabelecimento do que há de mais sagrado como base da existência das Fôrças Armadas: a **Disciplina**.

Como consequência o Clube Naval dai em diante transformou-se num vulcão de indignação. Oficiais de todos os postos cerraram fileiras. Em sessão permanente exigem a expulsão dos amotinados do seio da Armada.

O Clube Militar acompanhava com interesse a crise em curso. Sente o perigo e a desgraça que significaria a vitória da **indisciplina**. Realiza memorável sessão. Decidem, os oficiais ali, marchar reunidos para se solidarizarem à Fôrça Armada irmã.

Foi um espetáculo tocante o encontro das duas entidades. Sabendo da marcha, com tal finalidade, o Clube Naval em peso desceu do salão principal. Em duas alas, na escadaria e passeio da Avenida Rio Branco, recebeu com palmas e aclamações os Oficiais do Exército. O povo curioso se aglomerara, também, valorizando o cenário.

Tornou-se difícil o trânsito na grande artéria.

Galgada a escada, o Salão Nobre mostra-se pequeno. Alguém pede, em voz berrante, silêncio. O tumulto vai pouco a pouco desaparecen-

do e, logo depois, irromperam, todos, em canto do Hino Nacional Brasileiro.

Não foi fácil suportarem, os mais velhos, as emoções daquele instante em que havia tantos olhos marejados de lágrimas.

A assembléia conjunta decide que não haveria transigência. Só a punição dentro dos preceitos regulamentares seria aceita. Aquela motim era mais uma afronta aos fundamentos básicos da autoridade e a hierarquia. Indisciplina e nada mais.

Vindo de São Borja, às pressas, o Presidente chega ao Rio em plena madrugada de 28.

A imprensa mais esclarecida e democrata, principalmente, do Rio, São Paulo e Pôrto Alegre amanheceu a 29 com editoriais violentos. Põem o governo em plano de ilegalidade, ante as descabidas medidas tomadas.

Um novo ministro é empossado na Marinha, o Almirante reformado Paulo Mário da Cunha Rodrigues.

Talvez sugestionado pelos mesmos "maus fados" que atucanavam o Presidente Goulart, resolve não punir os participantes dos acontecimentos comprometedores. Quer uma fórmula paternal de apaziguamento. Assim, com paliativos procura trazer a tranquilidade à família naval.

Mas a dignidade da Marinha não podia permanecer arranhada e sangrando. Aquela indisciplina tomara caráter de chaga e, como tal, certamente, iria se transformar em câncer. Era preciso a extirpação da parte apodrecida, isto é, a expulsão incontinenti dos indisciplinados. E a Grande Assembléia conjunta, agora, decidira não transigir.

Estava criado outro grande impasse. No dia 30, a Guanabara continua vivendo o preâmbulo do desfecho final.

Tentando pessoalmente encontrar uma solução, o Presidente Goulart engendra, no Automóvel Clube, uma solenidade, para comemorar a festa dos 40 anos da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar. Naquele crepúsculo sombrio, de uma tarde nublada e escura, ao auditório da Organização, são levados, em caminhões, Sargentos das Forças Armadas, recrutados à última hora nas diferentes repartições dos Ministérios. O Presidente Goulart leva um discurso no bolso. Não o lê. Improvisa, em tom patético uma arenga longa de uma hora e vinte. Tudo de balde. Já não convencia. Os que o viram, no local ou na televisão, sentiram que já não era o mesmo arrogante e petulante. Acabrunhado, desgastado física e normalmente, dir-se-ia que tivera, no momento, a intuição de que seria tragado pela monstruosa onda daquela crise em que se encontrava na crista.

São Paulo, Minas e Pernambuco continuavam acompanhando, com sofrimento, os acontecimentos na Guanabara.

E, 31 de março amanheceu com as ruas centrais da bela capital transformada em pé de guerra. Os CGT, CNTI, UNE, etc., já haviam articulado a greve geral que deveria parar o Brasil inteiro.

Novamente surgem violentos os editoriais da imprensa.

No meio da tarde, chega a confirmação de que em Minas as tropas começavam a descer a Serra do Mar, rebeladas e, com o propósito de depor o Presidente Goulart.

Já tôdas as articulações dos Chefes Militares líderes da Revolução estavam muito adiantadas. O General Justino, Comandante do IV Exército, surpreende, pela decisão enérgica e corajosa com que se lança imediatamente, impedindo qualquer reação no Nordeste.

O General Castelo, embora destituído da Chefia do EM do Exército, desconhece o fato e com energia fora do comum, tendo ao seu lado o General Costa e Silva desarticula o I Exército, no qual alguns Chefes ainda tentavam esboçar reação.

A meia noite, daquele mesmo dia, o II Exército, através do seu Comandante, General Kruel, lança o manifesto decisivo para São Paulo.

Agora, não são apenas as tropas de Minas, mas também as de São Paulo que estão descendo a Serra do Mar com a mesma finalidade. A Fôrça Pública do grande estado é solidária, pois da mesma forma pensa o Sr. Ademar de Barros...

O resto todos nós, aqui presentes, temos ainda vivo na memória. Assim, as jornadas de 1º a 2 de abril marcaram, em definitivo, a queda de um governo que havia chegado às raias de calamidade nacional.

As fugas para Brasília e depois para Pôrto Alegre foram apenas estertores do trágico epílogo. O heróico e dinâmico povo do Rio Grande do Sul não decepcionou o resto do Brasil, manteve-se superior como sempre, e, renegou um derramamento de sangue fratricida. Os seus sentimentos foram os mesmos dos gaúchos conquistadores da terra e que sonharam e lutaram no passado por um Brasil cada vez mais respeitado e progressista, à sombra da Cruz. Democrático e livre dos regimes totalitários e ateus.

Desse modo, nos pampas, caiu o pano daquele ato final do drama lhão, quase tragédia, em que se transformara o governo do Sr. Gouiat.

Havia sido virada uma página na História do Brasil, plena de distorções e erros comprometedores. Mas, as esperanças renasciam no novo capítulo a ser escrito.

A REVOLUÇÃO CONSTRÓI

Na dinâmica da política governamental, em todo o mundo nos nossos dias, torna-se de importância capital serem levadas em conta as aspirações do povo. E, entre estas aspirações surge como objetivo de prioridade n. 1, o bem-estar da Nação.

Há, pois, em todos os países avançados, uma técnica de planejamento governamental em que cabe ao escalão de cúpula baixar um "Conceito Estratégico", ou melhor esclarecendo uma Diretriz básica, que norteia a política nacional visando, acima de tudo, alcançar esta meta e pela qual devemos nos empregar a fundo: o bem-estar da Nação.

Este tem que ser um objetivo atual e ao mesmo tempo permanente. Por ele têm de se bater todos os homens de consciência e que, realmente, sonham com a felicidade da comunidade brasileira.

É passada a época das plataformas de governo improvisadas e saídas, em divagações especulativas de discursos demagógicos, em praça pública, visando mistificar e, porque não dizer, entorpecer o povo quando se deseja dêle angariar o voto nas urnas eleitorais.

Só na coerência de planejamento, no tempo e no espaço, e em consequência, na formulação de programas objetivos, sinceros e honestos pode uma Nação ser fiel às suas aspirações.

Eis aí senhores, conceitos que, sei não serem modernos, mas a sua prática é recente entre nós.

Vitoriosa a Revolução, alguns dias depois, numa tarde memorável e de sol brilhante, Brasília se engalanava para a posse do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco em reunião conjunta do Congresso Nacional, na Praça dos Três Poderes.

Houve, um sentido de nobreza do Exército, na atitude de desprendimento tomada pelo General Castelo Branco quando, sabedor de sua eleição, entregando ao seu sucessor no Estado-Maior do Exército a dignificante função, lhe, na mesma solenidade, o requerimento de sua passagem para a reserva. Isto ele não precisava fazer. A idade possibilitava continuar na ativa. Entretanto, a sua superior compreensão de democracia o faz opinar pelo retorno às hostes civis, no momento em que vai empunhar as rédeas do Governo. Sabe da enorme responsabilidade que agora lhe pesa sobre os ombros.

O seu primeiro pronunciamento no Congresso encerra conceitos que logo deixam antever a austeridade e a salutar obra regeneradora que vai empreender.

"Meu Governo — disse ele — será o das Leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira".

Levado inopinadamente à chefia do Governo, como é lógico, nada havia sob aspecto de Diretrizes de Governos. Mas, em pouco tempo, tratou de traduzir e corporificar uma doutrina de aspirações nacionais, calcada nos mais legítimos anseios do povo brasileiro. E tudo isso dentro da realidade geofísica e geo-humana do País.

Mas antes de tudo teve de conseguir as bases essenciais de todas as realizações, isto é, restabelecer o "Primado da autoridade", tão combalido e desmoralizado, para, a seguir, poder montar uma doutrina de ação política renovadora, ou melhor, revolucionária.

Ensarilhadas as armas, com as tropas voltando aos quartéis, houve, pois, a fase dita de moralização e apuração de responsabilidades de notórios comunistas e corruptos.

Entregues às suas verdadeiras finalidades, as Fôrças Armadas, depois do expurgo, passaram a merecer a tradicional confiança e respeito que sempre lhe dispensara a Nação.

Cessaram-se as greves, os tumultos e as reivindicações descabidas. A tranqüilidade e o clima de segurança deu novo impulso ao trabalho e à vida da federação.

Sem fugir à moderna técnica governamental, realizou em pouco tempo, o novo governo, um levantamento dos verdadeiros objetivos nacionais

Assim, pôde a Revolução começar as reformas sociais e políticas tão mal definidas pelo governo deposto.

De início houve, por parte do Presidente Castelo Branco, uma demonstração que criou suspense aos céticos: **empunhou, realmente, a bandeira das reformas**. Corajosamente. Com sua firme determinação passa a dar curso às mesmas. Mas faz isto com um sentido de seriedade austera. O que quer dizer decência, superioridade moral e elevação de propósitos que pela desmoralização do regime no governo anterior, havia perdido, em nosso País, significado ante o choque de mesquinhias paixões partidárias.

Dos problemas básicos ataca, quase que imediatamente, a reforma agrária. Ninguém melhor do que ele sabe o que significa o problema em sua magnitude. Estêve sempre preocupado com a valorização do homem brasileiro em seus estudos na Escola Superior de Guerra.

E aí está, o que acabamos de ver, o Presidente Castelo Branco comemorando o aniversário da Revolução com a assinatura da regulamentação do Estatuto da Terra.

Quando toma a determinação na sua política financeira de encarar o problema da inflação, que criminosamente orientada nos governos anteriores nos trazia perspectivas de bancarrota, faz não apenas com coragem mas com estoicismo, já que não se preocupa com a im popularidade que lhe poderia advir de tão grave decisão.

O mito da impossível detenção da hiperinflação está aí desfeito, ante os resultados surpreendentes já atingidos, após a política franca da suspensão dos subsídios. Quanto ao subsídio, por exemplo, à gasolina, havia uma verdadeira e incompreensível injustiça social, já que só os magnatas e possuidores de carros de luxo eram os mais beneficiados quando o governo comprava o litro de essência no exterior, por um preço e o vendia por menos da metade. Assim, tinha que sair dos cofres públicos este subsídio que só artificialmente baixava naquele ângulo o custo de vida.

Não só em relação à gasolina, mas também quanto ao trigo e outros produtos importados o subsídio só atuava na economia do País de maneira exatamente contrária a que se propunha.

Sob os aspectos da justiça social estão bem expressivos os resultados da política salarial realizada sem demagogia. Aí está o Banco Nacional de Habitação a dar os seus primeiros frutos positivos.

No campo político, estamos vendo o interesse que vem despertando a mensagem do governo para a reformulação do Código Eleitoral, de forma a deixar os pleitos democráticos infensos à fraude e à demagogia. Em todos os outros campos, isto é, da política externa, da educacional, da saúde, dos sindicatos, da indústria e das Forças Armadas, a série de medidas salutares tomadas pelo governo, já oferecem as mais promissoras perspectivas de que, mesmo antes de findar o seu período governamental, tenha o Presidente Castelo Branco normalizado as condições de existência no País, com uma estabilização do custo de vida, uma crescente fomentação da produção de riquezas e a manutenção das indispensáveis: tranquilidade e segurança do povo. Dêsse modo já não temos qualquer dúvida de que, em futuro próximo, atingirá o Brasil esta tão sonhada aspiração de **bem-estar da Nação**.

E o que é mais significante para a Revolução é que tudo se vem conquistando num clima desapaixonado e propício ao livre e amplo debate, porém orientado no sentido construtivo e absolutamente democrático.

CONCLUINDO

De tudo o que acabamos de abordar concluímos dizendo que a Revolução foi o grande milagre. Salvou o Brasil do precipício monstruoso em que estava à beira. Arrancou-o da desmoralizante fase de corrupção e das garras do comunismo, materialista e ateu.

O que, entretanto, espera a Revolução de todos nós é a sua compreensão como um feito de redenção. Ela só nos pede contribuição franca, leal e patriótica, que importe na regeneração completa da mentalidade brasileira, reconciliando-a com foros e padrões de dignidade a que tem direito. E para isso é preciso cooperar para abolição dos privilégios oriundos do filhotismo e dos apadrinhamentos, que tanto comprometem a justiça social.

Possuimos senhores, pois, agora, com a "Revolução em Marcha" tôdas as condições essenciais para a transformação do País numa potência mundial. E êste, é realmente, o escopo da Revolução.

Colocar o Brasil no justo caminho que o conduza ao grandioso destino a que temos direito de esperar como fatalidade histórica."

NOSSO APÉLO

VOCÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

CONSIDERAÇÕES SÔBRE AS HIDROVIAS DO BRASIL

Gen ADALARDO FIALHO

I — INTRODUÇÃO

É simplesmente espantoso, para não dizer criminoso, o abandono ao qual relegamos o aproveitamento dos nossos rios navegáveis. No dizer de Renato Rego Barros, "a imensa rede fluvial que abrange todo o nosso território pode e deve ser considerada a maior riqueza básica que possui o Brasil". "Do aproveitamento técnico e racional de suas águas, sob o tríplice aspecto fontes de energia, transporte e fertilização (irrigação) depende o desenvolvimento da nossa economia". O Brasil possui 40.000 Km de vias navegáveis, e contudo, sómente uma décima parte desse total é aproveitado. Talvez a principal razão desse desprezo pela navegação interior se prenda ao fato de têmos constituído, durante séculos, uma civilização litorânea que nada mais fêz do que servir de intermediária entre a exploração (para alguns, saque) das riquezas do nosso interior e os fregueses de além-mar que as vinham comprar ou roubar. Seja como fôr, nossos rios constituíram o caminho natural para o desbravamento e expansão do território pátrio. É incrível que o povo que escreveu a epopéia das bandeiras haja esquecido, por exemplo, episódios como os das monções, quando audazes paulistas, descendo o Tietê e o Paraná, subindo o Pardo e o Coxim, despenhando-se pelo Taquari e remontando o Paraguai, o São Lourenço e o Cuiabá, num percurso de mais de 3.000 km, realizado em 6 meses de viagem, vencendo mais de cem cachoeiras, uniam São Paulo a Mato Grosso. Em tôdas as partes do mundo, dá-se importância excepcional às vias fluviais e lacustres, entre outras razões porque constituem o meio de transporte mais barato. Rios como o Mississipi, o Volga e o Nilo constituem verdadeiras espinhas dorsais das economias a que servem. Nos Estados Unidos, o projeto do rio São Lourenço, executado conjuntamente com o Canadá, e no qual foram gastos bilhões de dólares, transformou Chicago em pôrto marítimo, da mesma forma que Moscou foi transformada em importante pôrto fluvial, desde que foi terminado o colossal canal que a liga ao Volga. Na Holanda, o movimento marítimo, em tonelagem, é equivalente ao da navegação interior. Na França, o pôrto fluvial de Ruão só é superado, na movimentação de carga, pelos grandes portos marítimos, tais como Marselha e o Havre. Praticamente tôda a França pode ser percorrida através de rios e canais. No Brasil, o problema da navegação marítima e fluvial foi encarado, até o advento da revolução de março de 64, sob prismas demagógicos e com finalidades eleitorais e políticas. Nunca se usou e abusou tanto da política salarial para se destruir uma das alavancas em que repousa a economia nacional,

que tal é a navegação marítima e fluvial. As guarnições dos navios foram aumentadas e os respectivos salários por tal forma elevados, que os fretes se tornaram inacessíveis ao comércio e à indústria. Demos a palavra a Eugenio Gudim: "O transporte de cabotagem, ao longo do imenso litoral brasileiro, quase que deixou de existir; o minério de manganês do Amapá é invendável em Santos porque o frete é seis vezes maior do que para Nova Iorque; os fertilizantes fosfatados de Pernambuco chegam ao sul do país por preço maior do que o importado da África do Norte; a Companhia Comércio e Navegação abre concorrência para transporte rodoviário de 20.000 toneladas mensais de sal do Rio Grande do Norte para Rio e Santos; a carga seca do pôrto de Santos caiu em seis anos de 600.000 para menos de 200.000 toneladas, e assim por diante". "Um trabalhador do pôrto de Santos, cujo salário ordinário normal já era (e é) quase o dobro do trabalhador comum, aufere tais "vantagens" e "extraordinários", que de Cr\$ 75.000,00 passou a receber mais de Cr\$ 150.000,00 por mês". Acrescenta ainda Gudim que o índice do salário real que, para o funcionário público civil, passou de 100, em 1955, para 85, em 1963, para o portuário passou de 100 para 175, no mesmo período de tempo. O Brasil possui nada menos de 8 bacias hidrográficas. São as seguintes:

<i>Denominação</i>	<i>Área</i>	<i>% da área do Brasil</i>
I — do Amazonas	4.819.819	56,7
II — do Nordeste	886.081	10,4
III — do São Francisco	580.757	6,8
IV — do Leste	607.505	7,1
V — do Paraguai	352.300	4,1
VI — do Paraná	859.476	10,1
VII — do Uruguai	202.168	2,4
VIII — do Sudeste	202.583	2,4
B R A S I L	8.510.689	100,0

A extensão navegável dos rios do Brasil, por bacias hidrográficas, é a seguinte:

<i>Especificação</i>	<i>Extensão (Km)</i>	<i>Em %</i>
I — do Amazonas	25.446	57,89
II — do Nordeste	4.498	10,23
III — do São Francisco	4.135	9,41
IV — do Leste	2.253	5,13
V — do Paraguai	2.345	5,34
VI — do Paraná	3.367	7,66
VII — do Uruguai	625	1,42
VIII — do Sudeste	1.286	2,92
T O T A L	43.955	100,00

Como se vê do quadro acima, mais de 50% da extensão navegável dos nossos rios é constituída pela bacia do Amazonas, a mais excêntrica de todas. Excentricidade (ou levam a países estrangeiros, ou correm da costa para o interior) e obstáculos (rios de planalto) são algumas das razões que explicam, mas não justificam o abandono dos rios brasileiros. Outra razão é o regionalismo. Poucos são os rios, como o São Francisco, ou o Tocantins, ou o Paraná, em seu curso alto e médio, que unem grandes tratos do território pátrio. Para se avaliar a total importância dessa caudal líquida de que dispõe o Brasil, basta citar, como diz Salvador Barroso, "que o plano de navegabilidade dos grandes rios nacionais equivale, em profundidade e extensão, à própria idéia da reforma agrária, porque não há como se pensar em política de terras sem antes se pensar em política de águas, bastando este simples e conclusivo paralelo: entre a via fluvial que consome o baratíssimo óleo diesel e as rodovias que absorvem a caríssima gasolina, claro está que o transporte fluvial é mais aconselhável, mormente em uma nação da grandeza territorial e do desenvolvimento hidrográfico do Brasil". No dizer de Assis Chateaubriand, "a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos espanta-se em ver o maior sistema fluvial de todas as áreas mundiais, que é o nosso, inteiramente relegado a um esquecimento, que seria criminoso, não fôr a ignorância de muitos dirigentes nacionais". Segundo ele, "à falta de compreensão e apreciação do papel preponderante e básico do transporte fluvial, em regiões como a nossa, dotada das melhores condições possíveis à sua implantação, deve-se responsabilizar o alheamento a que tais problemas estiveram relegados até agora". No dizer de Barros Ferreira, "o Brasil trava, neste momento, desesperada e fecunda batalha para sair da fase de subdesenvolvimento, utilizando, ao máximo, duas possibilidades: o imenso e difundido potencial contido nas bacias hidrográficas do seu território (transporte, energia, irrigação) e a abundância de mão-de-obra (ociosa, principalmente no Nordeste)". Cabe à nossa geração recuperar êsse sistema de transporte que teve tão vital importância na formação, no povoamento e na defesa do Brasil, como disso dão testemunho as vetustas fortalezas erguidas às margens de rios lindeiros com os países hispano-americanos.

II — CONFRONTO DE CUSTOS

É indiscutível, em matéria de custo, a superioridade do transporte, pela via fluvial e lacustre, sobre o transporte por ferrovias e principalmente por rodovias. Passemos a palavra ao Professor Mendes da Rocha, uma de nossas maiores autoridades, em matéria de aquavias. Dissertando sobre as vantagens de ordem econômica que elas apresentam, diz ele: "Um trem de dez barcaças de 2.000 toneladas exige apenas um empurrador (rebocador) de 2.500 C.V. e 21 homens de tripulação". "Para transportar essas 20.000 toneladas em caminhões, seriam necessários 2.000 veículos de 10 toneladas". "Cada caminhão requer um motorista e um ajudante". "Seriam, portanto, 4.000 homens ocupados nesse trans-

porte". "Um trem de embarcações gasta 10 dias para percorrer 2.400 quilômetros, à velocidade média de dez quilômetros horários, sem necessidade de interrupção". "A velocidade média de um caminhão, em nossas estradas, é de 20 quilômetros horários". "Gastaria, portanto, a metade do tempo do percurso fluvial, ou seja, 5 dias" "Comparemos as necessidades quanto ao elemento humano". "O transporte pelo trem de barcaças exigiria 210 homens-dias". "Desde que fôssem empregados caminhões, seriam necessários 20.000 homens-dias, exigindo-se ainda uma retaguarda caríssima, constituída por postos de abastecimento, oficinas de reparações, depósitos de peças, etc". "Comparemos agora as necessidades de combustível". "Um motor de barco não carece de mudanças contínuas de velocidade, de modo que um cavalo-fôrça, em motor fluvial, consome apenas 150 gramas de combustível por hora de trabalho". "A embarcação de 2.500 C. V. gastará, portanto, nas 240 horas dos dez dias de percurso, apenas 90 toneladas de combustível ($150 \times 2.500 \times 24 \times 10$)". "Já o caminhão, devido às mudanças para atender às rampas freqüentes, requer 200 gramas por cavalo-fôrça e por hora de trabalho". "Cada caminhão possuindo 120 C. V., os 2.000 caminhões posuirão 240.000 C. V., bebendo gasolina ávidamente". "A frota de caminhões de 240.000 C. V. gastará, portanto, nas 120 horas dos cinco dias de percurso, nada menos que 5.760 toneladas de combustível ($200 \times 240.000 \times 24 \times 5$)". Somando-se as despesas de pessoal com a de combustível, em cada caso, e comparando-se um meio de transporte com outro, ter-se-á idéia nítida da superioridade da hidrovia sobre a rodovia. Mais convencidos ficaremos se cotejarmos as despesas de construção e manutenção das rodovias com as correspondentes à simples desobstrução de rios. E mais ainda se compararmos os custos de construção de rústicas barcaças com os de uma frota de caminhões. Para finalizar estas considerações sobre a utilização econômica das aquavias, vejamos as conclusões a que chegou, a este respeito, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos:

"1. Os rios existem. Não necessitam ser construídos".

"2. No que se refere a investimentos do governo, o desenvolvimento do transporte hidrográfico interior exige únicamente o investimento inicial para cobrir o custo de construção de barragens, dragagem, balizamento, etc".

"3. Em grande parte dos casos, o desenvolvimento do transporte hidroviário interior pode ser combinado com o desenvolvimento de energia elétrica e irrigação. Cada barragem para energia determinará automaticamente muitos quilômetros de hidrovia à montante da barragem".

"4. Quase invariavelmente o custo para desenvolver uma hidrovia interior é muito mais baixo, por quilômetro, do que para construir uma ferrovia de igual comprimento e, em alguns casos, menor do que a construção de uma rodovia de primeira classe".

"5. O custo da tonelada-quilômetro de transporte por barcaça, em uma hidrovia interior, é menor que o em qualquer outro meio de transporte".

III — INICIATIVA OFICIAL

Em meio ao indiferentismo pelas nossas aquavias, haverá alguma iniciativa oficial que se salve? Sim, há. No apagar das luzes do governo do Sr. João Goulart, e por proposta do engenheiro Hélio Silveira, Diretor do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, foi assinado o Decreto n. 53.374, de 31-12-63, que cria a CERCIN (Comissão de Estudos dos Rios e Canais Interiores). É o caminho certo, pois antes de dar um balanço na situação atual de nossos rios e canais interiores, nada é possível fazer de útil. Não sabemos se a Revolução confirmou o referido Decreto. O fato é que ele é indispensável. A CERCIN terá a função de coordenar, promover e executar estudos e levantamentos básicos que permitam a elaboração de planos de aproveitamento de todos os rios com possibilidades de navegação. Caber-lhe-á coordenar e elaborar planos de aproveitamento múltiplo de cada curso d'água; propor medidas necessárias para que as obras nos rios navegáveis obedeçam às condições impostas pela navegação e aos planos que forem elaborados e aprovados; colaborar com o DNPVN para o bom andamento das obras destinadas à melhoramento e expansão das vias de navegação interior; entrocá-los com as autoridades federais, estaduais e municipais que tenham atividade direta ou indireta com a rede fluvial do país. É claro que um tão vasto plano de estudos não poderá ser executado de uma sentada. Terá de abranger as seguintes fases: coleta de dados, cartografia, reconhecimentos esteroscópicos, reconhecimentos locais, perfis, hidrologia e esquema final. É coisa para dez anos, razão pela qual deverá ser iniciado sem perda de tempo. O objetivo é incorporar aos demais sistemas de transportes do país uma rede fluvial mais extensa que a própria rede ferroviária. Em outras palavras, contribuir para a interiorização das atividades do país, até então limitadas à sua faixa litorânea. Influir no desenvolvimento de grandes áreas afastadas (ou melhor abandonadas) do litoral e dos centros demográficos de maior densidade. Não está afastada a possibilidade de múltiplo aproveitamento de nossos cursos d'água (regularização, produção de energia elétrica e irrigação) e até mesmo a interligação de bacias que ofereçam condições econômicas para tanto. Concluídos os planos, entrar-se-á na fase da execução. É pena que tão grandioso projeto não seja entregue ao Exército, que, sendo uma instituição permanente, e livre de injunções políticas, poderia, através de sua tropa de Engenharia, e como se faz nos Estados Unidos, executá-lo sistemáticamente (como se vem fazendo, aliás, com o Tronco Principal Sul, ferroviário, há mais de dez anos).

IV — HIDROVIAS A INTEGRAR NO SISTEMA DE NAVEGAÇÃO INTERIOR

Só um estudo sério como o que se propõe fazer a CERCIN poderá indicar o mundo de rios nacionais que poderão ser aproveitados para integrar a nossa navegação interior. Nas linhas que se seguem, apenas indicaremos alguns, ou porque já são precariamente aproveitados (todos o são), ou porque tal aproveitamento é gritante, impositivo. Eis alguns deles, excluídos os rios da bacia amazônica, quase todos navegáveis em maior ou menor extensão, mesmo sem melhoramentos:

- Rio Jacuí, de Pôrto Alegre a Cachoeira do Sul
- Rio Tietê, desde a barragem da Light, próximo de São Paulo, até a confluência com o Paraná
- Rio Mearim, de Barra da Corda até São Luiz
- Rio Parnaíba, de Floriano até Parnaíba
- Rio São Francisco, de Pirapora a Petrolândia
- Rios Amambai, Brilhante e Pardo, em Mato Grosso, na margem oeste do Paraná
- Rios Parapananema e Tibagi
- Rio Doce
- Rio Cuiabá, de Cuiabá até à junção com o rio Paraguai, ao norte de Corumbá
- Rio Paraguai, desde a confluência do rio Corumbá até Pôrto Esperança
- Rio Tocantins, de Peixe até Jacundá
- O Canal grande do vale da Ribeira

Vejamos algo sobre alguns desses rios.

Rio São Francisco: foi o grande caminho da civilização brasileira, no dizer de Moacir Malheiros Fernandes Silva. É o rio da unidade nacional. Para Orlando Carvalho, "o rio funciona como matriz, distribuindo a gente para os confins do mundo brasileiro, misturando o do sul com o do norte e empurrando-os ambos para novas direções quando, por exemplo, a miragem dos diamantes do Araguaia reclama brabos para decepcionar". A corrente maior era no sentido do sul para o norte, porém, desde que a Central do Brasil chegou a Pirapora, deu-se a inversão dessa corrente. O rio tem um curso de 3.160 quilômetros e está dividido em três partes:

- o alto São Francisco, desde as nascentes até à cachoeira de Pirapora
- o médio São Francisco, entre as cachoeiras de Pirapora e Paulo Afonso
- o baixo São Francisco, que vai de Paulo Afonso até à sua foz, no Atlântico.

O médio São Francisco, com uma extensão de 1.800 quilômetros é o que mais interessa não só pela sua grande extensão navegável, porque

liga o sul com o norte, a 500 quilômetros da costa, unindo as pontas de trilhos da Central do Brasil, em Pirapora, às da Viação Férrea Leste Brasileiro, em Joazeiro. As possibilidades dessa região quente e seca para o plantio do algodão (duas safras por ano) são imensas, principalmente quando a barragem de Três Marias iniciar o seu anunciado papel de regularizador do rio, facilitando a navegação, todo o ano, e também quando a eletrificação rural, oriunda de Três Marias e Sobradinho, a ela se estender, permitindo a irrigação com bombas. As corredeiras do Sobradinho, com uma extensão de dez quilômetros, constituem o maior obstáculo do médio São Francisco. Nelas o governo federal está construindo uma barragem com eclusa que porá fim às dificuldades à navegação, além de produzir energia elétrica.

Rio Tocantins no dizer de Jerônimo Coimbra Bueno é o Mississippi da América do Sul. Sua extensão navegável é de mais de 2.000 quilômetros, existindo apenas 100 quilômetros de serviços a realizar para o seu total aproveitamento, afora os referentes às cachoeiras de Itaboca, no baixo Tocantins, à entrada do grande vale e que sempre impediram este rio de ser a via natural de penetração na América do Sul. O ponto inicial da navegação do Tocantins é a cidade de Peixe, não longe do atual Distrito Federal. Aliás, quando se ligar Brasília a Peixe, acontecerá com o Tocantins o que aconteceu com o São Francisco, quando a Central chegou a Pirapora: dar-se-á a inversão de sentido da maior corrente de tráfego. De Peixe a Belém do Pará, a navegação pode ser dividida em seis trechos:

- De Peixe à Corredeira Comprida (60 Km).
- De Corredeira Comprida à Cachoeira de Santo Antônio (691 Km, dos quais 400 constituem o chamado Funil, onde podem navegar navios até de 1.000 toneladas).
- Da Cachoeira de Santo Antônio à Cachoeira de Itaboca (468 Km). Para contornar o obstáculo de Itaboca existe a Estrada de Ferro do Tocantins.
- De Itaboca a Alcobaça.
- De Alcobaça a Belém (360 Km), onde podem navegar navios até de 1.000 toneladas. O vale do Tocantins constitui um mundo de terras fertilíssimas que estão a desafiar os nossos administradores. Ali poder-se-iam abrigar milhões de imigrantes, que poderiam se entregar ao cultivo do trigo, arroz, feijão, milho, café, fumo, à apanha do babaú e castanha do Pará, ao pastoreio do gado e à extração de diamantes e cristal de rocha. Quanto aos diamantes, assim se refere Harold K. Shearet: "O rio Tocantins, ao longo das corredeiras compreendidas entre Marabá e Alcobaça, representa hoje o distrito diamantífero mais importante do Brasil". Dinamizado o vale do Tocantins, inclusive com a sua ligação a Brasília, o pôrto de Belém do Pará, como diz Coimbra Bueno, "alcançará a função que a sua excepcional posição geográfica lhe assegura de grande entreposto de comércio interno e externo". Belém, pôrto de Brasília, será

dos "mais movimentados do país e por êle se escoará uma produção capaz de, por si só, garantir a melhoria de vida das populações mal alimentadas da bacia amazônica e dar ainda um contribuição substancial de alimentos para o mundo".

Rio Parnaíba: a navegação começa em Santa Filomena. Dêste ponto até Parnaíba, abrange duas seções:

— De Santa Filomena a Floriano, com 610 Km. Este trecho só é navegável nas cheias (entre novembro e março), sendo de notar que a região não possui nenhuma outra via de comunicação.

— De Floriano a Parnaíba, com 598 Km. Navegável em qualquer época.

De Parnaíba, as mercadorias ainda vão, pelo delta do rio, ou para o pôrto de Tutoia, situado a 103 Km de distância, ou para o pôrto de Amarração, que fica a 21 Km. É incrível que nada se tenha feito para melhorar a sorte desta riquíssima região que produz babaçu, cera de carnaúba, algodão, óleo de tucum, mandioca, etc., e abriga imensos rebanhos de gado bovino.

Rios Parapanema e Tibagi: são dois outros vales de riqueza incommensurável. A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí mandou estudá-los por uma firma de engenheiros consultores holandeses, dai resultando um plano para a canalização dos dois rios e a construção de 14 barragens que poderão fornecer um total de 360.000 Kw. O projeto de canalização prevê a construção de 10 barragens no rio Parapanema e 4 no rio Tibagi, com alturas variáveis de 12 a 20 m.

Depois de executadas as obras, ter-se-á uma via navegável de 506 Km, divididos em 11 patamares no rio Parapanema e 5 no rio Tibagi. Das 14 barragens, a única que está pronta é a de Salto Grande (Usina Lucas Nogueira Garcez).

Canal grande do vale da Ribeira: Daremos agora pequena notícia sobre êste canal, como exemplo do que se pode fazer em benefício da navegação interior. Partindo da evidência de que o vale da Ribeira, ou melhor, todo o litoral sul de São Paulo constitui uma área alagada, o Departamento de Hidrovia da Secretaria de Transportes do Estado bandeirante propôs-se construir um canal paralelo ao mar, ligando Paranaguá a Santos. Atualmente já existe um tráfego regular pelo canal do Viradouro, ligando a região ao pôrto de Paranaguá. Trata-se de continuá-lo, utilizando as vias parciais já existentes, que seriam dragadas, retificadas e interligadas, de modo a atingir o pôrto de Santos. O canal teria uma extensão de 250 Km e daria escoamento barato à produção de chá de Registro, ao arroz de Iguape e à banana e palmito de todo o litoral. Não há obstáculo de vulto para a sua execução. É um caso em que a via fluvial se impõe à rodovia, devido à natureza do terreno. As rodovias, ali, saem caríssimas, além de dificílimas.

V — BACIAS A INTEGRAR NO SISTEMA DE NAVEGAÇÃO INTERIOR

É claro que todo rio tem uma bacia hidrográfica, ou seja, o conjunto de todos os cursos d'água que o alimentam. Sob tal ponto de vista, êste

item seria uma repetição do anterior. Mas o que visamos aqui é destacar as grandes bacias *navegáveis* do país, ou mais particularmente a bacia do alto Paraná. As grandes bacias do Amazonas e do Paraguai, por exemplo, são suscetíveis de grande desenvolvimento, mas nenhuma delas é comparável, pela região a que serve, e pelos resultados imediatos que dela se poderão auferir, à fabulosa bacia do alto e médio Paraná, razão pela qual limitar-nos-emos à sua descrição.

Bacia do alto e médio Paraná: comparável, em extensão, às redes de navegação interior da Rússia e dos Estados Unidos, compreende os 600 quilômetros do alto Paraná, entre os saltos do Urubupungá e Guaira, e os seus afluentes principais, prolongando-se, a montante de Urubupungá, pelo Rio Grande, até o coração de Minas Gerais, e a juzante de Sete Quedas, até à foz do rio Iguaçu. Todo o sistema compreende os seguintes rios:

— os grandes formadores, ou sejam, o rio Grande, com o seu afluente Sapucaí e o rio Parnaíba, com os seus afluentes São Marcos, Corumbá, que penetra no atual Distrito Federal, Piracanjuba e rio dos Bois, com seu afluente Verde;

— na margem ocidental: rios Sucuriú, Pardo, Ivinheima, com seu afluente Brilhante, Amambai e Iguatemi;

— na margem oriental: rios Tietê, Paranapanema, com seu afluente Tibagi, o Ivaí e o Piqueri.

Os obstáculos naturais oferecidos à navegação pelos saltos de Urubupungá, Itapura e Sete Quedas deverão ser vencidos pela construção de de grandes barragens eclusadas, que permitirão o aproveitamento hidrelétrico dos maiores mananciais de que o Brasil dispõe. Só o aproveitamento dos saltos de Urubupungá e Itapura produzirão cerca de 3 milhões Kw. A maior parte dos estudos dos rios que compõem o sistema do alto Paraná já foram efetuados pela Comissão Interestadual das Bacias do Paraná e Uruguai, ou pelo Estado de São Paulo, e formam grandioso plano que dará ao país vasta rede contínua de transportes econômicos ligando o coração do país ao estuário do Prata, através do baixo Paraná. Mas dentro desse sistema geral, que atravessa as regiões mais ricas do país, atribui-se ao Paranapanema e ao Tietê a função de drenar a calha coletora do alto Paraná, no sentido do litoral, em coordenação com as estradas de ferro e de rodagem, visando os centros de consumo de São Paulo e Curitiba e os portos de Santos e Paranaguá. Garibaldi Dantas, brilhante comentarista, "sente palpitar, no projeto de aproveitamento integral do rio Paraná, grandioso e decisivo encontro do futuro do Centro-Sul do Brasil". Demos-lhe a palavra: "Nós somos um país sem petróleo e sem carvão".

"Mas essa deficiência é hoje suprida pela hulha branca". "No Centro-Sul e no Sul, os rios que nascem e correm no sentido do Meridião representam uma das maiores reservas de energia hidrelétrica do mundo". "Há alhures sistemas potamográficos que cortam áreas desérticas e áridas". "Na bacia Paraná-Uruguai, não". "O plano de aproveitamento integral do

rio Paraná é energético, antes de tudo, mas também econômico, pelas imensas possibilidades abertas à ligação e transporte fluvial do centro do Brasil com as goelas abertas dos escoadouros do Prata". "E, se a essas duas inevitáveis aplicações, se lhe acrescer a irrigação, completa-se o mais promissor equacionamento econômico do Continente". "A civilização vai estender-se ao longo desse rio". "É inevitável como a fatalidade".

VI — INTERLIGAÇÃO DE BACIAS FLUVIAIS

Embora objetivo mais remoto, porque só a adaptação de nossas grandes bacias hidrográficas à navegação já constitui portentoso problema, nem por isso, e principalmente dentro de um plano de conjunto de aproveitamento de nossos rios, deve a interligação de certas bacias fluviais ficar fora de nossas cogitações. A interligação de bacias fluviais, no futuro, está destinada a dar nova fisionomia ao desenvolvimento de nosso interior, abrindo novas fronteiras principalmente devido ao transporte barato. Os exemplos que vamos citar são por demais convincentes.

No Rio Grande do Sul já se iniciou a construção do relativamente curto canal ligando os dois rios que cortam o Estado sulino de leste a oeste, ou seja, o Jacuí e o Ibicuí. Isto significa levar o mar à fronteira Itaqui-Uruguaiana. Sonho grandioso acalentado pelos gaúchos desde os tempos de Caxias e cuja importância, no dizer de Assis Chateaubriand, "transcede os interesses e a economia de um só Estado, porque passa a exprimir a grande etapa de interligação dos rios navegáveis do Brasil, criando um sistema barato e natural de transportes, cujas implicações no futuro nacional são da mais alta significação". De fato, o Ibicuí, servindo à campanha gaúcha e o Jacuí, servindo à zona agrícola, através dele mesmo e de seus afluentes, constituirão, uma vez unidos, a alavanca, a mola mestra do que o Rio Grande do Sul tem de mais potencialmente econômico. Trata-se, antes de tudo, aqui, como em outras regiões do Brasil, de quebrar o isolacionismo de regiões mediterrâneas que vivem adormecidas no seu centripetismo político e econômico. Outro exemplo é a ligação das bacias do Paraná e do Paraguai, através dos rios Ivinheima, com seu afluente Brilhante (vertente Paraná) e Miranda, com seu afluente Nioaque (vertente Paraguai). Ou ainda através do histórico caminho do Camapuã, ou seja, através do Pardo (vertente Paraná) e do Taquari, com seu afluente Coxim (vertente Paraguai). Isto significa levar o mar, desde o rio da Prata, até Corumbá e mesmo Cuiabá, através de uma navegação contínua. Quem poderá adivinhar, em matéria de conceituação econômica, o que daí poderá resultar em termos continentais?

VII — INTERLIGAÇÃO DE VERTENTES OCEÂNICAS

Mas ainda há mais. A ousadia dos planos poderá levar-nos a pensar até em ligar verdadeiras vertentes oceânicas. A imaginação pode chegar aqui, à primeira vista, às raias da fantasia, mas os estudos já feitos provam

a praticabilidade das idéias. Aliás, quantas coisas, no passado, não passavam de fantasia, e contudo, são hoje realidades palpáveis, tais como os canais do Panamá e de Suez. O canal Cassiquiare, que os americanos visaram aproveitar, durante a II Grande Guerra, ligando os rios Negro e Orenoco, poderá interligar as vertentes venezuelana e Amazônica do Oceano Atlântico. Mas o exemplo mais significativo, na América do Sul, é a ligação das vertentes atlânticas do Amazonas com o do Prata. Há, em Mato Grosso, muitas regiões das chamadas águas emendadas, isto é, em tempo de chuvas, vertentes opostas emendam-se, sendo difícil caracterizar o leito dos rios. Isto significa que é possível interligá-las por canais artificiais. Aliás a articulação da bacia do Paraguai com a do Amazonas já vem sendo estudada e vislumbrada há muito tempo. De Corumbá ao estuário do Prata já há navegação franca, com grandes vapores. De Corumbá a Cuiabá a navegação faz-se em navios menores. De Corumbá vai-se também a Cáceres, de navio, pelo rio Paraguai. Mas a interligação das grandes bacias amazônicas e platina far-se-á através da conexão do Jauru, afluente do Paraguai, com o Guaporé, afluente do Madeira. Trata-se de um canal de menos de 100 quilômetros, e no entanto, que transformação grandiosa traria na fisionomia mediterrânea da América do Sul! Sem falar no papel estratégico dessa via norte-sul do continente, ela daria novo sentido econômico a cidades como Assunção, Corumbá e Pôrto Velho, entre outras, que se transformariam em verdadeiros portos marítimos.

Ligar Buenos Aires a Manaus e Belém por esse mar mediterrâneo será descobrir o "Eldorado" da América do Sul! Há ainda uma ligação mais direta do Prata com Belém do Pará, através da conexão do alto Taquari, afluente do Paraguai, com o Caiapó Grande, afluente do Araguaia. Contudo, esta via é infinitamente mais custosa do que a primeira, onde o canal Jauru-Guaporé é praticamente a maior obra a executar.

VIII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema fluvial brasileiro é uma verdadeira dádiva do céu que não temos sabido aproveitar. Estamos com Renato Rego Barros quando diz que "devemos marchar pelo caminho básico pelo qual trilharam e ainda hoje circulam todos os povos que conseguiram dominar e explorar a natureza em seu próprio benefício, dirigindo e manipulando essa gigantesca alavanca líquida, a água, para fazermos o que outros já fizeram, levantar com ela a nossa economia criadora". É interessante verificar que esse desprezo pelos nossos rios é antagônico à nossa evolução histórica. No passado, voltamo-nos para o nosso interior com todas as veras de nossa alma, remontando e transpondo rios e serpeando por trilhos aventurosos à cata de riquezas várias, e com isso, expandimos o nosso território e povoa-lo. Entradas, bandeiras e monções fluviais cruzaram o nosso país em todas as direções. O Amazonas e seus afluentes da margem direita, o Parnaíba, o Tietê, o Paraná e seus afluentes da margem matogrossense, o Paraguai, o Doce, o Jequitinhonha, o Itajaí,

o Ribeira do Iguape, o Jacuí, e principalmente o São Francisco, foram caminhos da civilização brasileira. Não menos audaciosos foram os caminhos terrestres. Aí estão o rude "caminho dos Guaianás", que ligava Parati a São Paulo; o dos "Goiatás", que, partindo de Pinda, dava acesso às minas auríferas do Ribeirão das Mortes; o caminho novo para as Minas Gerais, de Garcia Rodrigues Pais; o "caminho do Piraiquê ou Perequê", que ligava o litoral paulista ao planalto, substituindo, mais tarde, pelo "caminho do mar", ou do Padre José de Anchieta; o "caminho da Laguna", que ligava as feitorias do litoral à Colônia do Sacramento; o 'caminho do planalto", variante do anterior, passando por Sorocaba; o "caminho de Jeremoabo", que ia direto do Salvador ao São Francisco; o "caminho de Rolim de Moura", que, partindo de Barbacena, e passando por Cuiabá, atingia as minas de Vila Bela de Mato Grosso, e tantos outros. Depois... Depois, com o advento da navegação a vapor, em 1807, que coincidiu também com o esgotamento das minas, foi a corrida para o litoral. E aí ficamos caranguejando, no dizer de Frei Vicente do Salvador. E até hoje, praticamente. As I e II Grandes Guerras, com o afundamento de nossos navios por submarinos germânicos vieram, afinal, despertar-nos e mostrar a fragilidade de um sistema de circulação baseado únicamente na via marítima. Só então começou a era de nossos dias, de construir caminhos para o interior e interligar as principais regiões do país. Surgiram a Rio-Bahia, a ferrovia Montes Claros-Monte Azul, soldando a Central à Leste Brasileiro, a Washington Luiz, ligando o Rio a São Paulo. Tal movimento, já então batizado de "rumo a oeste", culminou com a mudança da Capital para o planalto central e com a construção da Belém-Brasília, da Rio-Belo Horizonte-Brasília, da Belo Horizonte-São Paulo, e das modernas vias Dutra, Anchieta e Anhanguera. Mas nessa mudança de orientação, nada se fêz para aproveitar os nossos rios. Continuamos na estaca zero desde quando o "Clermont", de Fulton, foi lançado ao Hudson, em 1807. Em 1826, já o Deputado Romualdo Antônio de Seixas clamava no deserto pela navegação fluvial! Só um Mauá despertou o torpor do Império, obtendo, em 1853, a primeira concessão para a navegação a vapor, no Amazonas. Mas apesar disso, tal navegação quase nada progrediu, tanto no Império como na primeira República. Referimo-nos à navegação fluvial, porque, quanto à marítima, pelo menos em relação à de guerra, o Império teve uma das maiores marinhas do mundo. Devemos remontar às nossas origens históricas e interiorizar a nossa economia, mais para nós mesmos gozarmos as nossas riquezas do que para escambá-las com o estrangeiro. O Brasil é um grande continente ainda por explorar. Vastos espaços do nosso território, só ocupados politicamente, estão à espera de ocupação econômica, povoando-os e colonizando-os. Com um mercado interno de 80 milhões, em vésperas (em 1880) de 100 milhões, devemos elevar o "standard" de vida do nosso povo, a exemplo dos Estados Unidos, cujo comércio exterior representa apenas 1% de seu comércio interno. Mas para isso é preciso rumar para oeste, explorar as nossas riquezas e fazê-las circular e é na conjugação de todos os meios de transportes que

está o verdadeiro destino da circulação no Brasil. E julgamos até que a circulação vem primeiro que a exploração. Passou a época em que se transpunham varadouros carregando às costas ubás, pirogas e igaracús. Hoje, o varadouro chama-se comporta. O Estado do Rio Grande do Sul é um exemplo marcante (aliás o único), de integração de todos os sistemas de transportes, pois possui:

- 1.600 Km de vias fluviais e lacustres
- 4.000 Km de vias férreas
- 10.000 Km de rodovias.

Só o transporte de cargas no Taquari é maior do que o de toda a bacia amazônica. A natureza dotou o Brasil de um nó orográfico bem no coração do país. Ali, ou seja, no retângulo de Cruls, encontram-se as cabeceiras dos rios das bacias amazônicas, platina e do São Francisco. Saímos tirar partido desse presente da natureza. Já tivemos o bom senso de implantar Brasília, a nova Capital do país, naquela retângulo. Liguemo-la agora, seja por rodovias, seja por ferrovias, aos portos origem de navegação fluvial desses rios que se dirigem para todos os quadrantes do país e ponhamos esses rios em condições de navegabilidade para um calado mínimo de 0,60m, que é o adotado pelo Plano Geral de Viação Nacional.

Façamos isso não só em proveito da nossa economia como da nossa defesa, pois não devemos ter a pretensão de basear a defesa do país num sistema só de ferrovias, ou só de rodovias, como parece que estamos fazendo. É no sistema misto, e inclusive o aéreo, já empregado no Amazonas, em superposição ao fluvial, é na integração de todos os meios de transporte que está o milagre da ressurreição do Brasil. Temos que fugir da pressão do mar e armar, com base em Brasília (a mudança da Capital para o planalto central foi o maior fato econômico, político e social ocorrido em nosso país desde a independência) um sistema misto de transportes que terá, além de tudo, a virtude de preservar a unidade nacional. Do coração de Brasília partirão as artérias em direção da periferia, e em contrapartida, farão o papel de veias, carreando para o interior as mercadorias do litoral e das fronteiras. Descendo a detalhes (acompanhar pelo mapa anexo), a ligação de Brasília com a Amazônia far-se-á com uma rodovia na direção do norte de Mato Grosso, com o que conexar-se-á com os rios da margem sul do Amazonas. E também ligando Brasília à cidade de Peixe, origem da navegação do Tocantins. Não somos contra a rodovia Belém-Brasília. Mas julgamos que, com o dinheiro que se gastou nessa estrada, por ironia construída entre os vales do Tocantins e do Araguaia, poder-se-ia construir a barragem (e comportas) na cachoeira de Itaboca, o maior obstáculo do Tocantins, e ainda equipar para a navegação todo o curso navegável do rio, proporcionando-se à região um transporte mais barato que o rodoviário. A conexão de Brasília com o São Francisco far-se-á por estradas de

ferro, ligando-a a Pirapora (já previsto) ou por rodovia, ligando-a, aliás pela BR-47, também prevista, a Carinhanha. A conexão com o alto e médio Paraná far-se-á pela BR-19, que vai de Goiania a Presidente Vargas e a Presidente Epitácio. O Tronco Principal Sul (ferroviário) que vai de Brasília a Pôrto Alegre, passando por Itu e Ponta Grossa, fará, juntamente com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a articulação da Capital com as vertentes do Paraná e do Uruguai e com a vertente oriental, situada a leste da Serra do Mar, neutralizando ainda as influências argentinas, uruguaias e a marítima sobre os Estados sulinos. A conexão com o Parnaíba far-se-á pela BR-18, em Floriano, ou mais acima, em Santa Filomena, através da BR-39, articulando em Bom Jesus. A conexão com os rios do saliente nordestino far-se-á através da Brasília-Fortaleza, que se liga, em Picos, a todo o sistema rodoviário do Nordeste. A Conexão com o rio Paraguai far-se-á pela BR-41, que vai a Cuiabá, pela BR-33, que vai a Corumbá e pela BR-34, que vai a Pôrto Murtinho. A conexão com o rio Doce far-se-á pelas BR-7 e BR-49.

A maior parte das estradas acima apontadas ainda não estão construídas. Tenhamos visão do futuro. Construamos-as e equipemos os nossos rios não só para a navegação, como para a outra dupla finalidade: energia e irrigação. E então o Brasil será o império com que todos sonhamos, formando com os Estados Unidos e a Rússia os três grandes do mundo.

BIBLIOGRAFIA

História da Viação Brasileira — de Hélio Vianna.

Geografia dos Transportes do Brasil — de Moacir M. F. Silva

Estudos sobre a nova Capital do Brasil — de M. Demosthenes.

Ensaio sobre a problemática dos Transportes — do Maj Oswaldo Ferraro de Carvalho.

Produção, Transporte e Energia no Brasil — do Gen João Baptista Peixoto e Dr. Walter Peixoto.

Atlas do Brasil, do IBGE.

Plano Rodoviário Nacional (Lei n. 2.975, de 24-11-56).

Artigos diversos de revistas e jornais.



RONDON — PATRONO DA ARMA DE COMUNICAÇÕES

Ten-Cel NELSON SOUTO JORGE

Transcrito da Revista da Escola de Comunicações, N. 1,
Out/Nov/Dez 1964

Por Decreto n. 51.960, de 26 de abril de 1963, foi consagrado patrono da nova Arma de Comunicações, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Tantos são os feitos dêste grande brasileiro e tantas facetas apresenta a sua obra, que bem cabia como símbolo de outras instituições.

Nós do Exército, no entanto, não abdicamos desta honra. Fizemos-lo patrono da Arma cuja missão está contida em 25 anos de sua vida. Vinte e cinco anos dedicados à construção das linhas telegráficas, que levaram as comunicações às mais remotas regiões da Pátria, integrando à comunidade nacional o Estado de Mato Grosso e parte do Amazonas.

* * *

Não pretendemos, neste desprevensioso trabalho, biografar o grande Rondon. Nossa objetivo é prestar-lhe as homenagens dêste primeiro número da Revista da Escola de Comunicações, ressaltando alguns aspectos de sua vida, de sua obra, enfim, de sua luta pelo desenvolvimento do nosso sistema de comunicações, pela integração do solo nacional, pela proteção e assimilação do silvícola à nossa civilização.

* * *

Após brilhante curso na Escola Militar da Praia Vermelha, era Rondon promovido a "Alferes Aluno", em julho de 1888 e, ainda neste ano, matriculado na recém-criada Escola Superior de Guerra. Em 1890, concluía o curso, em 1º lugar, com o título de Engenheiro Militar e Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

Por essa época, o governo havia criado a "Comissão Construtora de Linhas Telegráficas", cujo chefe dos trabalhos no Estado de Mato Grosso, o saudoso Gomes Carneiro, futuro herói do Círculo da Lapa, escolheu Rondon, por seu valor, por suas qualidades, para Adjunto da Comissão.

Aí inicia-se a grande obra de Rondon. Sua atuação em tão importante missão, inicialmente como um dos auxiliares de Gomes Carneiro e depois como chefe da Comissão, revestiu-se de tal importância, foram de tal monta os objetivos alcançados, tudo fruto da sua com-

petênciа, dedicação, desprendimento e da exata noção do cumprimento do dever, que o conduziram ao encontro da História, e o imortalizaram para sempre.

As linhas telegráficas foram lançadas na direção do Araguaia, com início em Cuiabá, em busca da ligação com Minas Gerais. Embora enfrentando a selva mais agreste, o índio hostil, a constante falta de recursos e as doenças tropicais, jamais esmoreceu Rondon em sua obra. E depois de 13 meses de árduo trabalho, a Comissão completava a instalação de 600 km de linhas telegráficas, chegando a Registro, no Araguaia, dando um passo de gigante para o estabelecimento das comunicações de Cuiabá com Minas, Goiás e Rio de Janeiro.

Em 1891, por indicação de Benjamim Constant, seu grande amigo, era Rondon nomeado professor de Astronomia e Mecânica da Escola Militar. Mas a sua vida calma da cátedra não duraria muito. E, como disse ele próprio, "este plano de uma vida remansosa que passaria a ter entre a família que ia fundar e as funções de lente, teve que ser modificado inteiramente".

Não pôde recusar o apelo de Gomes Carneiro para que continuasse a obra que haviam iniciado. E em 1892, era nomeado chefe do 16º Distrito Telegráfico de Mato Grosso. Fato interessante: com a nova comissão perdia Rondon a condição de Major comissionado, voltando ao posto real de Capitão. Suas palavras sobre este fato, bem mostram sua aprimorada formação militar e de patriota: — "Foi sempre minha norma não olhar para trás, viver tão intensamente quanto possível cada novo dia, frente erguida pelo pensamento — importa mais do que a própria vida, o espírito com que a vivemos".

* * *

Os anos de 1892 a 1898 passaram-se com Rondon lançando novas linhas, reparando as já estabelecidas e construindo inclusive um trecho da estrada estratégica de Goiás a Cuiabá, tendo em vista temer-se tornado tensas as relações entre o Brasil e a Argentina, que discutiam a questão do território das Missões.

Há uma passagem da vida de Rondon, neste período, que deve ser citada para mostrar sua fibra de soldado e suas qualidades de chefe. Deixamos que ele mesmo relate o fato, pela pena da escritora Esther de Viveiros, sua biógrafa: "No dia da partida (para o Rio), já a bordo as bagagens, recebi um telefonema: os soldados da Comissão haviam-se revoltado e, depois de expulsar os oficiais, entregavam-se no acampamento à mais desenfreada orgia, quase todos em estado de embriaguez.

O tempo era limitadíssimo para agir. Por outro lado, como partir, deixando a Comissão entregue à indisciplina?

Não hesitei.

— Ordenança, o meu cavalo!

Embora temendo que me não fôsse possível regressar a tempo, acatou minha espôsa essa decisão.

Parti em desabalado galope. Montava um vigoroso cavalo que, ao chegar ao acampamento estava branco de espuma.

Refreado de súbito, o animal sentou-se.

Com um salto, desmontei.

— Corneteiro! Toque reunir soldados em acelerado.

Os soldados obedeceram ao toque, os embriagados instintivamente acompanhando os que ainda conservavam o raciocínio.

— Corneteiro! Gritei novamente, toque reunir oficiais em acelerado.

Vieram êstes se aproximando, deixando a mata onde se haviam refugiado.

Formados todos, fiz sentir aos soldados a gravidade do ato praticado. Tinham-se tornado indignos da farda que traziam.

Os oficiais foram também severamente admoestados.

— Um oficial não pode abandonar o seu pôsto — nêle morre se necessário fôr.

Destaquei depois um pelotão para ir a mata buscar varas.

E durante uma hora, foram os soldados, em forma, vergastados.

Depois de deixar cada um no seu pôsto, regressei amargurado. Doía-me profundamente ter sido forçado a recorrer ao processo do Conde de Lippe.

Entreguei-nhe a amargas reflexões sobre o fato de serem sempre enviados, para trabalhar na Comissão, homens indisciplinados, na fase ainda da “obediência forçada”.

E sob a impressão ainda dêste melancólico incidente partimos”.

Esta atitude, rude para a nossa época, mas perfeitamente admisível e compreensível no ambiente em que viveu Rondon, revela, no entanto, sua ascendência moral sobre os subordinados, a energia de suas atitudes e a justeza do seu procedimento.

Enfim, é uma afirmação categórica de suas qualidades de chefe e de líder.

* * *

Em 1900, sendo plano do Governo ligar a Capital da República às fronteiras de Mato Grosso com a Bolívia e o Paraguai, visando o estabelecimento de um sistema de comunicações necessário à segurança nacional, foi Rondon nomeado chefe da Comissão encarregada dos trabalhos. Imediatamente lançou-se no cumprimento da nova missão.

Aqui não são só os índios, a selva, as doenças, há também o pantanal mato-grossense e a densa bacia hidrográfica, inclusive o caudoso Paraguai.

Mas todos os obstáculos são vencidos e a 1 de janeiro de 1904, chegavam as linhas telegráficas a Corumbá, estabelecendo a ligação com Cuiabá. O regozijo da população era geral, grandes festas estavam programadas, mas, com a esposa enferma, só desejava Rondon voltar a Aquidauana.

"E assim foi, diz êle. O pantanal estava cheio — entretanto, nada me poderia deter. Cumprida minha tarefa, corri para junto dela como agulha que imã irresistivelmente atrai. Viajava noite e dia, seguido pelos meus dois fiéis bororós, que me seguiam como se fôssem minha sombra. A água chegava às vezes à barriga dos cavalos, mas não havia dificuldades, cansaço, fome e frio que me fizessem consentir em retardar de um minuto sequer o momento de chegar a Aquidauana, onde estava ela".

Grande soldado, grande líder, grande espôso, grande chefe de família.

* * *

Em 1906 estavam estabelecidas as linhas com Pôrto Murtinho, Forte de Coimbra, Bela Vista e Cáceres, portanto concluídas as ligações com as fronteiras da Bolívia e Paraguai. Em setenta meses, trabalhando sob condições as mais precárias, inclusive com constante falta de recursos, a Comissão cumpria o que se lhe impunha. Estavam construídos 1.746 km de linhas telegráficas através da selva e do pântano.

* * *

Ao regressar ao Rio de Janeiro, já encontrou Rondon nova incumbência a sua espera. Exposta pessoalmente pelo Presidente Affonso Penna, implicava em embrenhar-se através da selva amazônica, procurando, com a presença das comunicações e explorações científicas, consolidar a incorporação ao Brasil dos territórios do Acre, do Purus e do Juruá.

Disse-lhe Affonso Penna: — "Acha exequível semelhante projeto, naquelas zonas despovoadas e destituídas de recursos próprios?

— É só querer, respondeu Rondon.

— Pois eu quero, e confio-lhe a execução desse trabalho, com plenos podêres, tratando o senhor do assunto diretamente comigo".

* * *

Apresentava-se o palco da nova epopéia com aspectos bem mais sombrios. Ali iria Rondon defrontar-se com a impenetrável selva amazônica; ali habitavam tribos as mais selvagens; ali jamais o chão

havia sido palmilhado pelo homem branco. Nada deteve, no entanto, a fibra, a vontade férrea, a forte determinação de Rondon. Lançou-se, resoluto, em mais esta tarefa, que com tanto entusiasmo e dedicação realizava pela sua Pátria.

Nesta luta, não sabemos o que mais admirar em Rondon: se a sua extraordinária tenacidade, persistindo sempre, mesmo quando, de vontade de lançar-se à luta, só restava a sua; se o seu espírito humanitário ao tratar o silvícola, procurando incutir nos companheiros a noção de "morrer se necessário fôr; matar, nunca", lema positivista, sim, mas que nunca afastou Rondon do cumprimento do dever; se a sua capacidade de trabalho e de condução de homens, dirigindo e mesmo, él próprio, realizando trabalhos os mais penosos, muitas vezes com a febre alta da malária, constante em todos os membros da Comissão; se a sua coragem e serenidade ante índios e feras, procurando catequizar aqueles e enfrentando e abatendo estas; se a sua competência na realização dos trabalhos de construção das linhas telegráficas e de levantamentos topográficos e geográficos, corrigindo locações e colocando em cartas acidentes ignorados.

* * *

Os trabalhos tiveram início em 1907 e em 1915 estavam as ligações entre Cuiabá e Santo Antônio, no atual Território de Rondônia, concluídas, inclusive com ramal para Guajará-Mirim.

Cumpria Rondon o que prometera ao Presidente Affonso Penna, embora ainda, por longos anos, continuasse sua luta de desbravador do sertão brasileiro.

O penosíssimo encargo implicou no lançamento de 2.270 quilômetros de linhas através da selva, com a instalação de 25 estações telegráficas.

* * *

Aí está, em largos traços, o trabalho de Rondon no campo das comunicações.

Muito, no entanto, ainda teríamos que escrever se fôssemos levantar sua obra por inteiro. A atuação de Rondon nos trabalhos de Inspeção de Fronteira, na criação do Serviço de Proteção aos índios, na Expedição Científica Roosevelt-Rondon e na Missão Diplomática na questão de Letícia constituem outros magníficos capítulos de sua vida. É, portanto com orgulho e como um exemplo a seguir, que a Arma de Comunicações tem como patrono o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, cuja única preocupação na vida foi — servir. Servir ao Exército, servir à Pátria, servir à Humanidade.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

PROGRAMAÇÃO PARA 1965

JANEIRO: *ESTRADAS SEM FIM*, de Severino Rocha Carvalho, Prêmio Franklin Dória, 1963.

FEVEREIRO-MARÇO: *GUERRA REVOLUCIONÁRIA*, pelo Ten-Cel do Exército de Portugal Hermes de Araújo Oliveira.

ABRIL: *LOGÍSTICA PARA A INVASÃO*, pelo General Sena Campos.

MAIO: *DRIVE TO VICTORY* (Título provável, ARREMETIDA PARA A VITÓRIA), de Robert S. Allen. Trad. Ten-Cel Celso dos Santos Meyer.

JUNHO-JULHO: *DO LITORAL AO SERTÃO*, por Funchal Garcia, com ilustrações do autor.

AGOSTO-SETEMBRO: *UM ENSAIO SÔBRE A CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA*, pelo Ten-Cel Wilson Moreira Bandeira de Mello.

OUTUBRO: *CONVERSA SÔBRE A HISTÓRIA DO BRASIL*, por Corina Pessoa.

NOVEMBRO: *ARTUR OSCAR (SOLDADO DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA)*, pelo Maj Eugênio de Andrade Guimarães.

DEZEMBRO: *CORUMBÁ, ALBUQUERQUE E LADARIO*, pelo Gen Raul Silveira de Mello.

Observações — A programação acima poderá sofrer alterações, de acordo com as imposições dos estabelecimentos gráficos.

FRANCESES NOVAMENTE NO RIO DE JANEIRO

Gen. Antônio de Souza Júnior

Trabalho realizado para o 2º Caderno do "JORNAL DO BRASIL", do IV Centenário, "400 Anos Memoráveis", de 15 Fev 65.

Assim que despontou o Século XVIII, dividiu-se o Mundo Ocidental, sob a influência da Guerra da Sucessão da Espanha, em dois grupos beligerantes, com a França, de um lado, contra quase todas as nações européias, do outro. Essa dissensão, a decadência da esquadra gaulesa, então dedicada à guerra de corso, como processo de sobrevivência, e a fama de prosperidade do Rio de Janeiro, importante centro comercial do Império Colonial Português na América, explicam as duas incursões francesas a esta Cidade, em 1710 e 1711. A descoberta do ouro das Minas Gerais e o seu escoamento natural pelo pôrto que florescia à margem ocidental da Baía da Guanabara não podiam realmente deixar de atrair, para esta região, o interesse e a cobiça dos inimigos da Corte de Lisboa. Ademais, é bem possível que as investidas de Du Clerc e Du Guay-Trouin ao Rio de Janeiro, no Século XVIII, se tenham inspirado em reminiscências dos ambiciosos projetos alimentados, no Século XVI, por Villegaignon e Catarina de Médicis. Com efeito, se houvessem aquêles dois cometimentos sido coroados de pleno êxito, quem garante que se não teria tornado ostensivo e ameaçador o apoio dissimulado que os mesmos receberam de Luis XIV, Rei de França?

Como a História, porém, não é escrita com hipóteses e suposições nem fundamentada em conjecturas, vejamos o que ficou registrado nos Anais da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, dos acontecimentos militares mais importantes de sua vida colonial.

A EXPEDIÇÃO DU CLERC

Jean-François Du Clerc nasceu na Ilha de Guadalupe, e ali foi educado por um dos mais célebres corsários das Antilhas, o Senhor Du Casse. Em consequência, cedo ingressou nas fileiras dos que faziam da pilhagem ou da pirataria processo de guerra marítima contra o poder naval e o comércio da Inglaterra e de seus aliados. E logo também se revelou, na aventurosa atividade, "marinheiro de muito valor, mas sem o talento necessário para as grandes empresas".

Parece que a idéia de se apoderar do Rio de Janeiro brotou na cabeça de Du Clerc, no decurso do ano de 1708. De regresso à terra natal, depois de longa aprendizagem e estada na França, singrava o Atlâ-

tico, certamente a procura de presas de guerra, quando, na altura do litoral pernambucano, avistou um comboio português de 4 navios mercantes, escoltados por 4 naus de guerra de 400 canhões e 300 homens de guarnição. Sem vacilar, lancou-se Du Clerc a abordagem e, após breve luta, apossou-se de precioso carregamento. Isto lhe causou funda impressão, quer pela riqueza dos despojos, quer pela falta de combatividade das tripulações dos navios atacados. Esse episódio, segundo alguns historiadores, influiu decisivamente no espírito de Du Clerc, que passou a alimentar, daí em diante, o desejo de investir a próspera colônia portuguesa na América, por acreditar, pela experiência e resultados colhidos naquele corso, quão fácil e lucrativa seria a emprésa. Em 1710, ofereceu-se-lhe a oportunidade sonhada. A Companhia Chastellainde-Neuville aprestou em Brest pequena frota de cinco navios de guerra e uma balandra, para 1.500 homens de desembarque, e confiou-lhe o comando. Apesar de assalariada a Expedição por aquela organização comercial, os navios pertencia à Armada Real, eram regulares as tropas embarcadas e o seu Comandante, às vésperas da partida, via-se promovido a Capitão-de-Fragata e agraciado com a Ordem de São Luís, o que não deixava de ser significativo, conforme salientou em *Histoire de la Marine Française*, o historiador Charles de la Roncière.

Enquanto isto se passava na França, o Governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Moraes, dirigia-se a El-Rei, em março, relatando o estado precário das fortalezas e pedindo-lhe que mandasse artilharia e reforços em pessoal, para melhor defesa da Cidade. Não podia, contudo, a Metrópole atender aquela solicitação, porque a situação político-militar do Reino era difícil e aflitiva. Envolvido também na Guerra da Sucessão da Espanha, desde 1703, concentrara Portugal todo seu esforço militar nas operações contra os espanhóis, na península ibérica. E justamente, a partir de 1709, começara a série de insucessos portuguêses, com a frágil derrota de seu exército na Batalha do Rio Caia, insucessos que os levaram, pouco depois, à paz de Utrecht, em 1712. O Brasil-Colônia, portanto, devia ficar naquela conjuntura, como o estivera já em outras, inteiramente entregue à sua própria sorte.

No dia 17 de agosto de 1710, a pequena frota de Du Clerc surgiu à vista das fortalezas da barra. Santa Cruz, depois de um tiro de advertência, dirigiu-lhe algumas salvas, como demonstração de espírito de luta que animava sua guarnição. Diante da inopinada reação, decidiu Du Clerc evitar o ataque frontal e tentar o assalto à Cidade por terra, mediante desembarque em algum ponto do litoral circunjacente. Proseguiu, assim, para o sul, no dia imediato, em reconhecimentos da região, até a Ilha Grande. Aí foi procurado por escravos fugitivos de uma fazenda, os quais se prontificaram a guiar os franceses, de Guaratiba até o centro da Cidade (Henri Malo, *Du Clerc à Rio de Janeiro*).

Na manhã de 11 de setembro, pois, orientado pelos escravos conhecedores do País, fêz Du Clerc desembarcar cerca de mil homens na pequenina e mansa praia de Guaratiba, providencialmente desguarnecida

na ocasião. Embora ainda existam opiniões e tradição divergentes, a respeito do local e do roteiro inicial de marcha da coluna invasora, deve ter sido ali mesmo o lugar onde os franceses desceram à terra. É o que se pode deduzir, *confirmando outros documentos, do registro existente no livro dos Padres Beneditinos, segundo o qual os invasores, "procedentes de Guaratiba, causaram grandes danos e ruínas nos Engenhos da Vargem e do Camorim"*, situados ao norte das Lagoas de Marapendi e de Jacarepaguá (Mosteiro de São Bento, *Dietário*). Ora, para alcançar aquêles Engenhos, poderia Du Clerc ter seguido duas rotas. A primeira, pela Garganta e Campos de Grumari e Estrada das Piabas, até desembocar nos Campos de Sernambetiba. A segunda, a mais provável, pela conhecida Estrada da Grota Funda, até ganhar os mesmos campos, partes da antiga Sesmaria, ou Morgadio, dos Condes de Asseca, tornada famosa no Fôro do Rio de Janeiro, pelas importantes questões judiciais que tem suscitado em torno de sua origem e posse. Do Engenho do Camorim, prosseguiu Du Clerc, fraldeando os montes, pela planície de Jacarepaguá, até o Engenho Nôvo. Na tarde de 18, afinal, a coluna invasora acampou no Engenho Velho dos Padres (São Francisco Xavier), sem que tivesse encontrado qualquer resistência séria em sua marcha, pelos caminhos do Indaí ou Andaraí. O plano pôsto em execução pelo corsário francês desnorteara, por inteiro, o Governador Francisco de Castro Moraes. Ao invés de procurar logo contato com a tropa desembarcada, deeedira o Comandante da Praça, à frente do grosso dos defensores, formado em batalha, aguardar o inimigo no Campo de Nossa Senhora do Rosário (Campo de Santana). Por aí acreditava que deveria passar a coluna de Du Clerc, para alcançar o centro ou a parte setentrional da Cidade, dominada pelos Morros da Conceição e de São Bento.

No dia 19, bem cedo, Du Clerc continuou o movimento. Contrariando as previsões do Governador, abandonou o caminho que o levava ao Campo de Nossa Senhora do Rosário, infletiu para a direita, pela Azinhaga de Mata-Cavalos (Rua do Riachuelo), e resolveu entrar na Cidade pela parte sul, que supunha menos guarnecidada de gente. Ao atingir o Outeiro de Nossa Senhora do Desterro (Morro de Santa Teresa), teve o primeiro recontro de importância com os defensores da povoação. Fê-los recuar e, estimulado pela superioridade numérica, avançou na direção do Convento da Ajuda (Cinelândia). Daí seguiu pela Travessa de São José, alcançou a artéria principal, a Rua Direita (1º de Março), e foi desembocar finalmente no Terreiro ou Largo do Carmo (Praça 15 de Novembro). Nesse momento, deve ter parecido a Du Clerc que a vitória e a Cidade estavam inteiramente em suas mãos. Isto porque Francisco de Castro Moraes, que dispunha de cerca de 2 mil homens destacados nas fortalezas e em outros pontos estratégicos, ainda continuava com o grosso da tropa em posição, esperando o suposto assalto.

Ocorreu, então, o imprevisto, o imponderável das batalhas. Moços estudantes, improvisados em soldados, ao mando de um bravo guerri-

Iheiro, o Capitão Bento do Amaral Coutinho, surgiram intimoradamente no caminho dos invasores, barrando-lhes os passos e os desígnios. Saravadas de balas certeiras, despedidas das janelas do Palácio do Governador, na Rua Direita, das casas próximas e dos cantos de ruas vizinhas, começaram a abrir claros irreparáveis nas fileiras adversárias. Nesse entremes, tropas enviadas, afinal, às pressas, do Campo de Nossa Senhora do Rosário, passaram ao contra-ataque, encurralando Du Clerc e seus soldados no Trapiche da Cidade, grande e sólido edifício situado junto ao Palácio do Governador. Apertado o cércio ao Trapiche, bombardearam-no intensamente os canhões dos navios atracados nas proximidades, os instalados na Ilha das Cobras e os da Bateria da Praia de São Bento, enquanto os sitiantes, atirando sem cessar, diligenciavam, com barris de pólvora, fazer ir pelos ares o prédio. A essa altura era de entusiasmo e de confiança na vitória o ânimo dos combatentes luso-brasileiros, não obstante as pesadas baixas sofridas naquele local. Por seu turno, inspirado e encorajado pelo exemplo dos estudantes, o povo saiu às ruas para participar da refrega e caçar impiedosamente os remanescentes da coluna invasora. Ao fim do dia, sitiado, desfalcado em seus efetivos e sem possibilidades de receber auxílio ou reforços, capitulava Du Clerc, à frente de 650 homens aproximadamente. Os restantes, mais de 400, dos quais 200 mortos, haviam tombado na luta. E à margem desta, também caía, meses depois, inglória mente, o Comandante da Expedição. Aos 18 de março de 1711, homens embuçados penetraram na casa que lhe servia de prisão e abateram-no despiadadamente, por motivos até hoje não muito claros e explícitos.

Frustrara-se, dessa maneira, o assalto à Cidade, menos pelas medidas corretas tomadas pelo Governador do Rio de Janeiro do que pela reação popular e erros cometidos pelo corsário francês. "O que há de realmente digno de menção na resistência ao ataque de Du Clerc ao Rio de Janeiro", escreveu o General Tasso Fragoso (*Os franceses no Rio de Janeiro*, edição da Biblioteca do Exército, comemorativa do IV Centenário), "é o ardor e patriotismo dos defensores, sobretudo dos estudantes que impediram ficasse a residência do Governador nas mãos dos assaltantes. Quanto aos dois chefes, fôrça é reconhecer que não estiveram na altura da grave tarefa que lhes havia tocado; a meu ver, por falta de capacidade militar".

A EXPEDIÇÃO DU GUAY-TROUIN

Precisamente um ano depois que a pequena frota de Du Clerc se apresentara diante da barra e fôrça repelida pela Fortaleza de Santa Cruz, recebia o Governador do Rio de Janeiro, ainda Francisco de Castro Morais, aviso da próxima chegada à Baía de Guanabara de poderosa esquadra francesa. Comandava-a, segundo o informe, Du Guay-Trouin, um dos mais bravos marinheiros da época, no apogeu de sua carreira e fama de intrépido e desabusado corsário. A pretexto de vingar o revés e o assassinio de Du Clerc, aparelhara Du Guay-Trouin, com o

concurso de ricos armadores de Saint-Malo e o apoio moral e material do Rei Luís XIV, forte armada, constituída de 17 navios, 740 canhões e cerca de 6 mil homens, para realizar uma expedição punitiva ao Rio de Janeiro. Não obstante os acontecimentos do ano anterior e as advertências do Governador à Metrópole, não haviam sofrido alterações nem recebido reforços, tanto os efetivos da guarnição quanto as obras de defesa da Cidade, em consequência, por certo, da situação político-militar realmente grave por que ainda atravessava Portugal, em guerra com a Espanha. Dispunha, então, Francisco de Castro Morais, para fazer face ao poderio francês, apenas de 2.720 homens, 174 bôcas de fogo e 6 navios, dos quais somente 4 de guerra.

Assim, aos 12 de setembro de 1711, quando Du Guay-Trouin chegou ao Rio de Janeiro, tudo lhe era favorável. Ciente do estado precário das fortificações e confiante na absoluta superioridade de fogo de sua esquadra, decidiu forçar a entrada da barra, em vez de contorná-la, para efetuar o desembarque no litoral vizinho, como o fizera Du Clerc, um ano antes. Às 13 horas, sob proteção de espessa cerração, os navios, em fila, adentraram a baía, resolutamente. Ao fim de três horas, depois de canhonear os fortões e as baterias de terra, que responderam ao fogo, a esquadra francesa, quasi incólume, fundeava na Armação. A partir daquele instante, a defesa da Cidade entrava em colapso. As fortalezas estavam praticamente ultrapassadas e fora de ação, assim como inservíveis os seis navios, alguns incendiados e outros encalhados nas proximidades da Ilha das Cobras, por ordem do Sargento-Mor-de-Batalha-do Mar, Gaspar da Costa Ataíde. A surpresa do evento, o poderio do inimigo, já instalado no interior do dispositivo de defesa da Cidade, a inépcia dos chefes militares e o desentendimento entre os Comandantes das forças de terra e de mar, contribuíram desde logo para que a população, atônita, não pudesse participar da luta e da reação, como em 1710.

Dante da fraca resistência e da desorganização dos defensores, Du Guay-Trouin foi executando, com sua proverbial energia, o plano que traçara para conquista da Praça. Na manhã seguinte, ocupou a Ilha das Cobras, importantíssima posição dentro da baía, fortificou-a e passou a hostilizar dali o Morro de São Bento. No dia 14, desembarcou 3.800 homens na Praia de São Diogo e instalou-se nas alturas adjacentes, do Morro de São Diogo ao do Livramento, junto ao da Conceição, passando, assim, a dominar inteiramente a planície onde se assentava parte da povoação. De 15 a 18, verificaram-se escaramuças e pequenos recontros diante das posições mantidas pelos franceses, com reduzidas baixas nas fileiras de ambas as partes. No dia 19, percebendo que lhe era francamente favorável a situação, Du Guay-Trouin intimou o Governador Francisco de Castro Morais a capitular, sob pena de "reduzir a cinzas" a Cidade, "de levar a ferro e fogo todo este país" e de submeter a provações tóda a população. Embora não correspondesse aos fatos nem à disposição de ânimo dos chefes militares encarregados da defesa, a resposta foi negativa e sobranceira, digna daqueles bravos

guerreiros lusitanos que, no século anterior, de tantas glórias se cobriram, na resistência ao jugo dos invasores holandeses, no nordeste brasileiro. Em face, portanto, da enérgica repulsa do Comandante da Praça, que prometia defendê-la "até a última gota de sangue", o Comandante da Expedição punitiva determinou o ataque geral. Ao anochecer de domingo, 20 de setembro, os canhões franceses das baterias de terra e de alguns navios da esquadra despejaram sobre a Cidade uma aluvião de balas. Os ribombos e clarões da artilharia, misturados aos relâmpagos e trovões da noite escura e chuvosa, levaram o terror, pânico e desespere não sómente à população desorientada, mas também às próprias fôrças que ainda se encontravam em seus postos. Nessa conjuntura, o Governador Francisco de Castro Moraes, sentindo-se incapaz de cumprir sua missão, mandou que se abandonassem as posições, e ele mesmo, acompanhado de pouca gente, retirou-se para o Engenho Nôvo dos Padres. No dia 21, Du Guay-Trouin apoderou-se, sem resistências, dos entrincheiramentos dos Morros da Conceição e de São Bento e entrou vitoriosamente na povoação abandonada.

Contudo, não ficou sómente nessa retirada o ignominoso desfecho da luta para as armas luso-brasileiras. Du Guay-Trouin insistiu em sua intimação, exigindo agora 12 milhões de cruzados pelo resgate da Praça. Marchou no encalço do Governador fugitivo, a quem impôs, no dia 10 de outubro, ainda sem combate e apenas pela exibição de sua superioridade de armas, a assinatura de um ajuste, pelo qual ficava o vencido obrigado a pagar ao vencedor a importância de 610 mil cruzados, além de 100 caixas de açúcar e 200 bois, para libertação da conquista. No dia 4 de novembro, recebeu a última prestação do resgate e devolveu, em consequência, a Cidade. Todavia, sómente aos 13 de novembro, a esquadra francesa, sob as ordens do ousado e vitorioso corsário, levantou âncoras, enfunou as velas e deixou a Baía de Guanabara, levando os valiosíssimos despojos arrecadados em seu bem sucedido assalto à Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Esse acontecimento, de grande repercussão mundial, na época, teria empanado a honra e o brilho das armas luso-brasileiras, se não ocorressem, então, dois episódios de alta significação militar. Do primeiro foi protagonista o destemido guerrilheiro Bento do Amaral Coutinho, que, no ano precedente, havia encabeçado a reação popular, à testa da valorosa Companhia dos Estudantes. Novamente diante de fôrças invasoras, portou-se Bento do Amaral Coutinho com a mesma bravura e combatividade. Comandante de um Destacamento de 150 homens, pagos de seu bôlso, estabelecera a vigilância e defesa da Bica dos Marinheiros, a fim de impedir que os atacantes se apoderassem daquela entrada, "que era a única pela qual se comunicava a Cidade com o interior do País". Inconformado com a inatividade do Governador, pediu-lhe reforço substancial com que pudesse desalojar os franceses de suas posições, nos Morros de São Diogo e do Livramento. Não atendido, apesar da promessa, efetuou, com a sua própria gente, dois ataques contra or-

ganizações inimigas. Após a retirada das tropas para o Engenho Nôvo, dirigiu-se Bento do Amaral Coutinho à Praia Vermelha, a fim de verificar a situação da Fortaleza de São João. De regresso, no dia 23, segundo Rio Branco (*Efemérides Brasileiras*, Rio, 1946), nas imediações da Lagoa da Sentinela (local aproximado da confluência das Ruas do Riachuelo, Frei Caneca, Marquês de Pombal e Santana), o intrépido guerrilheiro encontrou a morte gloriosa num choque que aceitou contra forças adversárias muitas vezes superiores em número.

Do segundo episódio foi principal personagem o Governador das Minas Gerais, Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Informado, no dia 21 de setembro, da invasão do Rio de Janeiro pela esquadra de Du Guay-Trouin, decidiu imediatamente marchar em socorro desta Cidade. Conclamou o povo às armas, requisitou provisões e organizou o Exército de Libertação, em cujas fileiras se encontravam paulistas, mineiros, nortistas, reiñóis, combatentes da Guerra dos Emboabas, num total superior a seis mil homens, "da melhor e mais lúzida gente da Capitania". Uma semana depois, punha-se em movimento, de Vila Rica (Ouro Preto), e a 11 de outubro, segundo alguns historiadores, ou, mais provavelmente, a 25, após 17 dias efetivos de marcha, chegava, com o grosso da Expedição, às vizinhanças do Rio de Janeiro. Não pôde mais intervir nos acontecimentos, inclusive no ato da capitulação, que ocorreu no dia 10, mas a sua presença, pela fama que desfrutava e pelo respeito que infundia no próprio campo inimigo, evitou maiores infortúnios à Colônia. Com efeito, ao saber, em princípio de outubro, por intermédio de negros desertores, da aproximação da força comandada pelo Capitão-General Antônio de Albuquerque, Du Guay-Trouin revelou ter ficado "muito inquieto com tal notícia. Compreendi — escreveu tempos depois (*Memoires*, Amsterdam, 1740), — a necessidade de fazer um esforço antes dessa reunião. Esse socorro, que chegava um pouco tarde, era muito considerável para que eu não lhe desse atenção".

A confissão de Du Guay-Trouin é significativa e mostra a influência que exerceu, em suas últimas decisões e no seu apressado regresso à França, a presença do Governador das Minas Gerais, à frente do Exército Libertador, ao qual se incorporaram, refeitos, reanimados, os defensores e a gente do Rio de Janeiro. A bravura e o sacrifício de Bento do Amaral Coutinho, e o espírito de iniciativa e a capacidade militar do Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho salvaram efetivamente em 1711, a honra e a reputação das armas luso-brasileiras.



GUERRA DO PARAGUAI

A Subseção Comercial da Biblioteca do Exército possui à disposição dos interessados a monumental obra do Gen Augusto Tasso Fragoso, "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", revista e anotada pelo Ten-Cel Francisco Ruas Santos.

5 volumes — 3.228 páginas — 96 mapas.

Preço: Volumes e mapas — Cr\$ 3.000,00.

Capa colecionadora de mapas Cr\$ 250,00.

Pedidos pelo reembolso postal à Subseção Comercial, Biblioteca do Exército, Palácio da Guerra, 3º andar da Ala Marcílio Dias.

Rio de Janeiro — GB, ZC-55
Enderêço telegráfico : BIBLIECX



FOI TRANSFERIDO? Mantenha-nos informado de seu novo endereço, para evitar atrasos no recebimento de sua Revista.

NÃO REBAIXE NEM ENLEVE O SEU SUBORDINADO

Capitão-de-Corveta F. N. CLAUS ROMO VON GLASENAPP

Transcrito do Boletim do Clube Naval, 1º semestre de 1965.

Parece-nos, com freqüência, ser a ciéncia de relações humanas uma das mais complexas e confusas, e não haver dúvida, sobre a falta de entendimento existente — seja no trabalho, em casa, na vida particular,

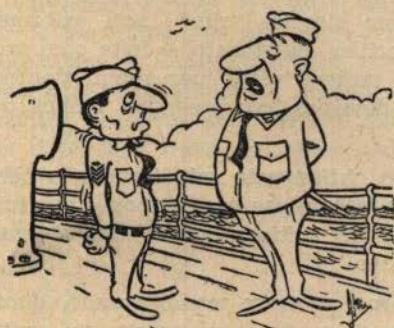
na vida pública, em nosso país, ou entre Nações. Ocupamos na nossa profissão constantemente postos de chefia dentro da hierarquia militar, e, uma tentativa de melhorar as qualidades de um chefe talvez pudesse ter um efeito positivo sobre as relações entre o superior e o subordinado. Não é, entretanto, essa nossa intenção; mas se ao menos este nosso esforço puder ajudar em parte aos chefes, principalmente aquêles que ainda estão ensaiando os

primeiros passos na carreira militar, a compreenderem a sua tarefa e os problemas numa base do entendimento, da compreensão, e da inteligência, teremos atingido o objetivo que nos propusemos alcançar ao apresentar este trabalho.

Pretendemos focalizar aqui um dos mais importantes meios de que dispõe um chefe para comandar, educar e orientar seus subordinados. Ao mesmo tempo talvez seja este um dos mais delicados, visto que o contato direto com o subalterno num momento crítico como êsse, que se segue à descoberta de um erro cometido na execução de uma tarefa, necessita de um maior controle emocional a fim de evitar que uma explosão muito embora explicável, não provoque uma reação mal contida por parte do subalterno, agravando desta maneira ainda mais o conflito íntimo recém-surgido.

Conhecimentos elementares de psicologia tornam-se insubstituíveis para que nestes momentos a atmosfera volte a ser harmoniosa, condição essencial para conseguir-se a completa cooperação de seus subalternos e aumentar a eficiência da equipe com que se trabalha.

Pode-se conseguir a cooperação de seus comandados com a aplicação em maior ou menor grau de outros princípios básicos de chefia



e — dificilmente haverá abuso no emprêgo dos mesmos, o que, entretanto, não ocorre no ato de crítica, quando facilmente se pode passar dos limites normais.

Parece, de alguma forma, ser muito mais fácil criticar do que elogiar, porque é mais fácil perceber o trabalho imperfeito do que o perfeito. Assim, mesmo, toda pessoa merece, e normalmente espera, críticas sobre um trabalho deficiente que tenha feito, e que reconhece ser deficiente. Pela crítica e pelo elogio podemos obter diversos resultados: enquanto que o elogio é bem recebido, por satisfazer a ambição — a crítica provoca uma revolta, mesmo que justa, por desvalorizar a tarefa executada.

Outro aspecto é a maneira pela qual é feito o elogio ou a crítica. O reconhecimento é normalmente muito raro e reduz-se geralmente ao indispensável, quando não, a um simples "sim", sem externar nenhuma alegria ou satisfação. A crítica, entretanto, é feita com um vocabulário extenso, acompanhada muitas vezes por manifestações iradas e raivosas. — Nesta hora devemos compreender ambos os lados.

O chefe verifica que o resultado obtido pelo subalterno não corresponde à expectativa. Sua reação natural se traduz pelo aborrecimento, que se exterioriza por palavras críticas, acompanhadas por gestos, sendo feitas em tom agressivo.

Como reação natural o subalterno se sente menosprezado, diminuindo sua vontade de trabalhar ou deixando transparecer um sentimento de animosidade.

De qualquer maneira diminui a união entre o superior e o subalterno, podendo até desaparecer por completo, o que não ajuda a nenhum dos dois. Esses fatos mostram que devemos saber elogiar e criticar, o que constitui um conhecimento básico para a vida e o trabalho em conjunto entre o superior e o subalterno. Devemos, portanto, saber formular corretamente o elogio e a crítica, assunto este que pretendemos focalizar agora mais de perto.

A PSICOLOGIA DA CRÍTICA

Em resposta à primeira pergunta: "Por que criticamos?" lembramos que a crítica é feita:

- 1) pelo desejo de mostrar sua importância e sua superioridade, porque aquele que critica, se coloca em plano superior ao criticado. Surge o perigo da falta de razões objetivas para formular uma crítica, principalmente quando se aproveita todas as oportunidades para mostrar ao subalterno a sua inferioridade. Quanto maior for o desejo de ressaltar sua importância e sua superioridade, maior será a tendência de criticar;

- 2) quando o superior é demasiadamente exigente, esquece, na ânsia de obter em tudo e em todos a perfeição, a imperfeição humana;
- 3) como consequência emocional do estado psíquico do superior que, por ter sido chamado atenção pelo seu chefe, transmite essa insatisfação ao seu subalterno por meio de uma crítica;
- 4) por aqueles chefes, que rapidamente passaram de subalternos para superiores e que na época em que eram subalternos encaravam a obediência como castigo, traduzindo agora seu complexo de inferioridade na frequente crítica de seus comandados.

Todos os motivos de crítica já mencionados dependem exclusivamente do chefe, o qual, entretanto, muitas vezes deixa de observar a verdadeira função da crítica, que consiste em orientar e corrigir os erros cometidos pelo subalterno. Essa crítica construtiva, por demais justificada, é necessária para melhorar o progresso e o desenvolvimento das atividades do subalterno, e deve ser baseada em julgamentos objetivos sem ferir a moral do criticado. Pela dificuldade de obter-se o desejado, apresentamos algumas regras práticas para criticar de maneira razoável, dividindo a crítica em cinco partes: o conteúdo, o formato, o tom, a maneira, o momento e as circunstâncias que a determinam.

AS REGRAS PARA CRITICAR

O conteúdo da crítica

Fazemos uma diferença entre duas espécies de crítica:

- a) aquela que contém somente repreensões e
- b) aquela que constitui mais uma orientação.

A primeira maneira, condena simplesmente a realização, enquanto a segunda, construtiva, tenta aproveitar parte do feito, podendo a pessoa exprimir-se da seguinte maneira: "Se você tivesse feito isso desta maneira, teria obtido melhor resultado!" explicando em seguida a maneira como obter-se um resultado melhor.

A crítica construtiva é na maioria das vezes a melhor, podendo, entretanto, acontecer que o chefe não consiga o resultado desejado, devendo por essa razão estar familiarizado com algumas regras relativas ao conteúdo:

- 1 — Criticar muito é tão errado como nunca criticar. A crítica deve conter somente o essencial e chamar atenção da parte mais importante.
- 2 — A crítica deve ser resumida em frases curtas, podendo o subalterno concluir facilmente e sem dúvida o erro cometido.

- 3 — A crítica deve focalizar as falhas existentes, comparar o resultado obtido com o desejado e mostrar o erro cometido.
- 4 — Não se deve mencionar sómente o lado negativo, mas também tentar mostrar detalhes positivos do feito ou então tentar encorajar o subalterno com uma palavra animadora.
- 5 — Deve-se evitar de abordar na crítica aspectos pessoais a fim de atingir o erro cometido e não a pessoa que o cometeu, devendo por essa razão ser evitadas as frases como: "Você não tem jeito; não adianta, que você faz tudo errado; não aguento mais você; você é preguiçoso, etc.
- 6 — Antes de formular uma crítica, deve-se meditar e verificar se o subordinado a "merece", e distinguir a incapacidade da má vontade, verificando antes de fazer uma crítica objetiva, se a ordem transmitida foi suficientemente clara e racional e, se o subalterno estava à altura de cumpri-la.
- 7 — O superior, antes de criticar, deve tentar colocar-se no lugar do subalterno, visto que, pela possibilidade de errar não sómente na ação como também no raciocínio, o subalterno pode ter errado no último.
- 8 — Deve-se dar mostra de confiança, fazendo diferença entre a confiança depositada no caráter e a na aptidão, esclarecendo objetivamente o sentido que se deseja dar às expressões como "Você quer, mas não consegue!" ou "Você pode, mas não quer!" Esse esclarecimento pode ajudar muito ao subordinado a fazer sua auto-análise. Quantos não gostariam ter um quadro exato sobre si mesmo?
- 9 — Enquanto não existir prova em contrário, deve-se pressupor que existe boa vontade por parte do subalterno. Aconselha-se iniciar as frases com expressões como: "Você com certeza tinha a melhor intenção", ou Você provavelmente pensou que poderia fazer isso também desta maneira". Esse apelo à boa vontade construirá uma atmosfera calma, necessária ao esclarecimento objetivo da falha cometida.
- 10 — É fácil verificar-se a tendência humana de procurar erros pequenos em outra pessoa, esquecendo-se o seu próprio erro, às vezes, maior ainda. A fim de evitar críticas injustas, devemos, portanto, seguir o conselho que diz: "Critique os outros como gostaria de ser criticado, perdoa os outros como gostaria de ser perdoado".
- 11 — Deve-se tentar anular, pelo autocontrôle e pela autodisciplina, o preconceito surgido em relação a pessoas antipáticas, para evitar que se enxergue na menor falha um erro enorme, criticando-se em consequência com exageros.
- 12 — Toda crítica deve terminar com uma palavra reconciliável. Não se pode evitar de causar aborrecimentos, desgostos e indignação, apesar de seguir-se todos os conselhos já men-

cionados. Obteremos um tom conciliável, facilitando a futura cooperação, se terminarmos esperançosos por melhores resultados com palavras como: "acredito que na próxima vez não acontecerá isso!" — O infrator verificará que seu êrro foi considerado como algo acidental, ocasional e singular, o que muito o animará internamente, não deixando surgir ressentimentos.

- 13 — Por último, devemos lembrar ainda que em certas ocasiões a falha é causada por problemas particulares, preocupações e aflições de solução difícil para o subordinado. Neste caso a crítica será inútil, aumentando sómente seu tormento, porque reconhece seu êrro e se arrepende. Aconselha-se, neste caso, o uso de um pouco de tolerância.

A FORMA DA CRÍTICA

A forma da crítica tem geralmente maior importância que o conteúdo, porque o sentimento geralmente domina a razão no momento de fazer-se a crítica.

A irritação do superior, facilmente irascível, se manifesta muitas vezes pela maneira exagerada, acompanhando sua crítica com insultos e ameaças. A outra pessoa, que pela diferença hierárquica não pode retribuir as palavras injuriosas, é impelida geralmente à explosão. Esta forma de criticar é inteiramente condenável por diversas razões, e se por um lado ela constitui uma maneira primitiva de reagir, mostrando tratar-se de uma pessoa pouco culta, por outro lado, o subalterno acaba de ver o superior numa atitude que pelas aparências externas causa uma impressão negativa, diminuindo sua autoridade. Na mesma ocasião ocorrem muitas vezes certos deslizes que colocam o superior numa posição ridícula.

Ao mesmo tempo o subalterno verifica que possui meios de fazer com que seu superior perca a calma, tornando-se ridículo. O fato mais importante, entretanto, é que, após um excesso de raiva, dificilmente se consegue encontrar um tom objetivo e harmonioso.

O Chefe deve evitar por todos os meios chegar a esse ponto, e ter sempre em mente as consequências de uma reação impulsiva.

Neste caso, é melhor dizer ao subalterno a pura verdade em tom objetivo e sem piedade, isto é, dizê-la sem o uso de métodos pedagógicos e diplomáticos. Os resultados obtidos serão diferentes, visto que para certas pessoas, ouvir a dura verdade tem o mesmo efeito de uma bofetada.

Para essas pessoas talvez se recomende aplicar um método mais suave, e ao invés de dizer aberta e bruscamente: "O que você fez, está completamente errado!" convém dizer: "O que você fez precisa ser modificado, porque pode ser feito também de maneira diferente.

Experimente uma vez!" Por este método que expressa maior consideração obtém-se muitas vezes melhores resultados. Uma outra maneira, quando possível, consiste em mostrar ao subordinado algum aspecto agradável, por exemplo, um elogio, antes de fazer a crítica.

A observação desagradável pode assim ser melhor aceita, correndo-se, entretanto, o perigo de não exprimir a inteira verdade ou elogiar à custa da verdade.

Outra maneira consiste ainda na crítica disfarçada, na qual se comenta o erro cometido, transmitindo-se uma nova ordem, e pela qual o subordinado poderá deduzir que sua obra não obteve aprovação. Esse processo aplica-se somente a infrações menores e depende naturalmente do gênio do subordinado.

Pode-se, às vezes, aplicar com bons resultados a crítica em forma de pergunta, por exemplo: "Você não acha que aqui tem um erro?" ou "Você não acredita, que isso poderia ser feito de outra maneira?"

O subalterno poderá encarar essa pergunta como apelo à sua inteligência, e sentindo-se lisonjeado elevará, em consequência, sua moral e criar-se-á a harmonia necessária à cooperação.

O tom da crítica

A crítica pode ser feita ou em tom áspero, severo e negativo ou de maneira calma e pausada, pela simples elevação ou rebaixamento da voz. Existe ocasiões em que se pode deduzir a intenção do locutor, apesar de não compreender-se o sentido de uma frase escutada, pois o tom empregado traduz fielmente o estado espiritual do autor da locução. Uma crítica em tom irritante e impaciente causa mal-estar e reação, enquanto que aquela feita em tom calmo é suportada mais facilmente.

O crítico tem que executar a tarefa difícil de apresentar o conteúdo desagradável em tom objetivo e calmo.

O momento da crítica

Devemos observar os seguintes pontos:

1. Não critique logo no início do dia porque logo depois de acordar, a maioria das pessoas ainda está irritada, principalmente se o sono foi curto ou inquieto, acontecendo isso tanto com os chefes como com os subordinados. Nessa hora, na maioria das vezes, a crítica não é suficientemente objetiva, faltando por parte do criticado a compreensão necessária, que trará más interpretações.
2. Não critique imediatamente antes ou depois das refeições. Antes duma refeição, isto é, quando se sente fome, a pessoa é mais facilmente exacerbada e a crítica é mais severa do que desejada, reagindo o subalterno de maneira irritada, o que talvez normalmente não faria.

Após a refeição, quando todos estão com os ânimos tranqüilos, o criticado ficará aborrecido se tiver que perder essa tranqüilidade.

3. Não critique logo ao reiniciar os trabalhos no primeiro dia da semana. Ser chamado atenção imediatamente após um dia livre e prazenteiro é especialmente mal compreendido, podendo a pouca vontade, existente para o serviço dêsse dia, muitas vezes ser prejudicada pelo ressentimento causado pela crítica.

Existe a possibilidade também do superior não estar mais bem humorado na 2ª-feira, podendo facilmente ser influenciado pela cólera e criticar severa e injustamente.

4. Não critique imediatamente ao verificar o erro cometido; deixe passar algum tempo para esfriar os ânimos e tornar a crítica mais objetiva.

Em que circunstâncias deve ser feita a crítica

Devemos tomar o cuidado de não fazer críticas na presença de outras pessoas, a fim de preservar a dignidade do criticado. A presença de outras pessoas tem efeito excitante, tanto para aquele que formula a crítica como para o outro que recebe, visto que o primeiro deseja mostrar sua superioridade diante de todos os presentes, enquanto que o outro não deseja sentir-se diminuído diante de seus colegas. Desta maneira o primeiro tende a ser agressivo, enquanto que o segundo passa à defensiva, e — à resistência.

O ELOGIO

A boa execução deve ser elogiada e reconhecida.

As palavras de John Paul Jones, que "nenhum ato meritório do subordinado deve escapar à atenção do superior ou deixar de receber o prêmio correspondente, mesmo que esse prêmio seja somente uma palavra de aprovação" confirmam a opinião geral pela qual as pessoas consideram o reconhecimento por um bom trabalho como uma das características do superior eficiente, e tendo-se a ausência dêsse reconhecimento como uma das falhas do mau superior. O problema é: qual a melhor forma de colocar este princípio em prática, razoável e eficientemente?

Temos o elogio, que constitui um importante método educacional, por sua finalidade de interessar o subordinado por seu trabalho, e distinguimos aqui duas modalidades: o elogio adulador e o elogio objetivo.

O primeiro é feito em tom admirador com o uso excessivo de adjetivos superlativos e tem efeito de uma lisonja — o outro realça objetivamente o valor da realização.

O elogio adulador pode ser insincero, pretendendo talvez o superior conquistar o subalterno; enquanto o elogio objetivo sempre é verdadeiro e na maioria das vezes é interpretado desta maneira pelo subordinado. A vaidade e a ambição induz a fazer críticas, entretanto pelo mesmo sentimento deseja-se ser elogiado, sentimento perfeitamente normal e justificado, porque exige-se intimamente um julgamento correto de seus esforços, podendo o próprio elogio ser interpretado como uma maneira de julgar corretamente. Apesar disso os superiores elogiam raramente, e isso por diversas razões:

Em primeiro lugar todo elogio eleva a pessoa elogiada, contrariando o sentimento de grandeza do autor do elogio — Quando alguém elogia outro, nivela-o a si mesmo; a crítica, ao contrário, rebaixa o atingido, e por essa razão é preciso possuir grandeza humana para não ser influenciado negativamente por este sentimento de ambição.

Elogia-se por outro lado raramente, porque provoca no atingido as mais diversas reações, podendo servir como estímulo para um, mas causar um complexo de superioridade em outro. Podendo acontecer ainda que, após o reconhecimento por parte do superior, o subordinado venha apresentar reivindicações, cuja solução muitas vezes se torna impossível.

Portanto, a aversão ao elogio é perfeitamente compreensível e poderá ser explicado ainda mais com as seguintes razões: Se, por exemplo, um militar realmente eficiente fôr elogiado demasiadamente, ele fica embotado, perdendo o elogio a sua finalidade original e grande parte de seu valor e de seu efeito estimulante, podendo a pessoa elogiada chegar ao ponto de só animar-se a trabalhar, depois de receber elogios. Ela já se acostumou tanto ao elogio que facilmente perde o ânimo, e com a falta de novo estímulo fica insegura e abatida.

Por outro lado sabemos que o dever do soldado consiste em cumprir zelosamente suas obrigações e rigorosamente as ordens recebidas, sem esperar receber um elogio! Essa atitude sob o ponto de vista educacional é errada, mas apesar disso um superior poderá obter com esse processo melhores resultados do que outro que elogia em demasia sem preocupar-se com a objetividade e a personalidade da pessoa visada. Entretanto, apesar de todas essas razões contrárias, não se deve deixar de elogiar, porque o subordinado encara o elogio como reconhecimento do progresso de seu trabalho, e prova de sua eficiência, procurando aumentá-la mais ainda sob o efeito da sensação agradável causada por essa recompensa.

Poderíamos afirmar que, o elogio é a "vitamina" necessária à convivência, necessitando o subordinado dêle para um melhor rendimento, e ao sentir sua falta, aparecem os fenômenos das "doenças avitamínicas" em forma de falta de vontade de trabalhar, de cansaço e abatimento.

Sem querer exagerar citamos o exemplo de que não se pega moscas com vinagre, mas sim com mel, e o fato do domador usar mais o açúcar que o chicote, ratifica o efeito do método.

Portanto, é do próprio interesse de cada chefe elogiar devidamente e no momento correto.

Outra maneira de se reconhecer os atos do subordinado é fazer o elogio por escrito, cuja diferença principal consiste em poder ser aplicado alguns dias ou semanas após o acontecimento do fato precededor de reconhecimento. Citamos ainda a recompensa dada em forma de um prêmio material, por exemplo, um livro ou algo diferente, cuja entrega é feita em cerimônia com toda a unidade formada. — Tanto o elogio, transcrito em Boletim ou Ordem do Dia, como o prêmio material, possibilitará ao elogiado mostrar sua eficiência aos seus familiares sem parecer presunçoso — Este tipo de reconhecimento é, portanto, uma ampliação do elogio verbal ou a compilação de diversos elogios verbais anteriormente dados.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar que tanto para criticar, como para elogiar, o superior deve aplicar seus conhecimentos psicológicos para poder prever a reação que sua observação provocará no subalterno, e saber aplicar a maneira adequada. O superior não tem sómente o direito, mas muitas vezes também o dever de criticar, devendo fazer uso desse direito só depois de uma meditação correspondente, porque a maioria dos erros são cometidos por desconhecimento e desleixo e raras vezes por má intenção.

Na repreensão aplicam-se os mesmos conceitos, constituindo essa medida a última etapa antes da aplicação de uma pena disciplinar, sendo necessário muitas vezes fazê-la por escrito, aplicando-a em casos onde a simples crítica não seria mais suficiente, e a punição disciplinar demasiadamente severa.

A repreensão possibilita, portanto, indicar ao subalterno ainda em tempo útil o caminho certo, sem prejudicar sua carreira militar decorrente de uma possível aplicação de uma pena disciplinar.

Por outro lado, constitui o elogio o melhor incentivo para o subordinado, devendo o superior procurar aplicá-lo sempre que cabível. Poderíamos dizer para criticar pense duas vezes, para elogiar pense uma vez só, pois dificilmente abusará da faculdade de reconhecer a perfeição do trabalho.

Não é necessariamente certo que quanto maiores forem os prêmios, melhor será o comando da unidade. Mas o método simples e fácil, de mostrar aos subordinados por meio de palavras ou atos que a tarefa foi bem ou mal executada, constitui um princípio básico de chefia.



NOSSO APÉLO

VOCÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-nos-lhos. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

INTRODUÇÃO AOS COMPUTADORES DIGITAIS

Por GLENN L. WHITE (The Military Engineer, maio e junho de 1964).

Tradução do Ten-Cel Art HUGO DA GAMA ROSA SUCUPIRA, Oficial de Estado-Maior.

O Computador Eletrônico figura, em primeiro plano, entre os mais úteis e flexíveis equipamentos de trabalho do mundo de hoje. Ao mesmo tempo, o Computador é, provavelmente, um dos menos compreendidos (e por isso mesmo, o mais difamado) e equipamentos de utilização generalizada. Nossa objetivo, neste artigo, é tecer explicações sobre os Computadores Eletrônicos, particularmente, os Digitais, de tal forma que o leigo, através de u'a melhor compreensão e alargamento do campo de vista, possa avaliar a sua grande utilidade. A Fig. n. 1 mostra o conjunto de um Computador.

De um modo geral, existe dois tipos de Computadores. Um é chamado de Computador Analítico e sua operação se resume na operação de dados sobre unidades de medida; tais como: voltagem, pressão, calor, etc. Um medidor de velocidade (*speedometer*) assemelha-se a um Computador porque fornece dados a serem utilizados, em consequência de u'a medida efetuada.

O Computador, que será objeto do nosso artigo, é um Computador Digital, cuja operação se orienta pela contagem e manipulação de valores numéricos e não na sua medida. Tal Computador tem emprêgo muito mais generalizado. Uma calculadora elétrica ou mesmo u'a máquina de somar manual assemelha-se a um Computador Digital, porque fornece dados, pela manipulação de valores numéricos.

A finalidade de um Computador Digital é, geralmente, processar grande quantidade de dados, mediante a utilização de equipamentos de avaliação e transferência de dados, de alta velocidade.



Fig. n. 1 — Um Computador de porte médio — Computador GE/225

ELEMENTOS COMPONENTES

Os dispositivos de alta velocidade que compõem um Computador são: uma "Memória", na qual são estocados os dados a serem processados, os resultados das operações e as instruções a serem executadas; "Dispositivos de Entrada", através dos quais as informações e instruções (Comandos) são introduzidos na Memória do Computador; uma "Unidade Aritmética", onde as instruções (comandos) e os dados estocados na Memória pelos Dispositivos de Entrada são processados; "Dispositivos de Saída" que fornecem os resultados, após a execução dos cálculos.

Todos os Computadores possuem êstes componentes básicos. As diferenças que existem entre êles e entre suas características são em função do tipo, velocidade de operação e tamanho.

A MEMÓRIA

A Memória de um Computador pode ser de diferentes tipos. Sua função é estocar instruções (comandos) e dados. O tipo mais comum de Memória "Interna" é a Memória de núcleos magnéticos, que consiste de grupos de pequenas peças de metal, do formato de pastilhas, cada uma destas últimas podendo ser magnetizadas (carregadas elétricamente) ou desmagnetizadas. O Computador, examinando uma série desses núcleos e traduzindo a combinação entre núcleos magnetizados ou desmagnetizados, pode transformar o resultado das operações em dados comprehensíveis pela mente humana.

A Memória é montada em forma de *palavras* e *células*. Uma célula de memória, ou uma palavra, é composta de um grupo de núcleos e é interpretada pelo Computador como sendo uma unidade simples. Uma palavra pode ter comprimentos diferentes, dependendo do tipo do Computador, e em alguns casos pode ser variável, de acordo com o desejo do operador.

Tôdas as células de memória são numeradas. Quer isto dizer que um Computador que possui 1.000 palavras em sua Memória, é constituído de células numeradas de 000 até 999. Qualquer célula poderá conter instruções ou dados diversos. O computador quando programado para executar uma série de instruções passará de uma palavra para a que se lhe segue, executando as operações na ordem em que estão colocadas na Memória. É possível interromper esta seqüência de operações, transmitindo uma instrução que diga ao Computador que, a partir de certa célula, prossiga para uma outra, que não seja a subsequente.

A designação da memória de núcleos magnéticos como "memória interna" implica em que êsse tipo de memória seja incluído no corpo do computador, não podendo ser separada do mesmo. As "Memórias Externas" foram adotadas para atender a duas razões principais: as Memórias Internas, embora extremamente rápidas, são muito caras. Por esta razão só devem ser empregadas quando se desejar estocar, temporariamente, os resultados do processamento de grande quantidade de

dados. A segunda razão corresponde ao fator: mobilidade. Seria difícil mudar uma memória interna, de um lugar para outro, dentro da sala onde estiver instalado o Computador. As Memórias Externas são construídas, exatamente, com esta possibilidade. Estas últimas, geralmente, consistem de fitas magnéticas, discos magnéticos, tambores e cartões perfurados.

As fitas magnéticas são do mesmo tipo das que são usadas nos gravadores sonoros e funcionam dentro do mesmo princípio. Um gravador registra os sons na fita, transformando a energia sonora em energia elétrica e, por meio das cargas elétricas resultantes, magnetiza as partículas de óxido de ferro da película que cobre a fita plástica. O Computador estoca as palavras (que nada mais são do que núcleos magnetizados e núcleos não magnetizados) usando as cargas elétricas para criar uma série de partículas, magnetizadas ou não, na superfície da fita. Estas partículas e os núcleos que elas representam são chamadas de "bits". Um "bit" portanto corresponde a um núcleo, magnetizado ou não, da Memória do Computador.

Os Discos e Tambores magnéticos trabalham da mesma forma que as Fitas, exceto no que diz respeito ao processo de gravação. Nos primeiros, a gravação é feita por meio de um braço móvel que percorre o disco ou tambor, à proporção que êstes executam o seu movimento giratório, em torno de um eixo. Na gravação em fita, existe um dispositivo estático — cabeça de gravação — e a fita passa pela sua frente. A vantagem da memória de disco ou tambor é que os "bits" podem ser estocados ou extraídos de forma aleatória, em contraposição à seqüência dos que forem gravados nas fitas magnéticas. Se for necessário obter uma informação estocada em fita, deverá ser percorrida toda a fita até que se chegue ao ponto em que a mesma informação (bit) esteja gravada. Entretanto, os dados estocados em tambores ou discos podem ser obtidos pelo braço móvel sem a necessidade da leitura de informações outras que não aquela que, de fato, interessa. É o mesmo que acontece com um toca-disco, no qual é possível selecionar o trecho musical pelo movimento do braço do "pick-up" na faixa desejada.

Os Cartões perfurados são menos freqüentemente utilizados como Memória Externa do que os tipos anteriores, principalmente, por ser sua velocidade de operação menos elevada. Os dados são estocados num cartão mediante a transformação de impulsos elétricos em impulsos mecânicos que fazem com que determinados estiletes perfurem o cartão, segundo um código previamente estabelecido.

DISPOSITIVOS DE ENTRADA

A Memória do Computador é o lugar em que os dados e instruções podem ser encontrados, entretanto, a mesma deve ser carregada. Isto é conseguido por meio de uma variedade de dispositivos. As informações que tenham sido estocadas em fitas magnéticas serão introduzidas na Memória, por meio de uma Leitora de Fitas Magnéticas. Aquelas

informações registradas em cartões são transmitidas à Memória por uma Interpretadora de Cartões Perfurados. Assim, de uma forma ou de outra, existe um dispositivo de leitura para quase todos os tipos de equipamento de coleta de dados. Por exemplo, u'a máquina eletrônica de contabilidade, uma caixa registradora, u'a máquina de somar e um teletipo podem ser fabricados para fornecerem uma fita de papel, na qual as informações já processadas pela máquina são gravadas sob a forma de perfurações na fita referida acima. Os Computadores dispõem de um equipamento desse tipo, chamado : "Interpretadora de Fita de Papel Perfurado".

Um sintoma muito comum da era dos computadores é a série de números de aspecto curioso e símbolos diversos que começaram a aparecer na parte inferior dos cheques bancários. As informações contidas nos caracteres desse tipo correspondem à identificação da conta e do Banco e são impressas no corpo do cheque por meio de uma "tinta magnética". Existe um dispositivo de entrada para interpretação dos caracteres impressos em tinta magnética, a fim de operar, por meio do Computador, o movimento diário de um Banco. Existe ainda um dispositivo de entrada, chamado "Interpretadora Ótica", que executará a leitura direta de documentos confeccionados com caracteres específicos e que promete ser o mais flexível dispositivo de entrada, através da eliminação de complicadas elaborações de dados.

UNIDADE ARITMÉTICA

Esta unidade do Computador compõe-se de circuitos elétricos que interpretam e executam as instruções que foram introduzidos na Memória com a finalidade de acionar, seja a Unidade Aritmética, seja a própria Memória. A relação de instruções e comandos de operação disponíveis varia muito em número e extensão, dependendo principalmente do porte do Computador. A velocidade de operação da Unidade é, também, muito variável.

DISPOSITIVOS DE SAÍDA

Os equipamentos de saída de dados são de dois tipos, cada um satisfazendo uma certa necessidade de obtenção de informações da Memória. Um dos equipamentos possibilita o operador interpretar, facilmente, as informações fornecidas pela Memória. O outro destina-se ao uso pelo próprio Computador. Os equipamentos destinados ao operador correspondem a impressoras (Figura n. 2), máquinas de escrever e dispositivos eletrônicos, semelhantes a um tubo de TV, para o fornecimento de certos tipos de dados. As impressoras e máquinas de escrever fornecem dados permanentemente, o tubo, por outro lado, dados variáveis ou não permanentes.

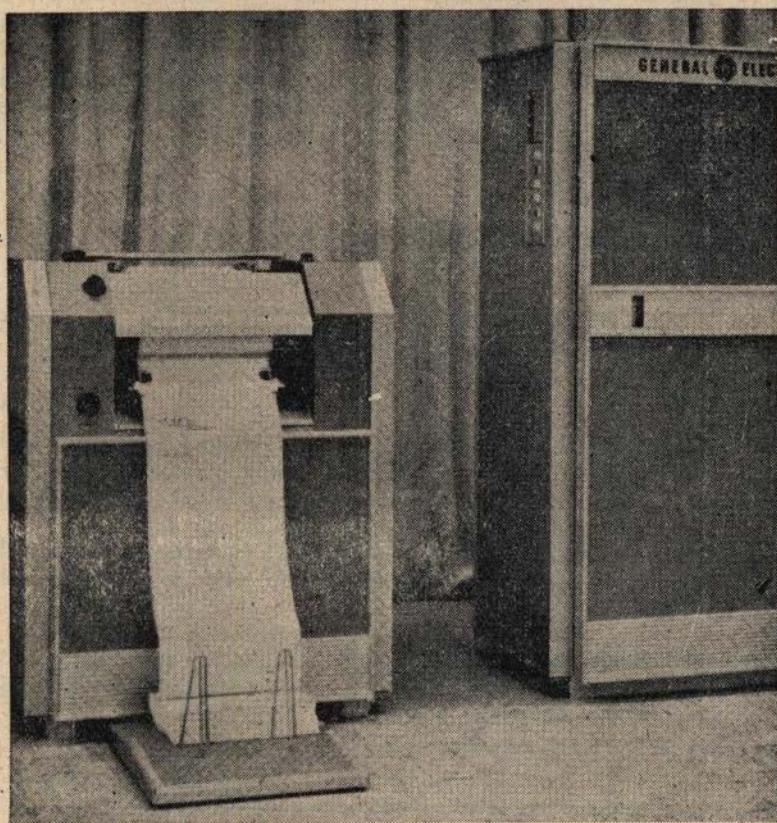


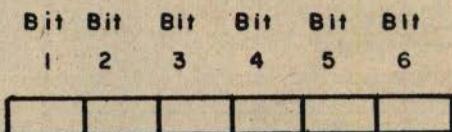
Fig. n. 2 — Esta impressora pode fornecer 900 linhas (cada linha com 120 caracteres) de informações por minuto

Quando há necessidade de que o Computador forneça dados para serem estocados, apenas temporariamente, a saída é efetuada por meio de dispositivos semelhantes aos de entrada e freqüentemente encontrados no mesmo "chassis" de montagem. Este é, por exemplo, o caso da fita de papel perfurada, e da fita magnética. Estes dispositivos transferem dados da Memória a uma velocidade variável.

O MÉTODO DE PROCESSAMENTO

Para que todos os equipamentos descritos anteriormente, possam ser utilizados, deve haver um sistema operacional segundo o qual as informações inteligíveis para uma pessoa, o possam ser também para o Computador e vice-versa. Este problema é resolvido pelo emprêgo do "Sistema numérico de base binária".

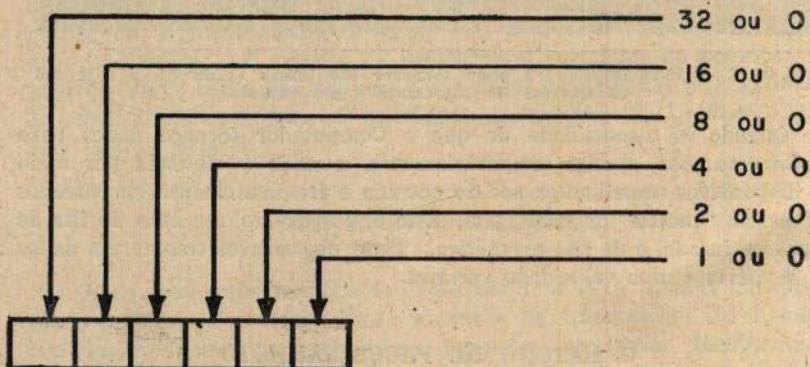
A "palavra" do Computador, definida por um grupo de núcleos de memória ou "bit" que pode ser examinado pelo Computador com uma unidade de informação, pode variar de tamanho, conforme o tipo do Computador. Como exemplo, para descrevermos o emprêgo do sistema de base binária, vamos adotar uma palavra de 6 (seis) "bits". Isto pode ser representado, gráficamente, da seguinte forma:



O primeiro passo no uso de um sistema binário é supor que se o núcleo que representa o Bit n. 6 está magnetizado, o valor deste bit será 1 (unidade). Se o núcleo não estiver magnetizado, o valor será 0 (zero).

A seguir, o valor do Bit n. 5 será 2 (dois) ou zero, dependendo da ocorrência ou não de carga elétrica percorrendo o núcleo que representa o mesmo bit.

O valor binário do Bit n. 4 será, assim, 4 (quatro) ou 0 (zero) e do Bit n. 3, 8 (oito) ou 0 (zero), do Bit n. 2, 16 (dezesseis) ou 0 (zero) e o do Bit n. 1, será 32 (trinta e dois) ou 0 (zero).



Observação:

"Daqui por diante, um núcleo magnetizado será indicado pela inscrição do número 1 (um) na casa apropriada."

Para formar um número, por meio dos núcleos da Memória, é necessário magnetizar certos núcleos de uma determinada palavra e somar os valores dos "bits". Por exemplo, se a palavra tiver o aspecto abaixo:

Bit	Bit	Bit	Bit	Bit	Bit
1	2	3	4	5	6
0	0	0	0	1	1

estará representando o número de base decimal 3, pois que o Bit n. 5, naquela situação, vale 2 (dois). Se a palavra tiver este outro aspecto:

| Bit |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | |

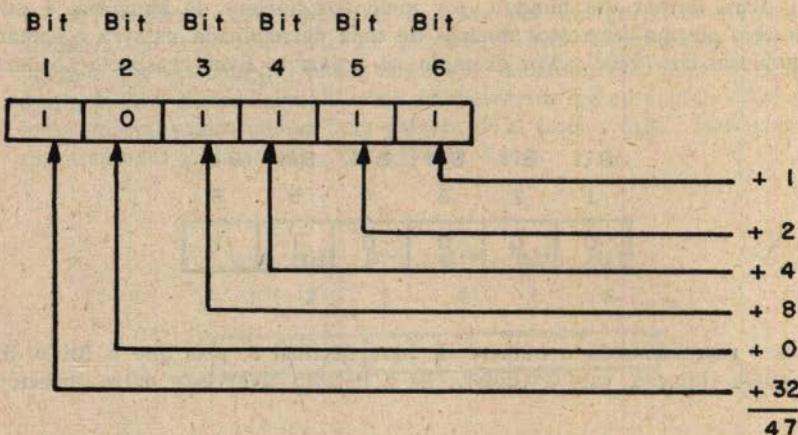
seu valor será 17, porque o Bit n. 2, carregado, vale 16 (dezesseis) e o Bit n. 6, também carregado vale 1 (um).

Dentro desta ordem de idéias, o Computador é capaz de guardar e identificar caracteres, na forma abaixo:

Bit 1 Bit 2 Bit 3 Bit 4 Bit 5 Bit 6

0	1	0	1	0	1
---	---	---	---	---	---

+ 1
+ 0
+ 4
+ 0
+ 16
+ 0



Se um Computador usasse apenas palavras de seis "bits", haveria restrições em sua operação. Com efeito, tal palavra pode representar, únicamente, números entre zero (valor numérico da palavra que não possua bits carregados elétricamente) e sessenta e três (valor assumido pela mesma palavra com todos os bits carregados). Naturalmente, o desejável seria podermos representar, no Computador, todos os números, assim como letras e símbolos. O problema poderia ser resolvido pelo artifício de destinar cada palavra do Computador para representar um número (símbolo ou letra) especificamente. Isto nos levaria a considerar que quanto maior fosse o número de palavras, necessárias para representar uma certa quantidade, maior seria o número de ordens numéricas decimais desta quantidade e vice-versa. Por exemplo, o número 1964 seria representado da seguinte forma:

Palavra 1	Palavra 2	Palavra 3
0 0 0 0 0 0 1	0 0 1 0 0 0 1	0 0 0 1 1 0
1	9	6
Palavra 4		
0 0 0 1 0 0		
4		

Este artifício ou melhor, este sistema de inscrição de números de base decimal, utilizando números de base binária é conhecido pela sigla "BCD" (Binary Coded Decimal) e genéricamente adotado em toda a indústria de computadores eletrônicos.

Se cada uma das palavras (de seis bits) de um Computador fôr destinada a representar sempre o mesmo número dígito, haverá a disponibilidade de dois "bits", aparentemente sem utilização, tendo em vista que os algarismos entre 0 (zero) e 9 (nove) utilizam somente 4 (quatro) bits. No sistema BCD, os dois bits restantes e colocados à esquerda são chamados de "zone bits" e empregados pelo Computador segundo um cód-

digo estabelecido arbitrariamente, para representarem letras e símbolos, conforme as necessidades. A letra "A", por exemplo, poderia ter o seguinte aspecto:

"Zone bits"		Bits numéricos			
0	!	0	0	0	!

Este código é, bem assim, o conjunto de símbolos e letras disponíveis variam de um Computador para outro, mas em essência, em todos os casos a concepção dos "zone-bits", serve de base aos sistemas adotados.

OPERAÇÃO DOS COMPUTADORES

Para propiciar o entendimento da operação de um Computador daremos um exemplo de como são coletadas alguns dados, registrado um conjunto de instruções (chamado de programa) e como são resolvidos alguns problemas.

Suponhamos uma relação nominal, suficientemente grande, e que estes nomes estão arrumados de tal forma que seja possível saber quais dentre eles são nomes de Engenheiros. Suponhamos também que fosse possível retirar da lista os nomes daqueles que fossem militares ou civis. A relação poderia depois ser subdividida para indicar quais, dentre os militares seriam oficiais e quais as suas Armas ou Serviços. Dentre o pessoal militar poderia ainda ser indicado quais os que estariam freqüentando Escolas.

Neste exemplo, poderia acontecer que fosse necessário separar aquêles que satisfizessem as prescrições de determinado critério. Naturalmente, esta informação poderia ser conseguida por separação manual, entretanto, se a relação fosse mesmo muito detalhada e houvesse um grande número de separações a serem feitas, iríamos talvez necessitar de um Computador. Este equipamento eletrônico seria então empregado da seguinte forma:

Inicialmente, seria necessário preparar a relação de forma a ser digerida pelo Computador. Para isso seria usado talvez um cartão perfurado e que conteria a "descrição" dos nomes para uso do Computador.

Um cartão perfurado contém 80 (oitenta) caracteres (canais numéricos) de informações. Para facilitar a operação do Computador, devem ser estabelecidos certos "Campos". Um Campo é um grupo de Palavras do Computador que podem ser operadas como uma unidade (da mesma forma como uma Palavra é um conjunto de bits unitários). Um Campo pode ter o comprimento que o Operador desejar.

O usuário do Computador não perfura o Cartão. Solicita a um Operador que o faça, mediante o preenchimento de um formulário. A posição de um Campo, dentro do formulário, indicará ao Operador onde a informação deverá ser perfurada no Cartão. Os Campos para a solução

de nosso exemplo poderiam ocupar as seguintes posições dentro do cartão:

Campo n.º 1	NOME	Caracteres do cartão —	1-25
Campo n.º 2	ENDERECO	Caracteres do cartão —	26-65
Campo n.º 3	IDADE	Caracteres do cartão —	66-67
Campo n.º 4	RESIDÊNCIA	Caracteres do cartão —	68-69
Campo n.º 5	ÍNDICE : ENG	Caracteres do cartão —	70
Campo n.º 6	ÍNDICE : MILITAR	Caracteres do cartão —	71
Campo n.º 7	ÍNDICE : OFICIAL	Caracteres do cartão —	72
Campo n.º 8	ARMA OU SERVIÇO	Caracteres do cartão —	73
Campo n.º 9	ÍNDICE : ESTUDANTE	Caracteres do cartão —	74.

Após a definição dos Campos, a Relação, seja qual fôr a sua forma, será remetida a um grupo de Operadores de Teclados de Perfuração. Estes teclados, componentes de uma máquina de perfuração, semelhantes aos de u'a máquina de escrever, efetuam perfurações no cartão, ao invés de imprimir letras. As informações constantes da Relação Nominal devem ser perfuradas no cartão, seguindo o código da perfuradora e para cada nome será aberto um cartão. Após esta operação, o cartão é remetido, para verificação e contrôle da perfuração, a u'a máquina chamada de Vérificadora de cartões. A figura n. 3, abaixo, mostra um cartão perfurado com as informações de uma determinada Relação Nominal.

Da forma como estão perfuradas e dispostas no cartão, as informações poderão ser lidas pela Memória através de um Dispositivo de Entrada — a Leitora de Cartões — o qual, emitido um feixe luminoso, faz passar, através dos orifícios do cartão, pequenos impulsos luminosos e transforma êstes últimos em impulsos elétricos, inteligíveis para o Computador. Neste tipo de operação com cartões perfurados, pode ser utilizada a Memória auxiliar do Computador, que dispõe de dados de informação gravados em fita magnética.

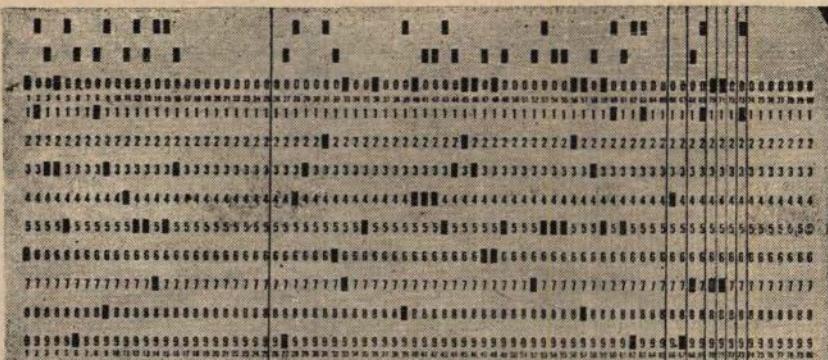


Fig. n. 3 — Aspecto de um Cartão após terem sido perfuradas as informações de uma Relação Nominal

Quando a Relação Nominal possui suas informações gravadas em fita magnética, é possível extrair, diretamente da fita, todos os dados relativos a um nome qualquer para fazer face a uma determinada operação. Esta possibilidade, entretanto, só pode ser concretizada se houver sido organizado um "programa" ou seja um conjunto de instruções ou comandos para o Computador, no qual se registra aquilo que é necessário ser executado para se chegar ao resultado final requerido. Como ilustração, apresentamos, na Fig. n. 4 (págs. 76 e 77) um programa extraído de uma Relação Nominal dos Engenheiros do Exército Norte-Americano. O Computador também foi programado para controlar o total de nomes processados.

Em uma instrução, as duas primeiras letras (caracteres) são partes de um código mnemônico de instruções. RC quer dizer "leia os cartões" (*read cards*). RT: "leia a fita" (*read tape*). BR: "opere condicionalmente" (*branch unconditionally*). BC: "opere condicionalmente" (*branch conditionally*). PR: "imprimir" (*print*). A: "somar" (*add*). No caso das letras BR, a instrução, quer dizer execute a instrução desta ou daquela forma sempre que fôr necessário. No caso de BC, o ciclo normal deve ser interrompido, sómente se certas condições tornarem o procedimento necessário.

A primeira providência a ser tomada na confecção de um programa é desenhar um fluxorama de trabalho. Este fluxorama descreve, em detalhe, o que deve fazer o Computador, passo-a-passo, a fim de chegar ao resultado desejado.

Para poder processar os dados relativos a um determinado Nome o Computador deve extraí-los de uma fita magnética e transferi-los para a sua Memória interna. Neste caso, a primeira instrução seria:

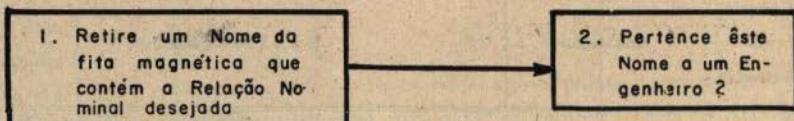
1. Retire um Nome da fita magnética que contém a Relação Nominal desejada.

A segunda operação inclui uma Decisão. Os Nomes procurados referem-se àqueles que sendo Engenheiros, sejam componentes do Exército. Assim sendo, a nova operação seria uma pergunta. (Pág. 78)

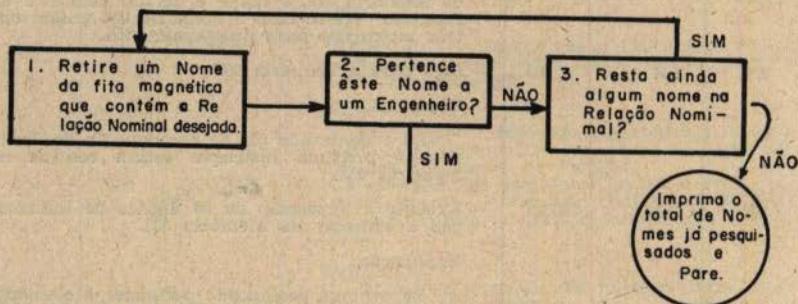
Cálculo da Memória	Instrução	Explicação
000	RC 000003001	<p>— "Leia três cartões perfurados. Estoque os dados, perfurados nos mesmos cartões, em tantas células de Memórias quantas sejam necessárias, a começar da célula 001."</p> <p>Explicação: As informações essenciais estariam contidas nesses três primeiros cartões, que conteriam também as instruções que se seguem e mais um Dígito de Controle, para verificação dos itens procurados. Esta instrução acionará a Memória 001-240 (3x80 posições), com todas as informações e Dígitos de Controle necessários. Quando houver sido completada esta instrução, o Computador passará a executar a seguinte (001).</p>
001	RT 001080301	<p>— "Retire da Fita Magnética n. 1.80 dígitos de informação, estoque estes dados na Memória, a partir da célula 301."</p> <p>Explicação: O Carretel n. 001 teria que conter a Relação Nominal já organizada com todos os dados sobre um dos nomes da Relação.</p>
002	BR 370177006	<p>— "Se os conteúdos das Memórias 370 e 117 forem iguais, execute a instrução contida na Memória 006, caso contrário execute a instrução que se segue."</p> <p>Explicação: Quando a instrução 000 foi executada a Memória 117 foi carregada com uma constante correspondente à "identificação de Engenheiro". Quando o nome em questão estiver sendo registrado na Memória, todos os dados descritivos são introduzidos nas células de memória, a partir da célula 301 até a de n. 380. O 70º dígito de cada cartão é aquele que indica se o nome considerado pertence a um Engenheiro ou não. Portanto, a célula n. 370 contém a indicação de Engenheiro, correspondente ao Nome pesquisado.</p>
003	BR 380180012	<p>Se os conteúdos das Memórias 370 e 177 forem iguais, o Nome pesquisado corresponde a um Engenheiro e serão necessários outros dados. Isto é então conseguido, se iniciarmos a operação a partir da Memória 006.</p> <p>— Se o conteúdo das Memórias 380 e 180 forem iguais, efetue a instrução contida na Memória 012. Caso contrário, execute a instrução que se segue.</p> <p>Explicação: Na Memória 180 foi registrada a letra "Z" quando da execução da instrução 000 ("Z" indica o último nome). O 80º dígito do último nome da Relação foi carregado com um "Z". Se as Memórias 380 (80º símbolo do nome pesquisado) e 180º forem iguais, quer isto dizer que o nome pesquisado corresponde ao último nome da Relação.</p>
004	BR 001	<p>— Siga para a Memória 001.</p> <p>Explicação: Se o nome pesquisado não fôr de um Engenheiro e não fôr também o último nome da relação, deve ser extraído o nome seguinte.</p>

Fig. n. 4 — Instruções organizadas de acordo com o Fluxorama

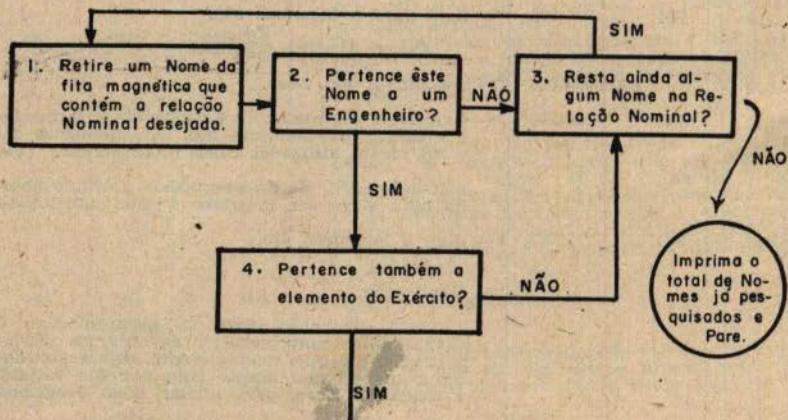
Cálculo da Memória	Instrução	Explicação
005	000000000000	— Disponível em Zero.
006	BC 373179008	<p>— Se o conteúdo da Memória 373 fôr igual ao da Memória 179, siga a instrução contida na Memória 008. Caso contrário execute a instrução que se segue.</p> <p>Explicação:</p> <p>A Memória 179 foi carregada com o dígito correspondente a "Exército". Se o 73º dígito do cartão do nome pesquisado coincidir com o da Memória 179, o nome é de um elemento do Exército. Neste caso a Memória 008 possui outras instruções para prosseguimento.</p>
007	BR 003	<p>— Siga para a Memória 003.</p> <p>Explicação:</p> <p>Se o nome não fôr de componente do Exército, a próxima instrução estará contida na Memória 003.</p>
008	PR 080301	<p>— Execute a impressão de 80 dígitos de informação a começar da Memória 301.</p> <p>Explicação:</p> <p>Se o nome pesquisado pertencer a elemento do Exército, deve ser impresso. A instrução cumpre com esta finalidade.</p>
009	A 204180204	<p>— Some o conteúdo da Memória 180 com o da Memória 204. Estoque o resultado na Memória 204.</p> <p>Explicação:</p> <p>A Memória 180 contém a quantidade 1 (um). Somando 1 (um) ao conteúdo da Memória 204, mantém o controle do número de nomes já selecionados.</p>
010	BR 003	<p>— Siga para a Memória 003.</p> <p>Retire o nome seguinte.</p>
011	000000000000	— Disponível em Zero.
012	PR 004200	<p>— Execute a impressão de 4 dígitos de informação, a começar da Memória 200. As Memórias 200 e 204 foram utilizadas como totalizadores. (Ver instrução 009). Se foi pesquisado o último nome da lista, deve ser impresso o total acumulado.</p>
013	BR 013	<p>— Siga a instrução 013.</p> <p>Explicação:</p> <p>Esta instrução pára a programação. O Computador continuaria a executar a mesma instrução até que, manualmente, seja registrado um comando que fizesse com que ele voltasse à instrução Zero, para iniciar novo programa.</p>



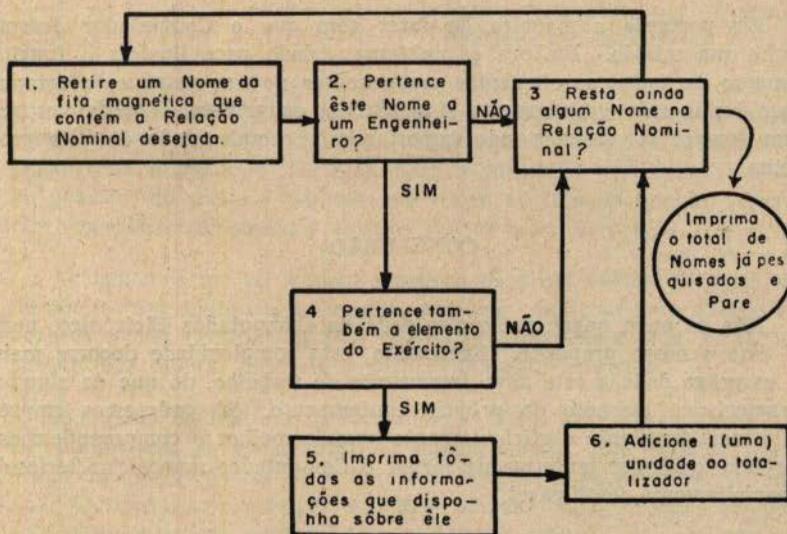
A resposta só pode ser "Sim" ou "Não". Se a resposta fôr "Não", deve ser extraído em outro Nome. Antes da localização de um Nome de Engenheiro, deve-se determinar se ainda existem outros Nomes na Relação e o Fluxorama poderia assumir a forma:



Se o nome obtido fôr de Engenheiro, haverá necessidade de saber se êste Engenheiro pertence ao Exército. Assim, o novo acréscimo ao quadro seria a determinação da linha "Sim" correspondente à pergunta n. 2, "Pertence este Nome a um Engenheiro ?".



Se a resposta à pergunta n. 4, "Pertence também a elemento do Exército?" fôr Não, será necessário proceder da mesma forma como se fêz na pergunta n. 2. Se a resposta fôr "Sim", êste deve ser um dos Nomes a serem extraídos da Relação. O nome seria impresso e no totalizador seria acrescida uma unidade, para contrôle do total de Nomes extraídos. O fluxorama tomaria então o aspecto abaixo:



Quanto mais complexo fôr o problema maior será o número de Decisões a serem incluídas, para descrever tôdas as características do próprio problema.

Assim que houver sido terminado o fluxorama, devem ser confeccionadas as instruções para o Computador. Isto é feito pelo preenchimento de um formulário — Planilha —, do qual são retirados os dados para confecção de cartões perfurados. O computador, então, é acionado manualmente, para ler êstes cartões "de instruções" e introduzir os dados em sua Memória. O Computador executa a instrução contida na célula de memória 000 e prossegue para executar a instrução seguinte. Esta instrução estará registrada na célula consecutiva a que sofreu o último processamento, a menos que se diga ao Computador para "seguir para" alguma outra célula.

A "planilha" extraída do fluxorama toma o aspecto do quadro ilustrado na Fig. n. 4.

Estas instruções seriam introduzidas no Computador, através da Leitura de Cartões Perfurados, tôdas as vêzes que fôr necessário extrair dados como os descritos linhas acima — Separe os Engenheiros do Exército. A seleção de nomes que incluissem maior número de qualificações ou outras características iria requerer outro conjunto de instruções. Por exemplo, se fôsse necessário selecionar Engenheiros Navais ao invés dos do Exército, o programa poderia ser alterado pela mudança do conteúdo da Memória 903, que passaria a ser: "indicador Naval".

Eis portanto a maneira de fazer com que o Computador desempenhe sua missão. Embora o problema, criado para ilustrar o funcionamento de todos os elementos componentes de um sistema de computação tenha sido grandemente simplificado, os princípios operativos seriam sempre os mesmos, não importando a complexidade do dito problema.

CONCLUSÃO

Não se pode negar a complexidade do Computador Eletrônico, nem foi êsse o nosso propósito. Entretanto, esta complexidade decorre mais do emprêgo dado a esta nova *ferramenta de trabalho*, do que de alguma característica inerente do próprio equipamento. Só poderemos empregá-lo mais freqüente e eficientemente quando melhor o compreendermos. Por isso, qualquer tentativa de tornar o Computador menos "misterioso" é perfeitamente justificável.



A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista
de estudos e debates profissionais. É a **sua**
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

PODER, DEMOCRACIA E O FUTURO

Ten-Cel Eng WALTER MESQUITA DE SIQUEIRA
Oficial do Estado-Maior

Várias são as teorias que visam a estabelecer critérios de diferenciação entre o homem e o animal. Quaisquer que sejam êsses critérios existe uma importante distinção para a formação e o desenvolvimento do pensamento social e político; me refiro ao fato de que há seres que têm consciência da morte e existem outros que não a têm.

O homem é um ser que se interessa pelo seu futuro. Mesmo sabendo que a morte porá fim à sua vida, não tem condições para prever quando nem como. Tratando de salvaguardar e prolongar a vida, se preocupa porque esta poderá estar em perigo a qualquer momento.

No início da história da humanidade, além das enfermidades, eram os animais que se constituíam na maior ameaça. Em seguida, conclui o homem que os outros seres humanos também o podem levar à morte. Essa dedução o leva a julgar os outros homens como inimigos em potencial. Essa incerteza quanto às intenções do vizinho, colocam em pauta o dilema do matar ou morrer, o que nos faz considerar, como um fato primário, a questão de que o homem seja o lôbo do homem.

Sentindo-se exposto a perigos, o homem procura segurança, e cêdo conclui que lhe é impossível eliminar tôdas as ameaças que o cercam. Além disso, ele verifica, um outro fato básico da vida social, a condição de que, para produzir e obter as coisas necessárias à vida depende dos demais homens. Analisada essa circunstância, o indivíduo se vê diante de um paradoxo: é, ao mesmo tempo, amigo e inimigo do seu semelhante.

Assim, a cooperação social e a luta social vão de mãos dadas e são igualmente necessárias.

Dessa forma, o homem permanece numa constante busca de meios para perpetuar sua proteção e que constituem de alimentos, vestuário, outros bens necessários à vida, além de recursos para a defesa própria e para o ataque aos inimigos. É a luta pela sobrevivência.

A posse dos meios que asseguram a vida e a posse de armas, constituem o que se chama o poder. E o homem é obrigado a lutar por poder, como meio de conseguir segurança.

Há várias maneiras do indivíduo ser considerado poderoso, pelos demais. Tanto pode ser pelo acúmulo de bens de consumo que lhe proporcionam o poder econômico, como pode ser através de sua força, pela acumulação de meios bélicos, o que constitui o poder militar, como pode ser através da posse de fatores subjetivos, que permitam a configuração do que chamamos prestígio.

Há, ainda, uma forma mais refinada de prestígio e que consiste em sobreviver depois da morte, na memória dos que ficam, é o que podemos chamar a glória.

E assim temos concluído uma síntese do comportamento humano. E se dizemos do homem, podemos estender aos grupos sociais, para daí concluir que o procedimento não difere quando se trata da sociedade ou dos Estados.

Porque os Estados também buscam, poder econômico, poder militar, prestígio e glória.

Nós, hoje, estamos vivendo em um mundo, liderado por dois blocos que possuem toda sorte de poder, em grande quantidade.

Dois blocos que parecem irreconciliáveis e, cuja inimizade básica se assenta em fundas discrepâncias ideológicas e numa contradição essencial entre suas respectivas visões do mundo e da vida.

Entretanto, ambos os blocos se empenham em chamar-se democráticos, cada um procura atribuir ao outro o fato de falsear o verdadeiro conceito de democracia. Esta preocupação de apresentarem-se como os verdadeiros intérpretes da democracia, é sugestiva. Indica, por si só, que, por traz da palavra democracia se esconde um substrato muito valioso, uma das mais preciosas conquistas do gênero humano, que é mistér conservar e aperfeiçoar.

Entendida em seu verdadeiro sentido, a democracia implica na conciliação entre o universo da pessoa e o universo da sociedade, marca o caminho a seguir entre o individualismo anárquico e o coletivismo do homem massa.

É preciso fixar que o conceito de democracia não se identifica com nenhum regime político ou econômico. Seus fundamentos, seus postulados, podem se acomodar com qualquer forma de governo. Eles se caracterizam pelo reconhecimento do homem como sujeito ativo, nas relações sociais, fim e não meio de qualquer organização. A democracia é, portanto, um estado de espírito e uma filosofia de vida humana e política.

E se quisermos, podemos defini-la de forma negativa dizendo que não é democrático nenhum sistema que deixe de atribuir ao homem a

hierarquia maior, que desconheça sua dignidade ou que, indevidamente, restrinja sua liberdade.

A revolução, que vem de completar um ano, visou a impedir que, em nosso País fôsse instaurada uma forma totalitária de governo que não leva o homem em consideração. Um sistema de governo que, em busca de poder não titubeia em reduzir o indivíduo à uma simples engrenagem do conjunto, sem qualquer sombra de expressão.

A revolução veio para, em todos os setores, valorizar a hierarquia, a disciplina e a subordinação, que não atentam contra a liberdade humana e que não são senão meios indispensáveis para que a idéia de serviço e a vontade de bem servir se manifestem integralmente, carregadas de profunda ressonância humana.

A revolução veio para proporcionar condições que conduzam nosso povo à maturidade política que almejamos.

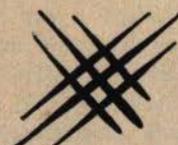
Estamos certos de que, já agora, estamos todos procurando exercer os cargos que nos cabem, com a mais absoluta retidão e pureza de propósitos. Estamos no caminho certo, sem dúvida.

Ainda há muito que fazer. Mas se cada um de nós nos preocuparmos com nossos encargos, sejam êles, particulares, gremiais, municipais, estaduais ou federais; se cada um de nós, cada vez mais, nos dispusermos a dar o máximo de nossas capacidades no sentido de produzir mais e melhor, não estaremos só lutando em favor dos ideais da Revolução, estaremos fazendo muito mais do que isto, pois estaremos impulsionando o País para a concretização dos seus objetivos permanentes.

Estaremos em realidade lutando por um Brasil grande, feliz, onde o bem-estar atinja a totalidade de seus habitantes.

E o nosso querido Brasil, merece que façamos tudo por êle, para que venha a ser poderoso.

Como homens, nós somos sêres que nos interessamos pelo futuro, não só pelo futuro de cada um de nós, mas muito mais do que isto, nós nos interessamos pelo futuro do nosso País.



INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES
MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

À VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO : Cr\$ 150

CLUBE DOS VETERANOS DA CAMPANHA NA ITÁLIA

Conferência proferida pelo Vice-Presidente
JOÃO DOS SANTOS VAZ, no almoço oferecido
pelo Rotary Clube da Tijuca, em homenagem ao
C.V.C.I.

A bondade de nosso particular amigo Dr. Augusto Fernandes dos Reis e a confiança de nossos queridos companheiros do **Clube dos Veteranos da Campanha na Itália**, fizeram com que — de um momento para outro — fôssemos nós guindados à condição de conferencista; fato esse, que pela primeira vez em nossa vida se apresenta. Assim, a todos os presentes pedimos escusas antecipadas por alguma falha que possamos vir a apresentar, isso porque não poderemos em absoluto prever as reações que venham a surgir, estreantes que somos na matéria.

É nossa missão, dentro de nossas possibilidades trazer à seleta audiência o que se possa entender por **Clube dos Veteranos da Campanha Na Itália**, sua finalidade e seus objetivos.

Para que melhor possam os senhores compreender o que venha a ser o Clube dos Veteranos da Campanha na Itália, pedimos vênia para, preliminarmente, — a guisa de préambulo — dizer-vos alguma coisa do que tenha sido a presença do Brasil na Segunda Grande Guerra; ou melhor, a atuação da Fôrça Expedicionária Brasileira nos campos de batalha da velha Europa, ou mais precisamente, na Itália.

Conforme recordam os senhores, ao terminar a década de 30 viu-se o mundo envolvido numa guerra das mais crueldas que a humanidade tomou conhecimento. Assim é que em 1939, em razão da ambição de alguns, muitos tiveram suas sentenças de morte decretadas; isso porque, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se em vários países da Europa a mobilização em massa, numa tentativa de fazer frente àquêles que sómente uma coisa ambicionavam: o domínio do mundo.

O totalitarismo nazi-facista obteve no período 39-40 as mais espetaculares vitórias; o que, de certo modo, pareceu significar que doravante a humanidade teria seus destinos regidos pela batuta totalitária: Em 1941, outro país com objetivos totalitários obtinha, pela traição, vitória militar que permitia supor que a humanidade estava irremediavelmente perdida: o Japão atacava Pearl Harbour, traíçoeiramente. A partir desse momento, o conflito bélico estendia seus tentáculos, também, ao território do Novo Mundo; o totalitarismo não se limitava a pretender comandar apenas a decaída Europa. Pretendia algo mais. Pretendia também, assenhorear-se do mundo. Era também o nosso continente que cobiçavam.

Em razão de tratados dos quais participáramos, se viu o Brasil no dever de respeitar seus compromissos; razão porque, não sómente por força dos mesmos, como também, e em consequência de sermos por excelência, um povo amante da liberdade, rompemos toda e qualquer espécie de relação com aqueles que julgavam ser os donos do mundo: Alemanha, Japão e Itália. Isso se verificou em 1942.

A partir desse momento, face a atitude assumida, começou o Brasil a mais diretamente participar do conflito mundial que, a essa altura, de nosso território se avizinhava. A África era, na ocasião, palco das mais cruas batalhas. Portanto, próximo, muito próximo de nós se desenrolava talvez a mais séria luta do bem contra o mal.

Forçados fomos portanto a melhor vigiar nossa costa, isso porque, os submersíveis inimigos já se davam ao luxo de se aproximar de nosso litoral. De início, à cata de alguma possível presa; depois, numa tentativa de fugir aos reveses que lhes eram impostos com maior freqüência. Quer numa ou noutra situação, sua chegada significava, para aqueles que se colocassem ao seu alcance: a morte e destruição.

Para que melhor pudesse a liberdade do mundo ser garantida, em razão de tratados assinados, cedemos em nosso território bases militares à nossos aliados — Estados Unidos da América —, os únicos aparelhados bélicamente a fazer frente àquela horda de inimigos da humanidade.

Essa nossa posição como é óbvio, não poderia jamais, ser do agrado dos totalitários. Em razão disso, começaram êles a nos hostilizar diretamente. Assim, ainda não havia o ano de 1942 chegado ao seu término, e o Brasil já tinha aproximadamente uma dezena de seus navios mercantes, no fundo do oceano. Além do patrimônio material perdido, algo muito mais valioso para qualquer país era perdido: a preciosa vida de seus filhos. Com nossos navios, baixavam as profundezas dos mares, os corpos de nossos irmãos, vítimas que foram da ignomínia totalitária. A desfaçatez dos nipo-nazi-fascistas chegou a tal ponto, que à vista de nossas praias e com requintes de inacreditável vileza, nossos navios mercantes foram torpedeados e postos a pique; não admitindo êles na ocasião que nossos irmãos, que porventura tripulavam essas embarcações, se salvasssem. Não. Eram sumariamente metralhados.

Esses atentados a nossa soberania se avolumaram de maneira tal, que o governo brasileiro representando a indignação que se apossara de seu povo, em 22 de agosto de 1942 declarou guerra a Alemanha e Itália.

Face, porém, a essas insólitas agressões, começou a tomar corpo no seio da comunidade brasileira, a idéia de nossa participação direta e mais viva no conflito. Assim, decidiu o governo brasileiro de então, que as nossas armas participassem também, em terras do Velho Mundo, da Segunda Guerra Mundial. Essa providência foi acordada, por ocasião

do encontro havido em Natal dos Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos — Vargas e Roosevelt.

Em razão dêsse encontro, foi criada a gloriosa **Fôrça Expedicionária Brasileira**; que posteriormente, viria a levantar tão alto o conceito do Brasil perante o mundo.

Se por um lado, a unanimidade do povo brasileiro era pela participação direta do Brasil na guerra, por outro alguns fócos de resistência à formação da FEB se faziam sentir em alguns setores do governo brasileiro. Isso porque, por incrível que possa parecer, havia em nosso seio simpatizantes das idéias e métodos totalitários. Assim, dentro de suas possibilidades, tudo fizeram para que a formação da Fôrça Expedicionária Brasileira não passasse de simples Planos. De tal modo procuraram desacreditar, os **quinta-colunas**, a necessidade da organização do Corpo Expedicionário, que com disfaçatez e parodiando slogan que determinada casa comercial usava na época, diziam: **É mais fácil uma Cobra fumar, que a Fôrça Expedicionária ter sucesso.**

Mesmo assim, com tôdas as dificuldades que se apresentaram, foi organizado o grupamento de brasileiros que em terras estranhas defenderia o nome de nossa Pátria, que tinha por missão principal mostrar ao mundo o valor do Brasil como maior país da América.

Das dificuldades surgidas na formação do grupamento expedicionário, poderão os senhores ter maiores esclarecimentos se oportunidade tiverem de ler "A FEB por seu Comandante" (de autoria do bravo Sr. Marechal Mascarenhas de Moraes).

Mesmo que razões de ordem técnica e militar não houvessem, fácil será compreender que sendo o Brasil uma nação por excelência pacífica, alegre por herança, sem nunca haver testado em outro continente seu poder bélico em outras oportunidades, situações as mais variadas seriam encontradas: língua diferente, clima, topografia, armamento, etc. Militarmente, por exemplo, sempre foi o Brasil orientado segundo a escola francesa. O armamento, por sua vez, era de origem também europeia. Agora tudo mudaria. Dentre os reservistas convocados e os demais militares que compunham o contingente expedicionário, talvez nenhum conhecesse na prática, o material bélico a ser usado. Mesmo dentre a oficialidade, poucos, pouquíssimos eram aquêles que conheciam tais engenhos; isso porque, com êles haviam tomado contato em curtos cursos tirados junto ao exército americano.

Assim, em razão de todos êsses óbices, o adestramento militar necessitava começar pelo que de mais elementar havia na instrução individual.

As dificuldades se apresentaram de tal ordem, que iam desde o aparelhamento bélico propriamente dito, até a simples questão de uniformes.

A par de tôdas dificuldades, organizado o comando supremo da FEB nas pessoas de Mascarenhas de Moraes, Falconieri da Cunha, Zenóbio da Costa e Cordeiro de Farias, começou a tomar corpo o grupamento de brasileiros que viriam a constituir a gloriosa Fôrça Expedicionária Brasileira.

Em julho de 1944, partia — depois de muitas marchas e contramarcas — para o front, o primeiro escalão da FEB. Na oportunidade, desconhecido era o destino dêsse grupamento, desconhecimento êsse, tático; isso porque, como é óbvio, sómente o alto comando sabia se o rumo era África ou Europa.

Após êsse escalão, outros se sucederam; totalizando os mesmos, 25.334 homens; dos quais 15.069 participaram diretamente de combates, constituindo os restantes 10.265 — Depósito de pessoal e outros órgãos não divisionários.

Uma vez chegados à Itália — pois lá era o front a nós destinado — começamos a tomar contato com a miséria material e moral a que fica sujeita, uma nação que serve de palco a uma guerra. Tudo é destruição.

Para nós, tudo era diferente: língua, clima (a temperatura foi de 15° abaixo de 0 a 42° à sombra), topografia (das montanhas e planície), armamento, roupa (face ao clima), alimentação (científica, a base de vitaminas), etc.

De início, a tropa brasileira participou de apenas operações de adestramento; ensaios êsses que tinham todo o sabor de autêntico front, isso porque, eram êles realizados obedecido os mínimos detalhes de um front real.

Devemos ressaltar que nossos aliados davam-se ao luxo de dispor de: tropa exclusivamente para operar em montanha, na planície, no gêlo, etc. Nós brasileiros porém, não tínhamos essa faculdade. O mesmo soldado que combateu na neve, combateu na montanha, combateu na planície, combateu no auge do verão. Isso, sem o mínimo de desânimo, sem o menor abatimento. Nossas tropas deixaram os altos comandos aliados, sob o melhor das impressões quanto ao valor do brasileiro em campanha.

Nossa infantaria foi imbatível.

Nossa artilharia, precisa.

Nossa engenharia, perfeita.

Nossos tanques marcaram época.

Nossa Fôrça Aérea cobriu-se de glórias nos céus da Europa.

Em suma: o Brasil cumpriu o seu dever.

Inúmeros foram os fronts que ficaram marcados pela presença máscula do soldado brasileiro, todavia, dentre muitos citaremos apenas aquê-

les que mereceram maior destaque, a saber: Camaiore, Monte Prano, Monte Castelo, Castelnuovo, Montese, Zoca, Colechio e Fornovo.

Não diremos porém, que isso nada nos custou. Não. Inúmeras foram as vidas de nossos irmãos que foram ceifadas nessas conquistas. Quantos companheiros nossos, sempre alegres, não mais puderam conosco regressar à Pátria querida? Quantas das vezes aquêles que pela dor, pelo sofrimento, pelo sangue derramado tornara-se nosso irmão dileto, não mais dizia: **Presente!**

Quantos, muito embora vivos fisicamente, não representam hoje nada mais que trapos humanos; mutilados fisicamente e moralmente?

Em números concretos, isso nos custou precisamente:

Mortos	Oficiais	13
	Praças	444
	Oficiais da FAB	8
		465

Feridos e acidentados 2.722

Prisioneiros 85

Também fizemos prisioneiros. Não nos limitamos a tomar-lhes as posições.

Assim, 20.573 foram os prisioneiros por nós feitos, a saber:

Generais	2
Oficiais	892
Praças	19.679

Se considerarmos que 239 foram os dias de ação contínua contra o inimigo, poderemos dizer que em média, aprisionamos 86 inimigos por dia. Na realidade porém, sómente num dia aprisionamos uma Divisão alemã (a 148) e remanescentes de uma Divisão Italiana.

Assim meus senhores, àquele desprimatoroso conceito emitido pelos quinta-colunas de nossa pátria, respondemos — **A Cobra Fumou.** Com isso, mostramos o valor da raça brasileira; e o mundo, forçado foi a reconhecer no soldado brasileiro, face as inúmeras dificuldades por que passou, o melhor soldado do mundo.

Uma vez de volta à Pátria querida, cada um tomou seu rumo. Toda-via, desde a Itália sempre sonhamos que, uma vez aqui chegados, dispuséssemos de um local onde pudéssemos nos reunir periodicamente, para sempre que possível nos revermos, revivermos episódios que sómente a nós eram caros; em bom português: matarmos saudades, de vez que nossas amizades se haviam alicerçado na dor, no sofrimento, com sangue.

Obviamente dêsses encontros sempre que pudesse resultar o conforto, o amparo ao menos afortunado, para tal estariam — como na guerra — prontos. Ponto de honra sempre foi para nós, que em hipótese alguma o sacrifício de nossos irmãos que não voltaram, fôsse considerado em vão. Para nós, a lembrança do sacrifício de nosso companheiro tornou-se bandeira.

Tentativas várias foram realizadas para a formação de entidade que congregasse exclusivamente àquêles que participaram ativamente da campanha na Itália. Todavia, fatôres alheios à nossa vontade dificultaram essas iniciativas.

Aproximadamente há um ano — quase 20 anos após nosso regresso à Pátria — conseguimos reunir um grupo (a essa altura: Veteranos da guerra, face ao correr dos anos) de antigos participantes da campanha italiana, para formar uma entidade que congregasse exclusivamente, aquêles que de fato participaram da campanha no solo italiano.

Assim, na data em que comemorávamos o embarque do 1º Escalão para a Itália (16-7-63), foi fundada entidade que recebeu o nome de Clube dos Veteranos da Campanha na Itália. Como, obviamente, podemos concluir, dela só poderão fazer parte aquêles que de fato participaram da campanha italiana (FEB e FAB).

Conforme Declaração de Princípios que faz parte integrante dos seus estatutos, é o CVCI uma entidade "cívica cultural e recreativa que tem por finalidade, estreitar e prolongar os laços de camaradagem e solidariedade humana entre os veteranos e seus familiares, assim como rememorar a história e as glórias do Brasil na 2ª Guerra Mundial". Faz parte integrante também dessa Declaração de Princípios, a defesa dos postulados democráticos, estabelecidos na declaração universal dos direitos do homem, adotados pela ONU.

Dentre outros princípios, estão incluídos:

- propagar o "espírito febiano"
- reviver sempre que possível, episódios ligados à campanha italiana.
- comemorar, dentre outras datas, aquelas ligadas a feitos da FEB na Itália.
- reverenciar os mortos de guerra.
- manter laços fraternais e de camaradagem com todos os veteranos nacionais e estrangeiros.

Conforme deve ser do conhecimento dos senhores, o CVCI tem por símbolo — o Monumento aos Mortos da 2ª Grande Guerra, no Atérro da Glória. A escolha do Monumento como símbolo, não se destina a alicerçar o crescimento da CVCI à sua sombra, mas sim, para que sempre ficasse presente que alto, muito alto foram os ideais que motivaram o sur-

gimento do Clube: era fazer com que sempre e cada vez mais, aquelas vidas ceifadas nas agruras da guerra da qual participáramos, merecessem o respeito e veneração de tôda a Nação Brasileira.

Para nós, o Monumento tem um significado muito mais elevado que o arquetetônico (orgulho aliás da engenharia brasileira): ali deve ser para a Nação Brasileira, aquilo que significam para nós os jazigos particulares que possuímos nas diversas necrópoles do país: um lugar de meditação, de respeito, de saudade. Como tal, ali nos devemos despir de quaisquer sintomas de malquerenças, para única e exclusivamente recordarmos, com respeito, e saudade, daqueles que um dia conosco partiram, mas que as traiçoeiras balas inimigas não permitiram conosco voltar.

Aliás, em tôdas as oportunidades que nos reunimos para comemorar algum feito da FEB, invariavelmente, as solenidades se iniciam com uma visita nossa aos companheiros que repousam no Monumento.

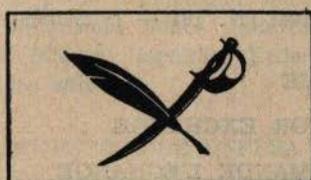
Dia virá, e para tal tudo faremos, que o Monumento se tornará à semelhança do Pão de Açúcar, marco do Estado da Guanabara; ali deverá também ser local de atração turística; sómente que, de turismo cívico.

Vêm assim os senhores, que muito embora tenhamos participado de árduas batalhas, se em nós se aprimorou o amor ao próximo, também, antes e acima de tudo, em nós se desenvolveu o amor à Pátria. Somos um grupo que, quando fardados, prestamos a continência devida aos sagrados símbolos da Pátria, no estilo militar; quando em trajes civis, é a mesma prestada com a mão direita sobre o coração.

Senhores, nós — febianos aqui presentes — somos gratos à generosa acolhida dispensada, e em nome de nosso Clube pedimos: por nossos companheiros que não voltaram, acreditem no Brasil; pois como no passado, seus filhos jamais lhe faltarião. Unamo-nos pois, e com o pensamento voltado para o Monumento do Atêro, digamos ao Brasil — como êles o fizeram quando chamados — **Presente!**

Isso, é o Clube dos Veteranos da Campanha na Itália.

Obrigado.



P U B L I C A Ç Õ E S

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Estrangeiras :

- TAM (Terre-Air-Mer) — Bimensuel des Forces Armées — França (N. 62, 25 Fev 65; n. 63, 10 Mar 65; n. 64, 25 Mar 65).
- Revue de Défense Nationale — França (março de 1965).
- Military Review — Edição Brasileira (N. 7, julho; n. 8, agosto de 1964).
- Revista de Publicaciones Navales — Argentina (N. 555, de 1964).
- Jornal do Exército — Portugal (fevereiro — 1965).
- Revista Militar — Portugal (Ns. 2-3, fevereiro-março de 1965).
- Ejército — Espanha (N. 301 — fevereiro, 1965).
- Guión — Espanha (N. 273 — fevereiro, 1965).
- Berlin Report (N. 16, de 1965).
- Revista de las Fuerzas Armadas de Venezuela — (Ns. 221-222, novembro-dezembro de 1964).
- Revista de las Fuerzas Armadas de la Nacion — Paraguai (N. 182, agosto-dezembro de 1964).
- Revista Militare — Itália (N. 1, janeiro; n. 2, fevereiro de 1965).
- El Caballo — Argentina (N. 242 — março de 1965).

Nacionais :

- Militia — Órgão do Clube de Oficiais da Fôrça Pública de São Paulo (N. 103, julho-agosto de 1964).
- Revista da Es Com (N. 1 — outubro-novembro-dezembro de 1964).
- Revista Marítima Brasileira (Ns. 10, 11 e 12 — outubro, novembro e dezembro de 1964).
- Boletim do Clube Naval (N. 181 — 1º Semestre de 1965).

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIENDE LO SCAMBIO

ESTRUTURAS DE DEFESA NACIONAL

— * Coronel DEGAS ("Revue de Défense National", januário de 1963).

— Tradução do Major RUBENS MÁRIO JOBIM,
Oficial de Estado-Maior.

No comêço de 1964, três países vizinhos da França modificaram em profundidade as estruturas de sua Defesa Nacional: a Bélgica, em janeiro, a Alemanha Federal, em fevereiro, e a Grã-Bretanha, em abril.

Em outros países aliados, o mesmo problema é agitado periodicamente; projetos são submetidos e têm a mais variada fortuna; é o caso da Itália, onde o Parlamento adotou o princípio de uma reorganização, mas vem protelando sua execução de ano para ano, desde 1960. No Canadá, certas peculiaridades da organização da defesa não são sem interesse; nos Estados Unidos, todo o sistema de defesa traz o cunho da forte personalidade de McNamara e está marcado pela centralização da autoridade em suas mãos, sem que para isso os textos constitucionais ou legislativos tenham sido modificados.

Não se trata de apresentar em pormenor as novas organizações adotadas ou consideradas. Perder-nos-íamos no denso emaranhado de subordinações, de ligações laterais, de coordenações complexas. Parecemos preferível reduzir as soluções adotadas por nossos aliados a alguns problemas bem definidos, problemas que, com freqüência, são idênticos aos nossos. Dentre êstes, selecionamos os seguintes:

— Prerrogativa e função do Ministro da Defesa Nacional;

— Grandes Subordinados a esse Ministro e maneira pela qual a autoridade é exercida sobre os Chefes de Estado-Maior de cada Fôrça Armada;

— Por fim, casos particulares apresentados pelas questões de armamento e de informação.

Para que o leitor possa acompanhar melhor algumas observações desta exposição, os organismos muito simplificados das defesas nacionais da Grã-Bretanha, Bélgica, República Federal Alemã e dos Estados Unidos são reproduzidos adiante.

I — OS MINISTROS DE DEFESA NACIONAL

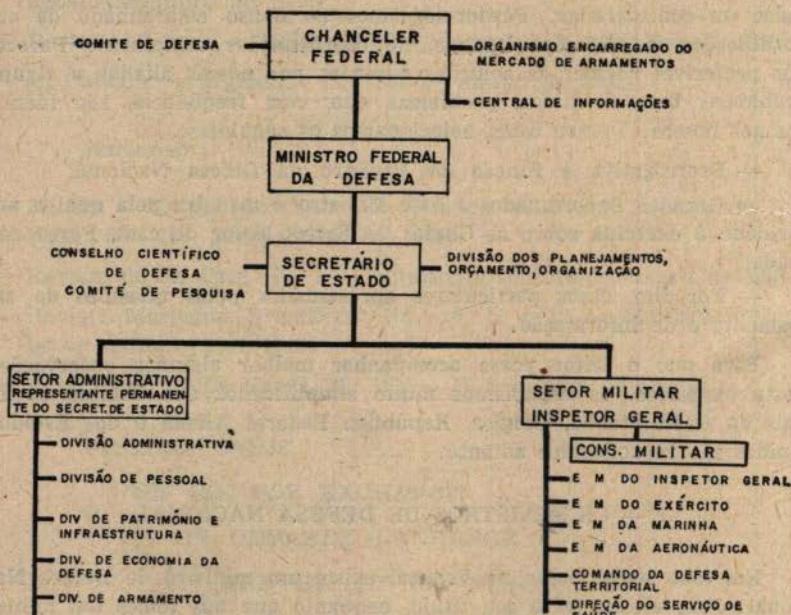
Em toda parte, salvo na França, existe um ministro de Defesa Nacional. Pelo menos tal é seu título, enquanto que nós temos um ministro das Fôrças Armadas.

Da análise, entretanto, parece que, no exterior, êstes dois termos são equivalentes. A noção francesa de defesa nacional implica em profunda coordenação entre os departamentos militares e os departamentos civis. O Primeiro-Ministro reserva-se esta função de coordenação interministerial. Ele só poderia confiá-la a um membro do governo, sob a condição de lhe delegar uma parte de sua autoridade sobre os ministérios não militares.

Esta questão de delegação de autoridade do Primeiro-Ministro (antes chamado Presidente do Conselho) tem sido debatida freqüentemente, durante a IV República. Não parece que o problema tenha sido colocado com tanta acuidade no estrangeiro.

Nos Estados Unidos, é o próprio Presidente que tem a responsabilidade da Defesa Nacional, do mesmo modo que detém tôdas as responsabilidades governamentais, delegando sua autoridade a seus Secretários de Estado, segundo as circunstâncias. Mas há um limite para essas delegações, porque certos organismos dependem do Presidente e somente dêle. Trata-se do Conselho Nacional de Segurança, da Agência Central de Informações (a famosa CIA), do Bureau dos Planos de Urgência e de um Bureau de Estudos Científicos. Assim, apesar de sua grande ascendência pessoal, McNamara não é mais que o Ministro das Forças Armadas, a despeito de seu título de Secretário da Defesa.

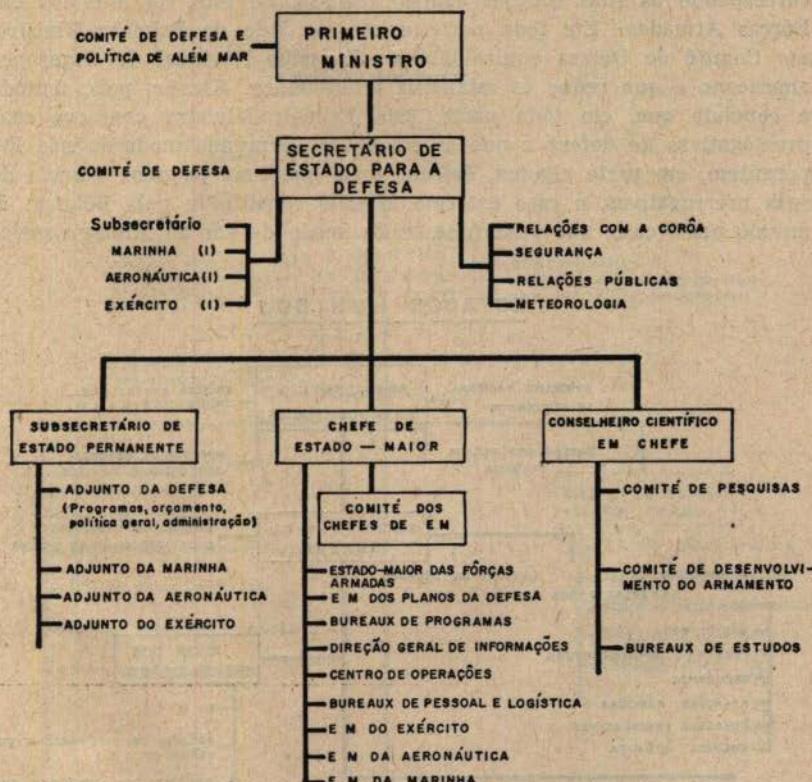
ALEMANHA FEDERAL



No Grâ-Bretanha, acontece sensivelmente o mesmo, mas com algumas nuances; não se patenteia, em parte alguma, que o Secretário de Estado para a Defesa tenha recebido poder de coordenação entre todos os departamentos ministeriais. Em compensação, parece dispor de mais meios que seu homólogo americano. É assim que um organismo combinado de exploração das informações depende dêle (com algumas exceções, é verdade) e parece que sua autoridade para a coordenação científica esteja bem firmada.

A posição do Ministro da Defesa alemão parece ser sensivelmente a mesma que na Grâ-Bretanha ou nos Estados Unidos, mas sem que ele tenha autoridade sobre os serviços de informações que parecem direta-

GRÂ — BRETANHA



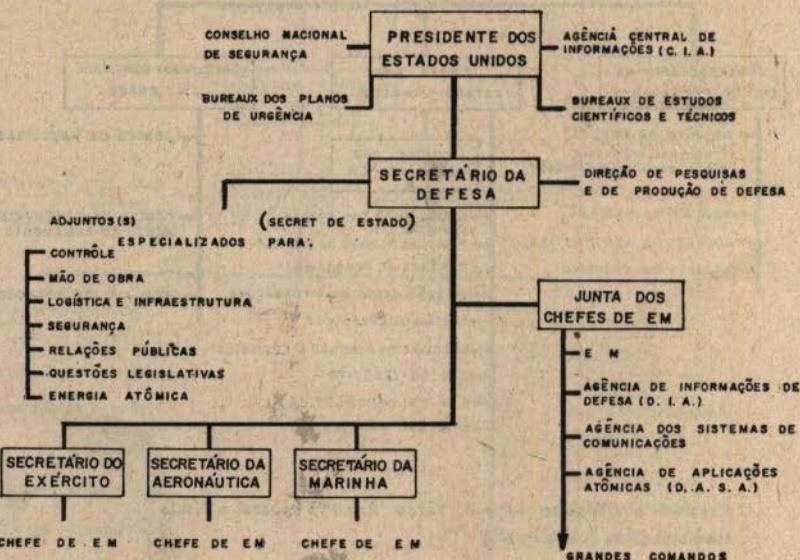
(I) Preside o Conselho de sua Fôrça Armada (possui o título tradicional de "Ministro")

mente dependentes da Chancelaria federal. No caso da Alemanha Federal, nem todas as estruturas estão estabelecidas. Um Conselho científico de defesa e um Comitê de pesquisa estão previstos. Pode-se, entretanto, admitir que ficarão subordinados ao Ministro.

É na Bélgica que o Ministro da Defesa parece ter, talvez, orgânicamente maior poder de coordenação interministerial. Com efeito, preside ele uma "Comissão para os problemas nacionais e internacionais de defesa", composto de militares e de funcionários dos departamentos ministeriais interessados. Isto pressupõe uma certa delegação do Primeiro Ministro, ainda mais que esta Comissão possui um secretariado militar permanente, desconhecendo-se suas funções e sua importância; talvez se trate de um organismo comparável ao secretariado geral da Defesa Nacional francesa.

Assim, em todos os países considerados, o título de Ministro não corresponde às suas funções exatas: trata-se, de fato, de Ministro das Forças Armadas. Em toda parte existe, ao lado do Primeiro-Ministro, um Comitê de Defesa equivalente ao Conselho Nacional de Segurança americano e que reúne os ministros interessados. Fica-se, pois, tentado a concluir que, em toda parte, este Primeiro-Ministro conserva suas pressogativas de defesa e que as condições do mundo moderno não lhe permitem, em parte alguma, delegar mais que uma pequena parcela de suas prerrogativas, o caso extremo estando constituído pela Bélgica. E mesmo neste caso, não poderá se tratar senão de dar ao Ministro meios

ESTADOS UNIDOS



de estudo que lhe permitam melhor informar seu Primeiro-Ministro, que conservaria, sómente ele, poder de decisão.

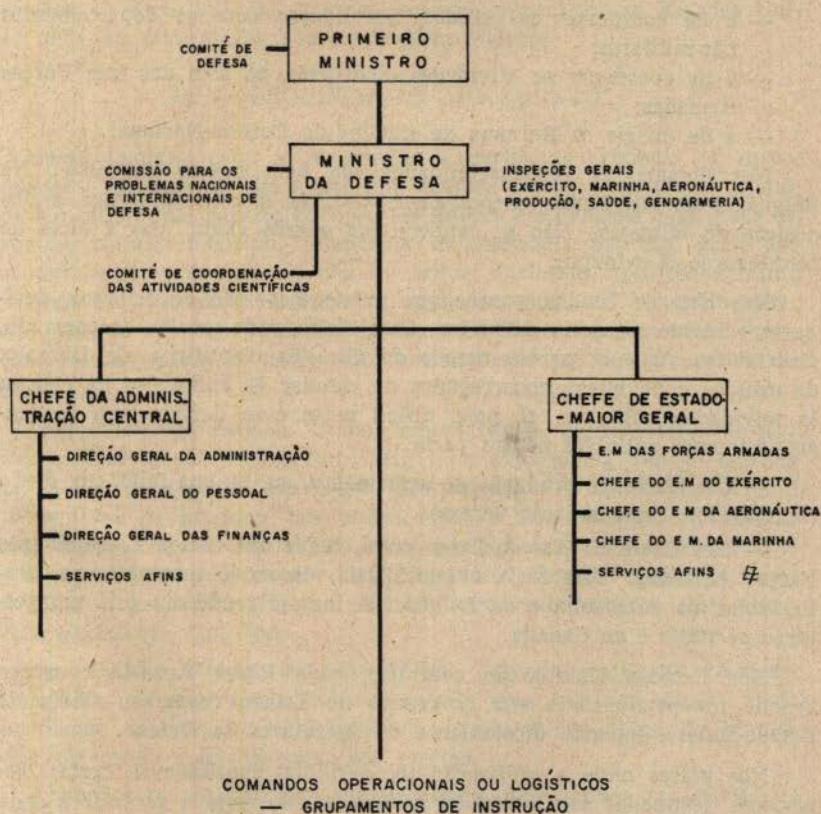
II — OS GRANDES SUBORDINADOS DO MINISTRO

PODER DE UM CHEFE DE ESTADO-MAIOR ÚNICO

É no nível dos grandes subordinados do Ministro que os organogramas publicados são mais claros. Sem dúvida, este problema de subordinação e de articulação foi o que fêz correr mais tinta; as idéias foram muito debatidas, mas o resultado surge com mais evidência.

Três reorganizações (Grã-Bretanha, Bélgica, Alemanha Federal) apóiam-se sobre noções idênticas e é fácil definir uma tendência.

B E L G I C A



É assim que na Bélgica existe, ao lado do Ministro, Inspetores gerais (um para cada Fôrça Armada). Na Grã-Bretanha, os Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica foram mantidos, mas seu papel parece limitar-se à presidência dos diversos conselhos de cada Fôrça Armada e à defesa dos interesses de cada uma no seio do Gabinete.

Deve-se sublinhar igualmente as peculiaridades de emprêgo das Fôrças.

Na Alemanha Federal e na Bélgica, o Corpo de Batalha está à disposição da OTAN. Os Grandes Comandos nacionais (Território, Instrução) estão na dependência seja do Ministro (Bélgica), seja do Inspetor geral (Alemanha). Na Grã-Bretanha, o Chefe de Estado-Maior parece dispor de uma grande autoridade quanto ao emprêgo, enquanto que nos Estados Unidos a autoridade militar suprema é colegiada: está confiada à Junta dos Chefes de Estado-Maior, cujo presidente não pode agir só.

Assim, com alguma semelhança nos pormenores, os governos são levados a confiar a preparação e a colocação em condição de suas fôrças a um só chefe militar. A única exceção notável são os Estados Unidos, onde as resistências são ainda bem visíveis.

III — PRODUÇÃO DE ARMAMENTO

Neste domínio, cada nação chegou a estruturas originais. É quase impossível comparar o que existe nos Estados Unidos com o que é adotado em tal ou qual país da Europa. Há fatores em demasia com pesos diferentes: riqueza nacional, orientação da indústria privada, grau das nacionalizações, produção ou não de armas nucleares, tradições enfim.

Seria vão pretender mostrar os esquemas adotados em cada país. Dois dêles, os Estados Unidos e a Alemanha Federal, apresentam características, das quais se pode tirar ensinamentos aplicáveis em outras partes.

Com efeito, os Estados Unidos empenham-se desde muito no processo nuclear e, sob este prisma, têm uma experiência que se estende sobre todos os aspectos dos novos armamentos. A Alemanha Federal está proibida de produzir tais armas. Mas o interesse de seu sistema reside no fato de ter sido criado recentemente, sem ter de prestar contas a organismos preexistentes. As estruturas adotadas apóiam-se, mais que alhures, na experiência dos outros e estão subordinadas mais claramente a algumas diretrizes.

Nos Estados Unidos, as três Fôrças Armadas estudam, fabricam ou mandam fabricar seu armamento, cada uma por sua conta. Cada uma dispõe de organismos distintos de estudo, de pesquisa, de planificação, de ensaio e de colocação em serviço.

A unificação não parece, pois, realizada, pelo menos no papel. De fato, acontece de modo diferente. É preciso, com efeito, levar em conta,

aqui como em outros domínios, a autoridade de McNamara, da equipe e dos órgãos de coordenação de que dispõe. Dois desses últimos merecem ser mencionados:

- a "Direção de pesquisa e produção para a defesa" (1)
- e o "Bureau do emprêgo atômico para a defesa" (2).

O Chefe do primeiro desses organismos é muito conhecido nos Estados Unidos. Harold Brown faz parte, com efeito, do grupo de jovens civis dinâmicos que rodeiam o Secretário de Defesa. Sua missão é aconselhar o Secretário em tudo quanto toca a armamento. Para este fim, dispõe ele de meios consideráveis de estudos e pesquisa, particularmente equipes encarregadas de analisar o valor dos diversos sistemas de armas concebidos em função das prováveis etapas do desenvolvimento científico. A este papel de conselheiro, junta-se uma função de coordenação entre as três Fôrças Armadas, para evitar os duplos empregos, a superposição de atribuições e o desperdício de créditos.

O segundo organismo mencionado, o "Defence Atomic Support Agency (DASA), apresenta um interesse ainda maior, pois encontra-se no ponto de ligação entre a Comissão de Energia Atômica e o Departamento da Defesa. Quanto a isto, pode-se estimar que esta fórmula é o resultado lógico de uma organização de Fôrças Armadas, disposta de um sistema de armas completo.

A DASA depende do Secretário da Defesa, através da Junta dos Chefes de Estado-Maior. Seu papel é considerável. Define a orientação das pesquisas; determina os programas de fabricação; prepara os ensaios e estuda os efeitos das armas; supervisiona a instrução técnica, mantém em dia o inventário das armas e define os critérios de estoquegem.

A adaptação das armas às necessidades militares é efetuada, segundo as diretrizes da DASA, por uma sociedade privada que depende da Comissão de Energia atômica: a SANDIA. Esta sociedade é, pois, o organismo de execução, a um tempo, da Comissão de Energia Atômica e do Secretário da Defesa.

Sem ser preciso entrar nos pormenores desta organização, pode-se constatar que existe, na mão do Secretário da Defesa, dois meios poderosos montados para controlar e orientar tudo quanto diz respeito ao armamento das Fôrças Armadas.

A crítica comumente formulada, quanto à organização americana, diz respeito à superabundância de meios e de estruturas rivais, ao excesso de pessoal, à necessidade de criar Bureaux de coordenação para assegurar as ligações indispensáveis dentro da floresta densa dos organogramas. É exato, mas sómente em parte, pois, atualmente, esta complexidade está largamente compensada pelo dinamismo da equipe diri-

(1) Director of Defence Research and Engineering
(2) Defense Atomic Support Agency (DASA)

gente e pelo desejo de eficácia dos executantes, mesmo quando aparentam ser rivais.

Na Europa, país algum pode pretender dispor de meios equivalentes. Com organizações mais modestas, a concepção adotada na Alemanha Ocidental surge como nova e simples.

Na fabricação dos armamentos, três estágios são claramente definidos:

— **O da pesquisa e da determinação das possibilidades futuras de fabricação.** Neste nível, o Ministro dispõe de um Conselho Científico de Defesa que lhe fornece pareceres sobre as eventualidades oferecidas pelo desenvolvimento científico e técnico;

— **O da realização de um estudo, visando a criação de um protótipo;** parece agora que o assunto passa pelas mãos da Divisão de Armamento, que depende do Chefe do Setor Administrativo (cf. organograma). Chega-se, assim, à apresentação de um protótipo pela indústria privada. Um parecer é dado sobre esse protótipo pelo Conselho Militar do Inspector Geral Chefe das Fôrças Armadas.

— **Enfim, o da execução.** Se o protótipo é aprovado e o Ministro decide realizar a fabricação, o dossier é encaminhado a um organismo muito importante: o "Bundesamt für Wehrtechnik und Beschaffung", instalado em Coblença e cujo papel é fazer as encomendas, supervisionar a execução, receber e experimentar os materiais entregues, estoçá-los e distribuí-los à tropa.

Este organismo civil depende diretamente do Ministro e o papel que desempenha entre a indústria privada e as Fôrças Armadas, fêz dêle o maior comprador da Europa.

Não falta lógica a um tal sistema. É certamente possível dêle tirar úteis ensinamentos, com a condição, entretanto, de se levar em conta as críticas formuladas na própria Alemanha.

A primeira diz exatamente respeito à distribuição das autoridades. Os militares não parecem satisfeitos com a Divisão de Armamento subordinada ao Chefe da Administração. Toma corpo a tendência para que o Ministro disponha de três Grandes subordinados, em lugar de dois; ao lado do Inspector geral e do Chefe da Administração, criaria-se um Diretor geral do Armamento, que controlaria todas as operações, da concepção da arma à entrega às unidades. (Isto, afinal, lembra o sistema francês).

Uma crítica mais forte veio recentemente somar-se à precedente. Alguns consideram o sistema demasiado pesado, pois tem permitido favorecimentos e coloca os usuários (militares) demasiado longe dos fabricantes (privados).

Não é possível, dentro das linhas modestas dêste artigo, discutir se há fundamento em tais críticas. Pareceu-nos, sómente, interessante mencioná-las.

Para completar, seria preciso estudar as estruturas britânicas, belgas, italianas (e soviéticas, se possível). Mas à análise, não se torna evidente que trariam mais subsídios que o rápido exame acima dos dois casos mais interessantes. Constatase, contudo, que em toda parte pareceu essencial ter o Ministro da Defesa perto de si um adjunto, com autoridade para prever, conceber, coordenar os sistemas de armas, permanecendo, entretanto, dentro dos limites dos orçamentos e dos programas, sempre demasiado apertados para o gôsto dos beneficiários. Mas é preciso, também, que os estados-maiores e organismos dos quais dispõe esse adjunto, não concebam sistemas de armas senão em estreita ligação com os usuários. Esta preocupação é, com efeito, mencionada nas normas em vigor em diversos países.

IV — ORGANISMOS DE INFORMAÇÃO

Se aos governos repugna divulgar a organização pormenorizada de seu sistema de informação, é preciso reconhecer que a escolha mesma de um tal sistema é complexa. Fica-se, pois, limitado a dar algumas indicações muito generalizadas sobre esta delicada questão.

Os diversos países considerados parecem, aliás, encontrar alguma dificuldade em resolver duas questões. Primeiramente, a escolha entre a descentralização e a centralização dos dois aspectos da Informação: a busca e a exploração. Ao mesmo tempo, convém definir a subordinação dos organismos encarregados de uma e outra dessas atividades ou das duas ao mesmo tempo.

A busca engloba quantidade de atividades diversas, indo da espionagem à análise da imprensa, e passando pela escuta das rôdes e outras interceptações eletrônicas. A exploração compreende o conjunto dos trabalhos de confrontação, de reconstituição, de apreciação, depois de síntese.

A doutrina francesa preconiza uma separação nítida entre essas duas ordens de atividade, chegando mesmo a confiá-las a organismos muito diferentes, isto por razões técnicas, intelectuais, e mesmo políticas. A busca, em proveito de todos os ministérios civis ou militares, está confiada a um organismo único, dependente diretamente do Primeiro-Ministro. A Exploração, ao contrário, está distribuída entre os ministérios, para as informações de sua competência; a informação governamental é tratada seja no Quai d'Orsay, seja na Secretaria Geral da Defesa Nacional, conforme sua natureza.

Os países estrangeiros, aqui considerados, não parecem ter adotado esse tipo de organização. Quase que em toda parte, a distinção entre Busca e Exploração é menos marcante que na França, salvo na Grã-Bretanha.

Nos Estados Unidos, na Itália, na Alemanha, com efeito, é encontrada uma importante agência de informações, no nível do Primeiro-Ministro (como na França), mas, nesses três países essa agência central

parece se entregar ao trabalho de síntese e fornecer não sómente informações em bruto mas também apreciações globais. Nesses países, é verdade, existem outros organismos de estudos que, sem se entregar à busca, exploram por conta de uma autoridade. É assim que o Ministro da Defesa americano dispõe da D. I. A. (**Defence Intelligence Agency**) e que por toda parte subsiste a 2^a Seção de cada Fôrça Armada.

Na Grã-Bretanha, o sistema é um pouco diferente. Tanto quanto se possa saber, os serviços de busca seriam independentes e subordinados a ministérios "civis". Ao contrário, todos os organismos de exploração teriam sido reagrupados e colocados sob as ordens do Chefe de Estado-Maior Geral (Lord Mountbatten). É verdade que o responsável por essa exploração tem o privilégio "de acesso direto" ao Ministro da Defesa e ao Primeiro-Ministro. Na Bélgica e no Canadá, idêntica integração teria sido realizada, ou está em vias de sê-lo, pelo menos para os organismos militares de exploração.

Tirar conclusões dos vários casos estudados seria muito arriscado. Se existe tendência, deve-se reconhecer que ela é a favor da centralização. As Centrais de Informação tendem a crescer e a tomar a si o encargo do conjunto do trabalho, da busca ao produto final. Isto não está isento de riscos: risco político de se ver constituir um estado dentro do estado (e como é difícil controlar este estado), risco técnico, também, no caso de uma tal Central se deixar seduzir ou intoxicar por informações tendenciosas e tirar delas conclusões sem que o governo possa dispor de meios outros de avaliação, de interpretação ou de apreciação. Não se pode deixar de evocar aqui a triste experiência americana na Baía dos Porcos.

Quanto à subordinação dessas Centrais, diversos fatores parecem entrar em jôgo, alguns dos quais às vezes se contrapõem. Antes de tudo parece lógico colocar todos os organismos que tratam da informação governamental, no mais alto escalão. Esta idéia é aplicada nos Estados Unidos e na Alemanha.

Ao contrário, os Ministros da Defesa que, como se viu, não são mais que Ministros das Fôrças Armadas, desejam conservar em suas mãos pelo menos todos os organismos militares de exploração. É assim que o Secretário da Defesa nos Estados Unidos criou a "**Defence Intelligence Agency**", que o Chefe de Estado-Maior britânico dispõe do organismo integrado de exploração. Na Itália, esta concepção vai ainda mais longe, já que é o conjunto da informação, inclusive a informação governamental, que depende do Ministro da Defesa.

Constata-se, assim, que existem várias maneiras de regular uma questão tornada complexa pelas distinções entre informação militar, informação de defesa e informação governamental, pelo desejo de cada autoridade de dispor de seu organismo próprio, enquanto que prevalecem, pelo menos para a busca, as idéias de unificação e de concentração de meios.

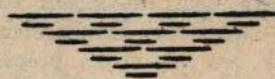
CONCLUSÃO

Algumas observações sobressaem da breve análise acima:

- No estrangeiro, a distinção entre Defesa Nacional e Fôrças Armadas não é tão clara quanto na França.
- Existe uma tendência muito difundida de dar autoridade a um Chefe de Estado-Maior geral sobre as três Fôrças Armadas. Para o emprêgo, certos países de responsabilidade planetária conservam uma autoridade militar colegiada;
- Encontra-se, em todos os casos onde uma reorganização foi realizada recentemente, dois subordinados principais ao Ministro da Defesa: o Chefe do Estado-Maior geral e o Chefe da Administração;
- As questões científicas são acompanhadas o mais comumente por um Conselho dependente do Ministro; este Conselho reveste-se de forma colegiada;
- Para a produção dos armamentos, parece que em diversos países sonha-se em criar o cargo de Chefe da produção de armamento, diretamente subordinado ao Ministro;
- No que concerne à Informação, e contrariamente aos princípios seguidos na França, constata-se uma certa tendência para a constituição de Centrais de Informação, cujo papel é ao mesmo tempo recolher e explorar a informação. A distinção, mais ou menos clara, entre informação militar e governamental conduz a soluções bem variadas.

Ao término de nossa análise, podemos pois concluir que um movimento de idéias leva os Estados a refundir suas estruturas. Nessas reformulações, tenham sido realizadas ou continuem em projeto, ressalta que os Ministros da Defesa procuram simplificar suas ligações com as Fôrças Armadas, simultaneamente reduzindo o número dos subordinados militares (um só chefe de estado-maior geral) e cercando-se de subordinados e de conselheiros mais numerosos. A competência destes diz respeito a questões comuns e não estritamente militares, tais como a administração, os assuntos científicos e a produção de armamento.

Nosso propósito, aqui, não é julgar da sabedoria de tal ou qual tendência, ou ressaltar os riscos que algumas delas possam comportar. Pode-se apenas constatar a plethora considerável de meios colocados diretamente à disposição do Ministro da Defesa para lhe permitir ser informado e manter a segurança de seu país, em caso de conflito.

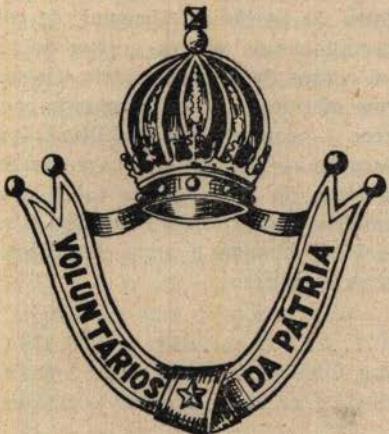


CARIOCAS NA GUERRA DO PARAGUAI

Ten-Cel WALTER DOS SANTOS MEYER
Oficial de Estado-Maior

— Trabalho realizado para o 3º Caderno do
“Jornal do Brasil”, do IV Centenário,
“400 Anos Memoráveis”, de 17 Mar 65

No ano de 1865 em que a “mui leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” completava seu terceiro centenário, viu-se ela, como tôdas as demais do Brasil e províncias, ante uma situação de que não havia memória na história citadina — a mobilização em larga escala para a guerra.



As causas dêsse recrutamento provinham do tratamento dado aos súditos brasileiros radicados na “República Oriental do Uruguai”. As disputas caudilhescas internas, de longa data existentes, haviam chegado ao auge no ano anterior — 1864. A busca diplomática de uma solução levara ao rompimento de relações com o Uruguai e à interferência de López. Daí à guerra não medeou um passo. A ação da esquadra em Salto, a tomada de Paissandu a 2 de janeiro de 1865 e a capitulação de Montevidéu a 20 de fevereiro

dêste ano foram primórdios da “Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai” da qual o Brasil arrostou a maior parte dos encargos, e sómente devido à marcialidade de seus chefes, dedicação de seus filhos e contribuição de todo o país pôde ser levada a término, através sacrifícios imensos, com êxito pleno.

A frase do ministro brasileiro em Assunção, escrita em Buenos Aires — “Tenho a firme convicção de que o Brasil inteiro se erguerá para lavar essa afronta” — não foi profecia mas sim a certeza da ação e conduta do país.

E a cidade do Rio de Janeiro a ela respondeu imediatamente, contribuindo com suas unidades de linha aqui sediadas, com seus cidadãos

como voluntários e com sua mão-de-obra num esfôrço sem par e, proporcionalmente, várias vêzes maior que o da nação em conjunto.

O efetivo do Exército Brasileiro para 1864 era tão-sòmente de 2.097 oficiais e 16.824 praças. Daquelas só existiam 1.733 dos quais 1.342 prontos. Na Corte, isto é, no Município Neutro, estacionavam 2.642 homens distribuídos em várias unidades. Na discussão do efetivo para 1865 chegou-se a fixar 1.826 oficiais e 17.607 praças. Entre as vozes que se levantavam contra o aumento de efetivos foi das mais veementes a do Cel Carneiro de Campos — apesar de militar, e que, por ironia do destino, foi a primeira vítima de López ao ser aprisionado a 12 de novembro de 1864 o navio *Marquês de Olinda* que o conduzia a Mato Grosso para assumir o governo da Província.

Além de reduzido o efetivo não havia serviço militar obrigatório, logo não existiam reservas regulares; tudo se fazia pelo voluntariado e pelo recrutamento. A Guarda Nacional proporcionava um contingente precioso de combatentes, "embora sem quase nenhuma preparação militar".

Apesar do agravamento progressivo da tensão no Uruguai, de certo modo foi o governo imperial surpreendido pela guerra e teve de "improvisar tudo na última hora". Até os corpos de linha da Corte "estavam reduzidos a menos de metade de seus efetivos". Ao se comparar o efetivo de 1864 — quase 19.000 homens — com o total mobilizado para a guerra nos seus cinco anos de duração — 132.000 — é que melhor se percebe quão irrigória era nossa força de terra. Dêsse total levado pelo Exército para os campos de batalha do sul e do Paraguai saíram do Rio, das tropas de linha, cerca de 2.000 homens e como elementos de reserva 11.467 homens. Estes assim se dividiam:

— Voluntários da Pátria	6.234
— Guardas Nacionais designados	1.851
— Voluntários e recrutas	1.170
— Substitutos	16
— Libertos da Nação	274
— Libertos da Casa Imperial	67
— Libertos pelos Conventos	27
— Libertos por particulares	630
— Libertos pelo Govérno	960
— Substitutos (libertos)	238
<hr/>	
	11.467

Somado aos homens de linha perfaz quase 13.500 ou 10% do total mobilizado que saiu do Rio, isto é, a cidade do Rio de Janeiro contribuiu com 1 entre cada 10 brasileiros que combateram na Guerra do Paraguai. Esfôrço ímpar e extraordinário, sòmente ultrapassado pela Bahia

(15.227 homens) e pelo Rio Grande do Sul que deu praticamente 25% das tropas mobilizadas.

Em relação à sua população também foi mui significativo o número. Comparemos aos dados do recenseamento de 1870 — “o mais perfeito dentre todos que se realizaram na Corte...” Para o total de 235.381 habitantes a proporção é de quase 6% enquanto que para o total de homens (133.320) é de 10%. Esses valores crescem bastante se descontarmos os estrangeiros — cerca de um terço (78.676) — o que reduz o número total de brasileiros a 156.705 e o de varões a quase 90.000. Para o total de brasileiros residentes no Rio e na sua grande maioria cariocas o esforço foi de 9% e para o total de varões brasileiros foi de 15%. São valores que consagram o Rio no recrutamento para a guerra e talvez não igualados nem mesmo pelo Rio Grande do Sul. Melhor se os aprecia quando se os mede com o esforço demográfico de todo o Brasil — 1,5%.

Porém não só em homens, como números, contribuiu a “Corte”. Sendo aqui a sede do Governo imperial, também aqui se achavam concentradas grandes instalações militares onde a mão-de-obra carioca muito fêz para que, em distantes plagas, a guerra fosse vitoriosa. Do Exército havia o Arsenal de Guerra, a Fábrica de Armas da Conceição, o Laboratório Pirotécnico do Campinho. Da Armada destacava-se o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. As instalações do Exército trabalharam desusadamente para que não faltassem o armamento, as munições, o equipamento, o fardamento, o material de acampamento e tudo o mais. O Relatório de 1865 do Ministro da Guerra, Visconde de Camamu, consigna, ao referir-se ao Arsenal de Guerra: “Extraordinário tem sido o trabalho (...) e o zelo e dedicação dos empregados do Arsenal de Guerra tem vencido o que talvez parecesse superior às forças das oficinas...” E até nas casas de família e organizações civis se trabalhou. Ainda o mesmo relatório inclui: “No mercado nem sempre se encontra a necessária matéria-prima, e de braços temos escassez. Para suprir esta última falta tem-se distribuído por particulares, casa de detenção e de caridade, costuras e outros trabalhos em que podem auxiliar o Arsenal.”

O Arsenal chegou a fabricar artilharia de bronze, atingindo o total de 42 peças raiadas *La Hitte* durante a guerra. Também fundiu morteiros do mesmo metal.

A Fábrica de Armas da Conceição cresceu de produção. Se em 1867 preparou cerca de 13.000 carabinas e espingardas a *Minié*, em 1868 preparava 20.000 por mês.

Não deixam de ser contribuições cariocas à guerra, pois a mão-de-obra era daqui, se não toda, pelo menos em grande parte. Há um século não vinha de cidades satélites como hoje.

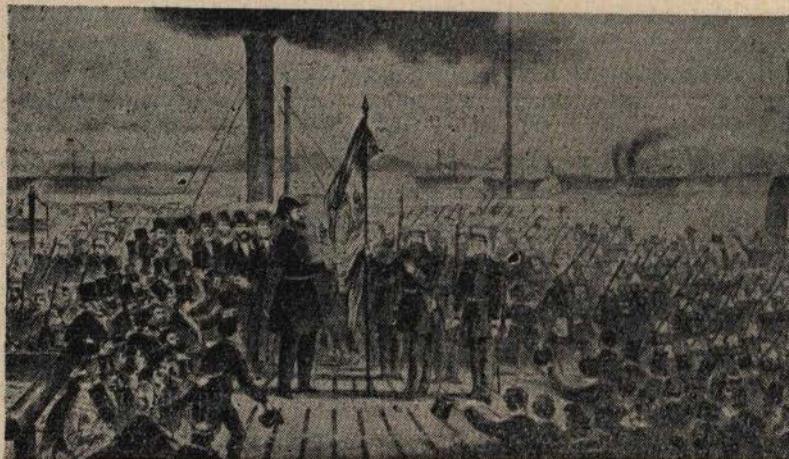
Também no Arsenal de Marinha essa mesma mão-de-obra afanou-se em construir embarcações e tudo o mais necessário à Armada. Disse o Visconde de Ouro Preto: “Não fôra o esforço extremo com que, desde os chefes de serviço até o menos graduado operário, porfiaram todos

no desagravo da honra nacional e seguramente não se poderia, a contar de 31 de janeiro de 1865 até 8 de maio de 1868, não só levar a efeito importantes reparações nos cascos, máquinas e acessórios dos navios existentes e a conclusão de construções já encetadas senão também começar e terminar as de três encouraçados (*Tamandaré, Barroso e Rio de Janeiro*), cinco monitores (*Pará, Rio Grande, Alagoas, Piauí e Ceará*) e duas bombardeiras (*Pedro Afonso e Forte de Coimbra*), lançar as quilhas e adiantar a execução de mais uma corveta encouraçada e de um rebocador. Um dos encouraçados caiu ao mar em menos de cinco meses, as bombardeiras flutuaram em pouco mais de três e um dos monitores ao cabo de cinco meses e alguns dias."

Os cariocas que no Rio permaneceram muito contribuíram, pois, para a vitória na guerra.

Para fazer face às primeiras brisas da guerra fêz o governo seguir de imediato para o Uruguai ou o Rio Grande do Sul as tropas de linha dos corpos móveis de então. Aquartelavam na "Côrte" as seguintes unidades:

- 1º Batalhão de Fuzileiros
- 1º Batalhão de Artilharia a Pé
- Batalhão de Depósito
- Corpo de Artífices da Côrte
- 1º Regimento de Cavalaria Ligeira
- Batalhão de Engenheiros da Côrte.



EMBARQUE DE VOLUNTARIOS DA PÁTRIA. — A gravura representa o embarque do contingente da Guarda Nacional da Côrte, sob o comando do Tenente-Coronel Francisco Leão Cohn

Com exceção do 1º Regimento de Cavalaria Ligeira que ficou de guarda ao Imperador, todos os demais seguiram para o teatro de guerra, por partes uns, de uma só vez outros, porém com os efetivos do mo-

mento que, posteriormente, foram sendo elevados. Para essa elevação recorreu o governo de pronto e fundamental à Guarda Nacional, malgrado seu despreparo militar, e aos Corpos de Polícia. Praticamente até o fim do primeiro trimestre de 1865 essas unidades cariocas já se encontravam no sul.

A fim de atingir o efetivo indispensável para fazer a guerra o Governo baixou o célebre Decreto n. 3.371, de 7 de janeiro de 1865, pelo qual "Cria Corpos para o serviço de guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de — Voluntários da Pátria — estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes fica competindo". Para a Corte e Província do Rio de Janeiro o prazo de apresentação para usufruir das vantagens do decreto foi fixado em sessenta dias, o menor deles. Os cariocas responderam imediatamente e antes de decorrido o prazo os 1º e 2º Batalhões de Voluntários da Pátria estavam organizados. Diz ainda o Visconde de Camamu em seu relatório citado: "... E à vista de semelhante entusiasmo, suspendeu-se o recrutamento na Corte..."

Para melhor se aquilatar da rapidez com que seguiram para o sul as unidades do Rio de Janeiro observemos a cronologia seguinte, de acordo com Jourdan:

26 Dez 864 — chegam a Fray Bentos, Uruguai, as tropas: Contingente do Batalhão de Engenheiros; alunos da Escola Militar; 1º Batalhão de Artilharia a Pé e 1º Batalhão de Infantaria.

18 Fev 865 — chega um Contingente de 305 homens da Guarda Nacional do Rio de Janeiro.

28 Fev 865 — chegam a Montevidéu 389 homens do Corpo de Polícia do Rio de Janeiro e um segundo Contingente do Batalhão de Engenheiros.

4 Mar 865 — ainda em Montevidéu aportam Contingente do Batalhão de Depósito, outro do Corpo de Polícia e outro da Guarda Nacional.

19 Mar 865 — parte o 2º Batalhão de Voluntários da Pátria, chegando ao Sul no fim do mês.

22 Mar 865 — parte o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria (793 homens).

9 Abr 865 — parte o 4º Batalhão de Voluntários da Pátria e chega a 20.

4 Jun 865 — parte o restante do Batalhão de Engenheiros.

Em diferentes datas de 1865 partem os 9º, 31º e 32º Batalhões de Voluntários da Pátria e o 38º chega ao Sul em Fev 866. Conclui-se, portanto, que toda a contribuição em homens da Corte estava no teatro de operações até fevereiro de 1866. Os Batalhões de Voluntários da Pátria acima enumerados foram os organizados na cidade do Rio de Janeiro que deu, assim, sete — 1º, 2º, 4º, 9º, 31º, 32º e 38º — dos 55 organizados para a guerra, ou um entre cada oito.

É digno de realce a rapidez de mobilização dos 1º e 2º Batalhões de Voluntários da Pátria nesta cidade. Publicado o decreto de criação dessas unidades a 7 de janeiro, já a 19 e 22 de março partiam o 2º e o 1º Batalhões para a guerra!

Como se portaram essas unidades cariocas — por que não batizá-las assim? — na guerra? Bem. Muito bem mesmo. Se algumas vezes tiveram um ou outro insucesso, as glórias e galardões do sucesso são muito mais freqüentes, numerosos e significantes quando se analisa e compara suas atuações ante o inimigo.

As unidades de linha (ativa) fazem tôda a guerra, indo desde a Campanha do Uruguai até meados de 1870, quando regressam ao Brasil. As de Voluntários da Pátria desde que chegam ao local da luta até seu término, com exceção dos 32º e 38º Batalhões que, em 23 Dez 868, por ordem de Caxias, são dissolvidos, sendo seus homens distribuídos por outras unidades.

O 1º Batalhão de Infantaria que tem homens seus atacando em acelerado em Paissandu, toma parte em "raid" a Corrientes, faz o serviço de postos avançados no Passo da Pátria, e na Batalha de Tuiuti contra-ataca sofrendo pesadas perdas. Na marcha de aproximação para Tayí carrega a baioneta em "marche-marche". Atua no Chaco. Por trêis vêzes avança sôbre a ponte de Itororó e apesar das perdas ainda está no campo de batalha em Avaí e Lomas Valentinas. Em 869 ataca Peribebuí e logo depois combate na batalha de Campo Grande. Em maio de 1870 é repatriado, chegando à Côrte a 9 Jun. "Foi a primeira unidade queolveu à capital do Império depois da Guerra". E merecidamente, acrescentemos.

O 1º Batalhão de Artilharia a Pé também faz tôda a campanha. Está em Paissandu, no "raid" a Corrientes, nas duas batalhas de Tuiuti, passa por Humaitá onde recebe ordem de Caxias de seguir para o norte "armado como infantaria". Elementos seus tomam parte na Campanha das Cordilheiras. A 3 Agô 870 parte de Montevidéu com destino ao Rio, de regresso.

Também o Batalhão de Engenheiros faz integralmente a campanha. Seus serviços foram de valia imensurável nos trabalhos de organização do terreno, levantamento de mapas e fortificações. No combate da Ilha da Redenção perde Vilagran Cabrita que viria a se tornar o Patrono da Arma de Engenharia.

O 1º de Voluntários da Pátria em Mai 865 está nas Missões e toma parte na ação do passo do Butuí onde sofre perdas. Está no sítio de Uruguaiana. Auxilia a vanguarda no Estero Bellaco e combate em Tuiuti e no Potreiro Pires. Luta sangrentamente em Punta Naró. Atua na Desembarda.

O 2º de Voluntários da Pátria depois de ir para o Rio Grande do Sul tem duas de suas companhias apoiando o desembarque de Osório no

Passo da Pátria e logo depois combate na Batalha de Tuiuti. Ajuda a consolidar a conquista da trincheira de *Punta Naró*. Prossegue em ação até 1870.

Osório escolhe o 4º de Voluntários da Pátria para reforçar a tropa que sitiava Uruguaiana. Recebe, na ocasião, do Conde d'Eu o seguinte elogio: "É um dos mais belos batalhões de Voluntários que tenho visto". Atua em Tuiuti. Reforça a conquista de *Punta Naró*. Está na Dezembrada.

O 9º de Voluntários também combate em Tuiuti e *Punta Naró*. Está nas ações fundamentais de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas. E depois ainda continua em ação.

O 31º de Voluntários, formado do ex-Corpo Policial do Rio de Janeiro, em Jul 865 está nas Missões. Destaca-se em Tuiuti, sendo empregado sob comando direto de Osório. Forma o primeiro escalão de ataque à trincheira de *Punta Naró*, lutando durante 16 horas em sangrentos combates, falecendo seu Comandante no Campo de luta — Cel Machado da Costa. Atua no Chaco. Toma parte na Dezembrada. Em Ago 869 era um dos onze batalhões de Voluntários que ainda compunham o Exército brasileiro. Em Fev 870 está com Câmara nas ações finais da campanha. A 29 Mai 870 desfilava no Rio de Janeiro de regresso da campanha.

O 32º de Voluntários ataca em primeiro escalão em Curupaiti. Sofre perdas severas apesar de conquistar a primeira trincheira, porém sucumbe seu comandante. Toma parte no ataque à posição de Rojas, na linha de Sauce. Combate na lagoa Verá. Atua em Avaí e Lomas Valentinas e nesta batalha faz o primeiro escalão de ataque, sofrendo durante a noite quatro contra-ataques. Em 23 Dez 868 é dissolvido devido ao diminuto efetivo decorrente das pesadas perdas que sofrera.

Finalmente, o 38º de Voluntários integra a vanguarda de Flôres, combate em *Estero Bellaco* e está presente na batalha de Tuiuti. Ataca Humaitá sofrendo perdas severas, inclusive tendo seu comandante sido ferido. Estêve no Chaco. Junto com o 32º atuou no primeiro escalão no ataque a Pykysry. A 23 Dez 868 é dissolvido pelas mesmas razões do 32º.

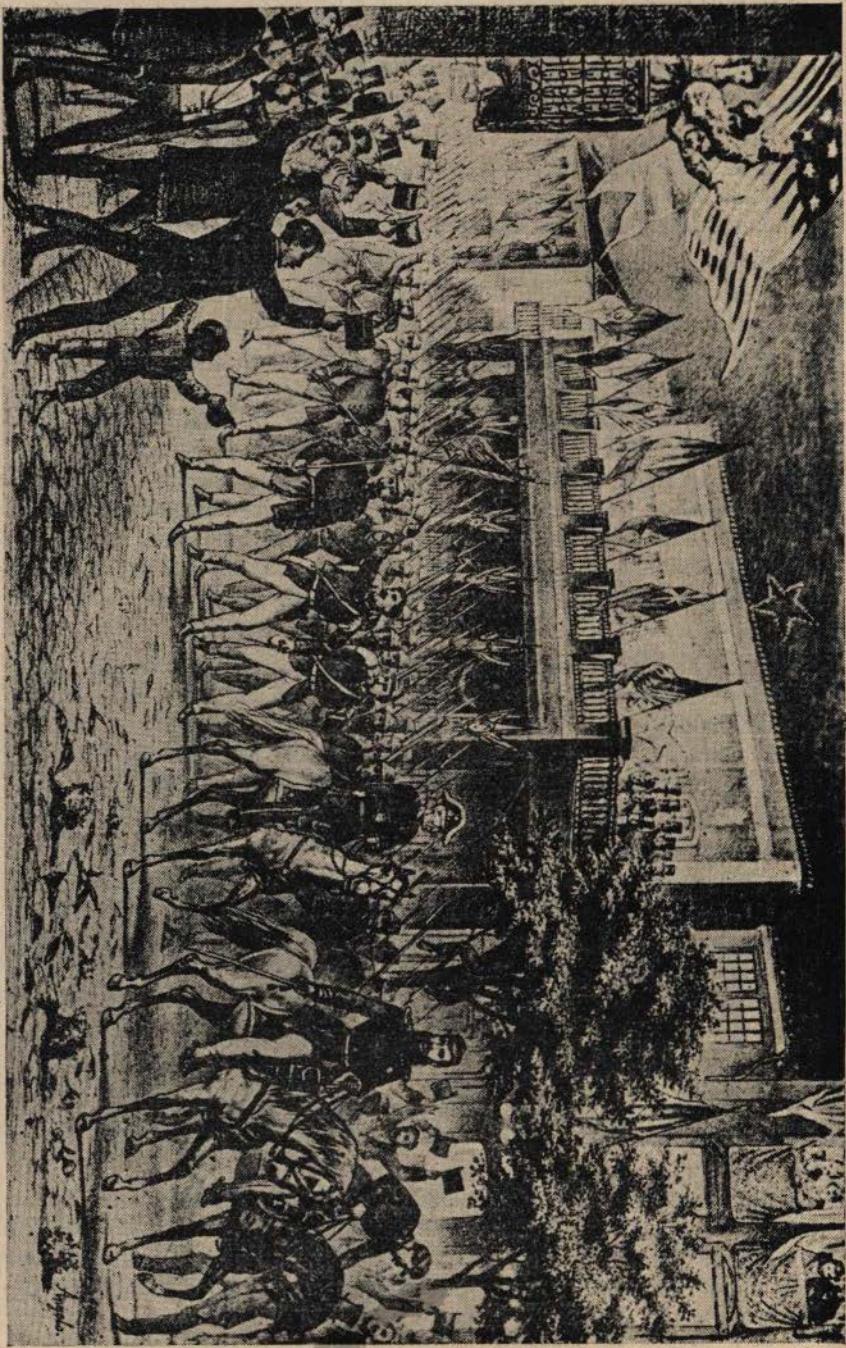
E o carioca, como homem, como indivíduo isolado, como soldado, qual sua conduta?

O carioca não deixou a desejar em conduta militar e, consequentemente, também vários deles se distinguiram e deixaram seu nome à posteridade.

Sem dúvida o mais destacado ato de bravura de um carioca é o do Guarda-Marinha João Guilherme Greenhalgh, que defende até a morte a Bandeira brasileira içada na corveta Parnaíba e que chegara a ser arriada por um oficial inimigo. Sucumbe na batalha do Riachuelo quando faltavam quinze dias para completar 20 anos!

Há mais seis cariocas que pertencendo ao Corpo da Armada muito se distinguiram. O 1º Ten Antônio Carlos de Mariz e Barros que se

ENTRADA TRIUNFAL DOS "VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA" NA TARDE DE 28 DE FEVEREIRO DE 1870



destacara no assédio e capitulação de Paissandu, falece em combate a 25 Mar 866 quando no comando do encouraçado *Tamandaré*, o qual explode atingido por uma bala inimiga. O Alm Delfim Carlos de Carvalho que tomou parte em tôda a guerra mas que pelo seu brilhante feito de forçar Humaitá foi agraciado com o título de Barão da Passagem. Iniciando a guerra no posto de 1º Tenente terminou-a como Chefe de Esquadra a que atingiu em 2 Mai 868. O Alm José Cândido Guillobel "tomou parte saliente na Guerra do Paraguai, por mais de quatro anos, figurando no ataque a Corrientes (...) na Batalha do Riachuelo, nas passagens de Mercedes e Cuevas, no ataque às baterias de Curuzu e às de Curupaiti". Forçou o passo de Angostura, sendo ferido. O Alm João Mendes Salgado, Barão de Corumbá, sobressaiu-se em Itapiru, Curupaiti, Humaitá e Angostura. Durante a guerra ascendeu de 1º Tenente a Capitão-de-Mar-e-Guerra (2 Dez 869). O Alm Júlio César de Noronha como 2º Tenente recebeu seu batismo de fogo na Campanha do Uruguai. "Distinguiu-se sempre pela excepcional conduta em combate". Estêve em Riachuelo, Mercedes e Cuevas. Foi agraciado com a Medalha do Mérito com três passadores por atos de bravura. O Alm José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, distinguiu-se especialmente em Angustura.

Do Exército, dois cariocas tiveram seus nomes guardados pela História por sua atuação na Retirada da Laguna. O primeiro é o Ten-Cel Carlos de Moraes Camisão, comandante da coluna e que sucumbiu na árdua e heróica manobra em retirada. O segundo, que dela se salvou após ser seu escriba foi também seu historiador, legando obra ímpar nas letras brasileiras — Ten Alfredo d'Escagnolle Taunay, Visconde de Taunay. Ainda podem ser lembrados os cariocas Ten-Cel João de Souza da Fonseca Costa, mais tarde Brigadeiro e que foi o Chefe do Estado-Maior de Caxias; o então Maj e Ten-Cel Conrado Maria da Silva Bittencourt por sua atuação destacada no comando do Batalhão de Engenheiros; o Ten, Cap e Maj Ernesto Augusto da Cunha Matos, do célebre 1º Regimento de Artilharia a Cavalo sob comando de Mallet e de tão destacado desempenho na Batalha de Tuiuti a 24 Mai 866. Feito prisioneiro a 3 Nov 867, na 2ª Batalha de Tuiuti, foi libertado após a vitória de Itá-Ibaté. Escreveu sobre seu regimento em Tuiuti e comentou obras militares, tendo atingido o generalato; o depois Mar Conrado Jacob Niemeyer, engenheiro destacado que Caxias solicitava retornasse ao campo da luta tão logo se restabelecesse da doença que o obrigara a voltar à Corte; finalmente o Gen Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão que substitui Osório no comando do 1º C Ex após Tuiuti e dirige nossas tropas em *Curupaiti*. Retornando ao Brasil só regressa ao teatro de operações convidado pelo Conde d'Eu, onde assume o comando do 2º Corpo de Exército. Foi agraciado com o título de Visconde de Santa Tereza.

Dezoito dias após a última e terminal ação de guerra — Cerro Corá — chegavam ao Rio os dois primeiros Batalhões de Voluntários da Pátria,

o 23º e o 30º, ambos não formados na cidade. Assim descreve o Gen Tasso Fragoso a recepção:

"No dia 21, o Imperador passou-lhes revista no Arsenal de Marinha, onde êles o esperaram formados. Dirigindo-se aos comandantes disse-lhes o monarca:

Senhores comandantes dos batalhões de Voluntários da Pátria:

Aceitai este abraço para vós e vossos camaradas, em sinal de júbilo que transborda de todos os corações.

Vosso heróico esforço acaba de receber de Deus a recompensa.

Tornai-vos sempre dignos dela, servindo a nossa Pátria na paz tanto quanto a servistes na guerra.

Vivam os Voluntários da Pátria!

Viva o Exército e a Armada!

Depois os dois corpos saíram do Arsenal e desfilaram pelas ruas da cidade, tendo à sua frente o General Caldwell, ajudante-general do exército. O povo, delirante de entusiasmo, aclamava-os em sua passagem e por vezes cobria-os de flôres.

A partir daí, cerimônias idênticas ocorreram, quer na Corte, quer nas províncias, com os outros corpos que vinham chegando do exterior. Por tôda a parte o povo brasileiro timbrou em testemunhar a sua solidariedade e gratidão aos soldados que haviam defendido a honra e a integridade da Pátria.



O EMPRÉGO DA FOTOGRAFIA EM CAMPANHA

2º Ten Com SYLVIO FERNANDES CASTRO

Transcrito da Revista da Escola de Comunicações n. 1, Out/Nov/Dez 1964.

O rápido desenvolvimento da técnica fotográfica e seu crescente emprêgo pelas empresas civis, infelizmente não foram acompanhados pelo Exército. Com exceção das atividades do Serviço Cine-Foto do Ministério da Guerra, este importante ramo das Comunicações, talvez por falta de material ou de manuais e doutrinas oficialmente aprovadas, que lhe determine o emprêgo, é geralmente relegado a uma situação não condicente com sua real utilidade. Em futuro próximo, serão criados os Batalhões de Comunicações. Estas Unidades, se seguirem em nosso Exército a mesma organização que lhes é dada no Exército Norte-Americano, deverão ter, na Companhia de Comando, uma Seção Fotográfica cuja dotação em pessoal é de dez praças e cuja dotação em material inclui dois laboratórios fotográficos montados sobre viatura, além de diversas câmaras para fotografia e cinematografia. Serão missões da Companhia de Comando afetas à Seção Fotográfica :

- executar as fotografias da Divisão à qual apoia (exceto fotografias aéreas);
- executar o serviço fotográfico de laboratório para todas as Unidades Divisionárias.

Assim sendo, reputamos de interesse rever o emprêgo da fotografia em campanha.

Este artigo, calcado no que prescreve o Manual de Campanha FM 11-40 do Exército Norte-Americano, tem como escopo dar aos leitores uma idéia geral do emprêgo e possibilidade da técnica fotográfica nas operações militares.

A missão básica dos elementos especializados em fotografias, é apoiar as operações militares com um serviço fotocinematográfico adequado e em tempo. A natureza deste serviço varia de acordo com a Unidade servida e compreende sempre fotografias táticas e outros tipos de fotografias militares.

São fotografias militares :

- a. Fotos de reconhecimento e informação
- b. Fotos de documentários das operações
- c. Fotos de informação pública
- d. Fotos diversas.

Por meio da fotografia, elementos que não participaram de uma ação militar, poderão tomar conhecimento de seu desenrolar e formar,

sobre ela, sua opinião independentemente da idéia ou interferência do narrador. A fotografia, podemos dizer, repete o acontecimento de maneira fiel e com muito mais detalhes que qualquer outro meio de narração ou descrição. Do mesmo modo que a fotografia mostra o desenrolar de uma ação, pode também mostrar o terreno onde planejamos desencadeá-la ou os resultados de tal operação. Embora o mais efetivo uso da fotografia no Exército seja representado pelas fotos de reconhecimento e informação, por serem estas meios de apoio ao combate, todos os tipos de fotografias utilizados são de grande importância.

FOTOS DE RECONHECIMENTO E INFORMAÇÃO

São as fotos tiradas com a finalidade de possibilitar o estudo das imagens de objetos, ações ou de terreno, permanentemente impressas em material foto-sensível. Estes documentos fotográficos podem ser estudados minuciosamente, comparados com outros já existentes e analisados em combinação com cartas. Do estudo e comparações feitas com as fotos tiradas durante uma operação ou missão de reconhecimento, podemos conseguir dados e informações de grande importância. O fator tempo condiciona o emprêgo da fotografia como elemento de apoio ao combate, uma vez que os dados dela obtidos só poderão ser utilizados se as fotos forem tiradas, processadas e distribuídas rapidamente aos seus usuários. O aspecto mais importante nesta categoria de fotografias táticas são as fotos de reconhecimento, por terem imediata aplicação na coordenação e planejamento de missões e operações.

As Fotos de Reconhecimento terrestre são as tiradas desde os postos de observação, postos avançados ou, ainda, além destas linhas, pelas patrulhas de reconhecimento. A presteza com que estas fotos são distribuídas, sua qualidade, a perfeita identificação das situações e aspectos do terreno, determinam em grande parte o seu valor militar.

Detalhes importantes a serem considerados no planejamento e execução de qualquer missão de reconhecimento fotográfico terrestre, diurno ou noturno são :

- natureza e localização do objetivo
- disposição das tropas amigas e inimigas
- entendimentos necessários para a combinação das coberturas fotográficas aérea e terrestre.

Estes reconhecimentos têm como objetivos principais, sem entretanto estarem a êles restritos :

1. Identificação e avaliação das configurações naturais e artificiais do terreno (objetivo principal).
2. Localização e estudo dos obstáculos naturais e artificiais.
3. Localização e identificação dos acidentes capitais.
4. Localização e estudo do dispositivo inimigo.
5. Localização e estudo das vias de acesso e retraimento.

6. Localização dos alvos inimigos, inclusive posições de armas.
7. Demarcação de zonas.
8. Avaliação de pós-ação.

As Fotografias de Informações são as tiradas com a finalidade de colhêr dados sôbre pessoal, equipamentos, material e instalações tanto do inimigo como de nossas próprias tropas. Os dadôs obtidos por este tipo de cobertura fotográfica são utilizados, inicialmente, com fins técnicos e estratégicos, podendo, também, atender a fins táticos. Para obtenção e distribuição de Fotos de Informação que sejam de valia, deve ser mantida uma estreita coordenação entre o pessoal especializado de Comunicações e das segundas seções (E/2 e S/2). Para o apoio na preparação de reportagens e buscas de informes, as necessidades específicas do pessoal encarregado das informações devem ser do conhecimento do elemento especializado em foto, o que muito auxiliará na obtenção de fotografias com os detalhes e qualidades necessários. As fotos de rotina, tiradas no desenrolar do combate ou durante a cobertura fotográfica das operações, também podem servir de informes. Os representantes dos usuários de tais fotos poderão selecionar as mais apropriadas nos laboratórios do pessoal de Comunicações. Na ausência de pedidos específicos, o pessoal especializado em foto das Unidades de Comunicações deve estar preparado para tirar Fotos de Informação em tôdas as oportunidades.

Como Fotografias de Informação, porém, de técnica mais especializada, cujo estudo não caberia neste artigo, ainda encontramos fotos, tais como :

- de prisioneiros de guerra;
- de documentos inimigos;
- dos resultados da guerra psicológica;
- de instalações inimigas;
- das manobras do inimigo; e
- as foto-técnicas de informação.

FOTOS DE DOCUMENTÁRIOS DAS OPERAÇÕES

São as tiradas no decorrer das operações militares, tanto na zona de combate como na retaguarda, com diversas finalidades, principalmente com a de estudar e avaliar o desempenho do pessoal, equipamento e táticas empregadas. Em princípio tôda operação militar deve ter cobertura fotográfica. Tais fotos elucidam as ações levadas a efeito e dão grande realismo quando utilizadas em manuais e publicações. As filmagens feitas são utilizadas para estudo de Estado-Maior ou treinamento. Uma cobertura completa seria a feita focalizando-se tôdas as Unidades de um Comando — antes, durante, e após a ação — juntamente com os efeitos de tal operações sôbre o pessoal e material tanto amigo como inimigo. Muitos pontos falhos havidos e passíveis de correção, tornam-se evidentes quando são consultadas

tais películas e fotos. Com o passar do tempo, muitas fotos e filmes desta categoria têm o seu valor aumentado por se tornarem documentos históricos das operações militares.

FOTOS DE INFORMAÇÃO PÚBLICA

São as tiradas durante as operações e atividades militares com a finalidade de serem fornecidas às agências noticiosas para divulgação ao público. As fotos tiradas com tal propósito devem apresentar ao público uma idéia, tanto quanto possível verdadeira, da vida militar e das operações. Para um país em guerra, o desenrolar das operações militares é assunto que interessa grandemente à sua população civil. Por isso, o Exército deve desenvolver um esforço concentrado para mantê-lo a par dos acontecimentos. Devem ser convidados fotógrafos e correspondentes civis para ir ao Teatro de Operações a fim de fazer esta cobertura, pois as fotos e os filmes são os veículos que mais se prestam a este propósito.

Embora êstes representantes das agências noticiosas obtenham muitas fotos, freqüentemente é necessário que o Exército forneça fotos adicionais para informação pública. Estas fotos são fornecidas pelos elementos especializados de Comunicações. Todo êste material deve, primeiramente, ser submetido à censura para sua liberação. Durante a paz, fotos das novas realizações militares, nos mais variados setores, fazem parte do jornalismo civil. Ainda podem ser feitas fotografias de propaganda de guerra psicológica, sendo que estas últimas requerem pessoal e técnicas especializadas. As Fotos de Informação Pública, usualmente, não devem ter a mesma procedência que a foto de reconhecimento e outras fotos operacionais.

FOTOS DIVERSAS

Em conjunto com os principais tipos de fotografias efetuadas pelas Unidades de Comunicações, há ainda um certo número de tipos que são chamados Fotos Diversas. Incluímos nesta categoria as:

- fotos tiradas para ilustração de levantamentos e relatórios;
- fotos de testes e experiências;
- fotos de perícia-legal;
- fotos médicas;
- fotos de identificação;
- fotos de treinamento, etc.

Por serem estas de importância secundária, nenhuma delas deve vir a ser a maior carga de trabalho ou a principal missão de uma equipe fotográfica militar.

É nosso desejo continuar o presente estudo oportunamente, já que, conforme vimos acima, é de grande valor militar o assunto "fotografia".

EM MONTE CASTELO

Cap YEDDO JACOB BLAUTH
Ex-Cmt 3^a Cia.

Ao ensejo do 20º aniversário de Monte Castelo, A DEFESA NACIONAL transcreve em suas páginas o depoimento do então Capitão Yeddo J. Blauth, que, naquele feito memorável, comandava a 3^a Cia. do Regimento Sampaio. Escrito durante a guerra, quando seu autor se achava hospitalizado no "7th Station Hospital", por ferimento em combate, tem autêntico valor histórico, para os estudiosos da FEB. É de destacar do depoimento do Cap Blauth a importância das ações das pequenas Unidades para o conjunto das operações de envergadura. Quantas batalhas ficaram comprometidas pela atuação de um pequeno elemento! Recomendamos, assim, sua leitura particularmente aos jovens oficiais que têm responsabilidade de comando sobre pequenas frações, e aos que leram o trabalho do Gen-Div A. Franco Ferreira, "Bem-vindo seja, Aspirante, a esta Unidade", publicado no número e Nov/Dez de 1964 de nossa Revista, — pois aqui está um bom exemplo de "um caso concreto" de que aquèle Cap e seus dignos Tenentes foram à guerra com a firme convicção de que ali estavam para conduzir, com sucesso, frações de tropa, opondo aos pelotões de defesa inimiga idênticos elementos que lhes fôssem superiores.

I — No dia 20 de fevereiro do corrente ano, na parte da tarde, saí com minha Cia. de Gaggio Montano, e substituí uma Cia. Americana (da 10th Mountain) em Mazzancana. Basta consultar a carta da região para ver a extensão do esforço físico que a tropa despendeu nesse movimento inicial.

II — De ordem do Sr. Maj Cmt do Btl, fiz um deslocamento noturno, precedido de patrulhas com mineiros, pois a região, conforme informação do Cap Americano que substituí, estava cheia de minas antipessoal. Esse deslocamento foi para um espigão, ainda de Mazzancana.

III — A noite foi passada em região fria, devido a altitude, tendo os homens apenas duas mantas. Acresce que todos construíram abrigos sumários para passar a noite.

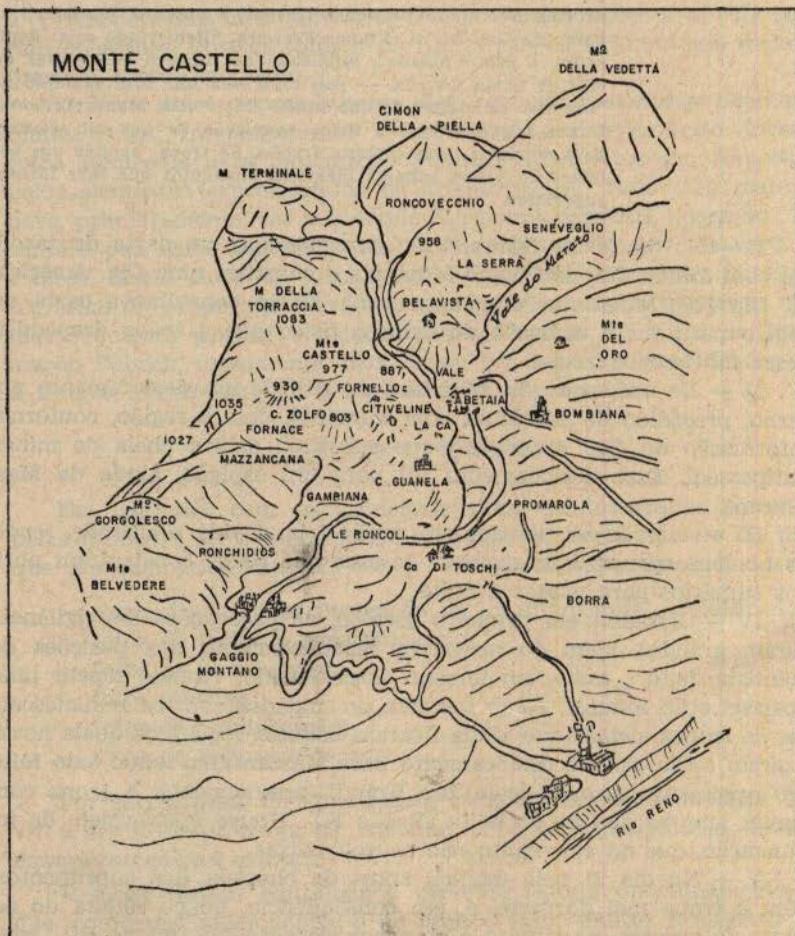
IV — Estando em primeiro escalão, as precauções de vigilância foram grandes, além do exaustivo reconhecimento das posições de combate, feito a noite, em terreno desconhecido, visando repelir uma possível ação inimiga, como também os cuidados com os remanescentes de tropas alemãs que ainda ficaram naquela região, os quais hostilizaram a Cia. no seu deslocamento para Mazzancana, tendo sido feito um prisioneiro armado, pelo Ten Brandi, pessoalmente. A tropa consumiu uma ração fria de noite (Ração K). Houve bombardeio de inquietação, que no entretanto não causou baixas.

V — No dia 21 pela manhã, antes da chegada dos suprimentos, com a tropa mal dormida, e, em consequência, pouco refeita do esforço da véspera, parti para o ataque à elevação 975 (0-1 do Btl.) que,

na manobra prevista, seria o meu "objetivo definitivo", onde ficaria em "posição" como tropa de acolhimento, caso houvesse um insucesso nos movimentos previstos para a 1^a e 5^a Companhias.

VI — No objetivo intermediário n. 1, conforme minha previsão nascida do estudo do terreno e da carta (fornecida pela 2^a Seção) tomei contato com o inimigo, que após mais de uma hora de luta, retraiu com várias baixas, tendo a Cia. perdido um soldado morto por "sniper", e um Sgt ferido gravemente por rajada de metralhadora.

VII — Tendo a Cia. atacado com o flanco esquerdo descoberto, a resistência mais forte foi justamente fora da minha zona de progressão, obrigando a tropa a exaustivos movimentos para desalojar o adversário, que muito bem colocado e abrigado, impedia o prosseguimento do cumprimento da missão (Ponto n. 1.027).



VIII — Nesta ação, a totalidade da Cia. foi empregada. Ressalto o papel do Ten Brandi, que sentindo a grande fadiga de sua tropa, não hesitou em avançar na "frente" de seus soldados, em um belo exemplo de coragem e energia moral, porque muito naturalmente também sentia-se cansado. O Ten Vilaboim fez um prisioneiro e "fixando" o adversário e movimentando-se cautelosamente para a frente, permitiu os movimentos dos Tens Brandi e Freitag. Este último executou com dois GC um amplo movimento envolvente muito bem conduzido. Porém, a ação resoluta dos Pels Brandi e Vilaboim, e a cooperação de uma peça "30" de Petrechos, cuja guarnição portou-se com admirável destemor, forçou o retraimento do inimigo.

IX — O meu Sgt. das transmissões, com a saúde abalada, levou a um fracasso completo as transmissões da Cia., inclusive os rádios 511 de Pel. Em consequência, tive que acionar meus Pels. deslocando-me incessantemente de um ponto para outro, onde necessário se fizesse minha presença; no decorrer da ação, tive a oportunidade de impulsionar pessoalmente um GC do Pel. FREITAG, GC este que estava abatido e com o seu valor combativo diminuído pela perda de seu Sgt Cmt, que era muito estimado.

X — A coordenação dos movimentos perfeitamente executados pelos Cmts de Pels., facilitou a tarefa de impulsionar de maneira coesa a Cia. para o seu objetivo, apesar das ações realizadas fora da zona de progressão.

XI — Ocupado 0-1, quando executava os reconhecimentos para a entrada em posição, visando à missão da Cia., entro em ligação com o Sr. Maj Cmt. do Btl., a quem comuniquei a chegada em 0-1, e de quem recebo ordem para atacar Monte Castelo, visando facilitar o movimento do III Btl., que estava detido. Minha Companhia seria a base, tendo como ponto de direção o ponto mais alto de Monte Castelo, e como missão ocupar a referida elevação na sua parte mais alta. Ela seria enquadrada pelas 5^a e 1^a Cias. Expus ao Sr. Maj, como era meu dever, a situação de meus soldados: Sem remuniciamento, sem café da manhã e sem almôço, e sem contar a ação da manobra recém-finda. O Sr. Maj retrucou dizendo que eu atacaria de qualquer maneira, e que eu não devia fazer ponderações. Expliquei serenamente que absolutamente não tinha dito ou sequer "insinuado" que não atacaria, e que apenas por força de regulamento, havia dado uma sucinta parte de combate.

XII — Coloquei minha Cia. na base de partida e informei a situação ao Cap Waldyr (da 5^a Cia.). Depois à simples explicação de que íamos auxiliar um Btl. irmão, e de que o nosso movimento seria limitado por mais 2 Cias. (1^a e 5^a, — pelo fato da minha ser a base —) bastou para levantar o ânimo cansado da tropa que, com suas energias morais, supriu o desgaste físico ocasionado pelas pesadas tarefas

que desde a véspera vinha executando. A Cia. foi bombardeada na sua base de partida, tendo perdido vários homens, principalmente do Pelotão de Petrechos.

XIII — A hora marcada, com admirável sincronismo, e sem uma única exclamação que não a de entusiasmo, a Cia. arrancou vivamente.

XIV — Depois de ligeiras escaramuças, o inimigo, coberto por fumígenos, retraiu-se sentindo que a ameaça de envolvimento era poderosa.

XV — Sem maiores dificuldades que a aspereza do terreno e a precaução constante contra as minas antipessoal, a Cia. prosseguiu o movimento, tendo ligação pela vista com a 5^a, não avistando porém a 1^a Companhia.

XVI — O Pel. Brandi, que estava em primeiro escalão, avistou entretanto uma tropa progredindo cautelosamente e em coluna por um, pela cota 930, não reconhecendo porém a referida tropa devido a distância.

XVII — Próximo a crista que existe perto do cimo de Monte Castelo, encontrei uma "Companhia Americana" visivelmente perdida, e que provavelmente devia ter como missão cooperar nos combates que paralelamente estavam se travando em Monte Torracia. Esta Cia. estava detida e organizando terreno antes da primeira linha de crista, em contra-encosta.. Concluí que devia ter sido a tropa avistada pelo Pel. Brandi, e que alcançou Castelo, progredindo pela cota 930.

XVIII — Consoante minha missão, depois de ligeiro reconhecimento, ultrapassei o americano e prossegui o movimento, com os Pels. Vilaboin e Freitag, enquanto o Ten Brandi, por sua própria iniciativa, fazia o mesmo, pois se achava um pouco adiantado em seu resoluto movimento — Esta fase final, executada a partir das 17 horas, foi vencendo e recalçando elementos inimigos, tendo sido o Pel. Brandi fortemente hostilizado por fogos de armas automáticas. Ocupei a crista e instalei-me defensivamente, enquanto comunicava a queda do "Baluarte Fortificado" que tinha sido o espantalho de nossa tropa durante muito tempo.

XIX — Perguntado sobre se sabia algo de outras Cias., declarei que nada sabia e nem via, além do Pel. Bicudo da 5^a, que chegou logo após a minha Cia. deixando assim bem claro que a primeira tropa brasileira e Aliada a ocupar e instalar-se no Monte Castelo, foi a 3^a Cia. sob o meu comando, e o primeiro pelotão desta Cia, foi o 2^o, do comando do Ten Brandi.

XX — Ainda sem remuniciamento e sem comida, enfrentando novamente o frio, minha Cia. passou a noite em Castelo, tendo eu tomado posteriormente contato com a Cap Waldyr, que por sua vez procurou o Cap Everaldo, para assegurar a defesa da posição.

XXI — No dia seguinte recebi ordem de ocupar defensivamente o subquarteirão entre 930 e a 2^a Cia., tendo executado o movimento sob fortíssimo bombardeio adversário.

XXII — A admirável cooperação e energia dos Tenentes Brandi, Vilaboim, Freitag e Godofredo, bem como a do Ten Homero (Obs. Av. da Art.), além da minha impulsão pessoal, foram os motivos que levaram a tropa a finalizar o movimento, com um elán que não se podia mais esperar das fisionomias exaustas dos componentes de minha sub-unidade.

XXIII — Finalizando êste relatório, friso que a primeira tropa brasileira que primeiro ocupou Monte Castelo foi *indiscutivelmente* a 3^a Cia. Destaco a atuação do Ten Brandi que, independente de ordem especial confirmando ou reforçando a inicial, só parou o seu movimento, mau grado a reação inimiga, no seu objetivo final. Cito também o Ten Vilaboim, que, mais junto a mim, dirigiu com muito acerto a transposição da primeira das duas cristas paralelas de Castelo (o alto da elevação é uma ligeira depressão em forma de ferradura, e não um mamelão como mostra a carta). O Ten Homero, apesar de não ter desencadeado fogos de artilharia, pela sua atitude máscula e enérgica, foi um bom exemplo para os soldados, e mesmo por palavras, auxiliou a impulsionar os mais cansados. Revelou o Ten Homero, qualidades militares que muito o recomendam.



A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. **É a sua tribuna.** MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.



FOI TRANSFERIDO? Mantenha-nos informado de seu novo endereço, para evitar atrasos no recebimento de sua Revista.

A INFORMAÇÃO PÚBLICA

Ten-Cel SERZEDELO COELHO
(Revista Militar, Portugal, Outubro de 1964)

O trabalho dos diferentes departamentos do Estado — ou as atividades de uma dada organização particular — só podem chegar ao conhecimento do público e serem apreciados mediante uma tarefa de divulgação convenientemente concebida, planificada e executada. É à Informação Pública que compete a missão de difundir, contínua ou periódicamente, no espaço e no tempo, os acontecimentos ou os fatos, públicos ou particulares, no âmbito local, regional, nacional e mundial. Sem essa difusão a maioria dos acontecimentos ficaria ignorada da grande massa do público.

A rapidez dos meios de transmissão modernos permite a qualquer indivíduo acompanhar a par e passo a evolução que permanentemente se processa — com aceleração cada vez maior — nos diferentes locais da Terra seja qual for a sua latitude. A informação diária colhida no Jornal, na Rádio e na Televisão é um condicionamento, uma necessidade e um hábito do Homem dos nossos dias. É uma espécie de alimento espiritual, um elo de ligação com o seu semelhante, um meio de acompanhar, viver e comentar os acontecimentos nacionais e mundiais. Esta necessidade é proporcional ao grau de civilização, de cultura e de progresso das sociedades. A técnica, com as suas constantes inovações, está a transformar o nosso planeta num lugar acanhado onde os Homens têm cada vez mais de viver em estreita ligação, mais dependentes uns dos outros e mais dependentes de fatos e de acontecimentos que ocorrem a milhares de quilômetros do seu lar. A visão do Homem é forçada a alargar-se ao conjunto do globo e a abranger não só os acontecimentos de caráter local e nacional mas muitos outros que se dão ao nível internacional. Esta servidão da vida atual condiciona governantes e governados. A Informação e as Relações Públicas assumem por isso mesmo extraordinária importância na vida moderna e constituem atividades que são objeto da preocupação permanente dos poderes públicos e das organizações particulares.

A Informação Pública não é uma invenção do século XX. É uma atividade nascida com o próprio Homem e da sua curiosidade nata de saber e de conhecer. Na velha Roma os governantes editavam um jornal, as *Acta Diurna*, jornal de parede, em pergaminho, afixado nas ruas das Cidades, nas Administrações, nos Quartéis e nas Barbearias.

As Acta Diurna narravam os discursos dos políticos, os decretos, as festas mundanas, etc. As notícias eram transmitidas por correios-estafetas servidos por uma rede de estradas que ligava Roma aos seus vastos domínios. A "Informação Pública" levava a palavra de Roma a todos os pontos onde devia ser escutada.

Hoje, como dissemos, a Informação Pública interessa a todas as organizações, quer sejam do Estado, quer sejam particulares. Um e outras dispõem de órgãos orientadores das relações e da informação do público. Estes órgãos desenvolvem um esforço permanente e planejado para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre o seu setor de atividade e o Público. "Informação Pública", "Relações Públicas" e "Propaganda" são constantes da nossa vida diária que refletem outras tantas preocupações dos órgãos de administração.

Vivemos numa época em que o indivíduo só interessa como elemento das "massas" cujo gregarismo e cujos sentimentos instintivos têm de ser orientados. A Informação Pública", a "Propaganda" e a "Publicidade" dirigem-se às "massas". Os meios de difusão essenciais são aqueles que permitem ferir de um só golpe maior número de indivíduos e captar com maior facilidade a atenção coletiva.

Como consequência, da análise, mesmo sumária, do problema da "Informação Pública" nasce a tentação de estabelecer limites entre esta atividade e a "Propaganda". Será realista procurar êsses limites? O ignorado Monsieur Bardot, pacato cidadão francês, de um país democrático, onde os meios de informação são livres, vive o seu dia a dia sob um bombardeamento de informações, de apelos, de "slogans", transmitidos pelos Jornais, pela Rádio, pela Radiotelevisão, pelos discursos dos políticos e pelo Cinema, que revelam, acusam, denunciam, ordenam. Em casa, na rua, no metropolitano, no próprio trabalho, Monsieur Bardot é permanentemente solicitado, aturdido, comprimido e confundido.

Se dermos um salto ao outro lado do Atlântico, aos jovens e orgulhosos E.U.A., onde a "Liberdade" está petrificada numa estátua colossal, e devassarmos a vida de Mr. Oncle Sam, o americano médio, verificamos com espanto uma situação ainda mais deplorável do que a de Monsieur Bardot. Mr. Sam, se é bom americano, é um "mass man". As suas concepções reduzem-se à escrupulosa observação de dois dogmas sagrados: A supremacia da técnica e as vantagens da organização do rendimento em grande escala. O cidadão dos EUA nasce, cresce, vive e morre sob a égide do tecnicismo. A sua alucinante e meteórica passagem sobre a Terra desbobina-se sob a ação contínua de solicitações e de pressões de toda a ordem exercidas pela política, pela seita religiosa a que pertence, por um exame de associações de várias espécies — destaque-se a Ku-Klux-Klan — pela Imprensa, pela Rádio e pela Televisão. Mr. Sam, que se vangloria de ter herdado dos seus antepassados o verdadeiro ideal democrático, é muito menos livre do que Monsieur Bardot. No seu país, Mr. Sam

pensa como os "técnicos" entendem que deve pensar subordinado sempre à constante do interesse econômico e mercantil. Na Europa, o seu mais próximo parente — Sir John Bull — com o seu tradicional chapéu de côco, a sua veneração pelo Times e pela Magna Carta, goza também de uma liberdade de pensar muito relativa condicionada por forças que despertam nêle sentimentos e reações insuspeitáveis.

Se continuamos a nossa digressão e transpusermos as fronteiras da URSS, vamos encontrar outro exemplar, mais que perfeito, do "homem massa", subordinado à maior máquina de persuasão da atualidade. O camarada Popof vive numa verdadeira clausura de espírito. A propaganda é Ama e Senhora em tôda a parte. É esta a realidade. Não será utopia tentar subtrair a "Informação" à influência da "Propaganda"? Em teoria, a "Propaganda" procura criar sentimentos favoráveis, ou de oposição, a um dado fim, enquanto a "Informação" se limita a narrar ou a descrever fatos. Pode argumentar-se também que a "Informação" não visa "fins de Propaganda". Todavia não esqueçamos que a "Informação" dá sempre lugar, pelo menos indiretamente, a reações sentimentais. A questão complica-se com o fato provado da Propaganda procurar dissimular-se com a Informação. Que melhor argumento pode apresentar um propagandista, a favor da sua tese, do que uma "informação" da qual ninguém possa duvidar? A influência da Propaganda não se limita à Informação. É o caso da "Educação". É possível isolar esta atividade da "Propaganda" que exerce a sua hegemonia em todos os setores e em todas as latitudes? A Propaganda é um fenômeno social ampliado às dimensões do Cosmo pelas inovações científicas e técnicas. Há que aceitá-lo tal como é.

* * *

A "Informação e as Relações Públicas" têm por objeto o estabelecimento e a manutenção de uma compreensão e de um conhecimento mútuos entre uma dada organização e o público.

Na "Informação" ocorrem normalmente duas espécies de problemas:

- Aquêles que se podem serear e são susceptíveis de estudo demorado.
- Aquêles que as circunstâncias impõem e são urgentes. Dentro destes ainda podemos distinguir os previsíveis dos imprevistos.

Os primeiros, são consequentes da definição prévia de uma "política de informação" e visam as suas planificação e execução.

Os segundos, são caracterizados pela urgência e pelo inesperado.

Entre as duas categorias há evidentemente uma gama de problemas, os mais diversos, criados até pela escolha dos meios que mais convém utilizar para os solucionar.

No Serviço de Informação e Relações Públicas, as funções principais a considerar são duas: A consultiva e a executiva. Quanto à primeira, o Serviço funciona como órgão de consulta, emitindo pareceres e fundamentando-os. Esta função pode anquilosar-se e passar despercebida, ou assumir valor de primeiro plano, conforme o sentido de informação da entidade que utiliza o Serviço.

Adentro dos problemas escolhidos podemos citar o exemplo da difusão e explicação de um decreto-lei. No caso das Fôrças Armadas o Decreto, se abrange os três ramos, pode interessar só aos militares ou a êstes e aos seus familiares. O Serviço deve promover a difusão do decreto em termos comprehensíveis por todos e explicar com clareza e objetividade os direitos e os deveres que implica.

Os problemas circunstanciais, na sua maioria inopinados, são de natureza variada. Assim temos:

- A publicação ou difusão pelos órgãos de Informação de uma notícia fundamentada em informações erradas ou deturpadas.
- A publicação ou difusão pelos órgãos de Informação de uma notícia fundamentada em acontecimentos verdadeiros que são apresentados ou interpretados erradamente.

No caso geral, o Serviço tem que resolver um problema quando a "informação" é incompleta ou deformada, ou quando, por carência de "informação", os sentimentos da "massa", ou opinião pública, evoluem no mau sentido. A "informação" quando é deficiente pode provocar crises sentimentais na coletividade que conduzem a reações doentias tais como à apatia, ao rumor e ao boato, tôdas conducentes à desmoralização geradora da descrença.

São lugares comuns os conceitos universais proclamando as Fôrças Armadas como sendo o espelho da Nação; que umas e a outra se devem integrar harmônica e num interesse conjunto, simples e bem definido. Estas verdades definem um fim a atingir que não é possível alcançar sem trabalho e sem esforço. A integração não se opera espontâneamente salvo quando é provocada por acontecimentos excepcionais. No seu fundamento está o conhecimento que a Nação possui das suas Fôrças Armadas; das razões que determinam a sua existência e a sua manutenção; razões justificativas das despesas que a todos obrigam; da política militar delineada, dos fatores geopolíticos e geoestratégicos em que assenta; dos meios postos à sua disposição; do valor e do sacrifício dos seus elementos; das leis do recrutamento; dos vencimentos; etc. Pelo seu lado, as Fôrças Armadas, não podem viver à margem da Nação, desconhecendo e ignorando os seus problemas. Os elementos das Fôrças Armadas necessitam também de sentir que a Nação e o Governo as apóiam, vivem e acompanham o seu trabalho com interesse. Paralelamente a êste conhecimento mútuo, ao nível do conjunto, há ainda o conhe-

cimento, quer por parte do público ligado diretamente às Fôrças Armadas, quer por parte dos elementos destas, de pormenores relativos aos direitos e aos deveres previstos e regulados nas Leis. Este trabalho de inter-relação e comunhão, de compreensão e de entendimento, de aprêço e de respeito recíprocos, é missão dos modernos Serviços de Informação e Relações Públicas. Esses Serviços constituem unidades distintas sob as ordens de chefes diretamente subordinados aos Ministros, dispondo de verbas oportunamente orçamentadas e de pessoal escolhido e habilitado. Em muitos Países todos os Ministérios dispõem desses serviços. As suas missões fundamentais, com uma direção comum, têm sentidos opostos, um orientado para o "interior" — a "Informação Interna" — outro voltado para o "exterior" — a "Informação Externa". A primeira abrange "a informação de alto nível" assinalando os movimentos da opinião pública e dos órgãos de informação pública em relação ao Ministério em causa, estudando as preocupações que aquêles movimentos traduzem, as convicções e as concepções erradas, as reações em curso, etc. Cabe-lhe também, no caso das F. Armadas, a "Informação das Tropas", em particular daquelas que se encontram nos Teatros de Operações, não só como elemento construtivo e educativo mas também como meio de esclarecimento das Leis gerais e particulares, das normas, dos conhecimentos e de informações de interesse para o militar.

A "Informação Externa" visa o público em geral e, em particular, os setores ligados às Fôrças Armadas através de filhos e parentes em serviço ativo. Não devem ser esquecidos os militares nas situações de reserva e de reforma e os seus familiares diretos. Em tempo de Guerra, ou de emergência, as Famílias procuram informações de toda a ordem sobre os seus parentes, sobre a forma de obter subvenções e pensões determinadas por Lei, além de outros esclarecimentos de caráter diverso algumas vezes imprevisto e até inédito.

A "Informação Pública" depende, em grau muito elevado, do sentido que a administração possui do valor da "informação" e do conhecimento que tiver do Público e das suas reações.

As relações com o Público têm melindre e têm reflexos importantes nos sentimentos da coletividade. Uma resposta brusca ou menos atenciosa a um telefonema, a falta de paciência para "ouvir" expor um problema particular, um ofício redigido secamente, uma informação errada, a demora exagerada na resposta a um pedido de esclarecimento, são faltas inadmissíveis e graves que acumuladas dão origem a uma barreira de incompreensão total entre o público e uma organização.

Os Serviços de Informação Pública devem ter por lema o considerar seus os problemas daqueles que os procuram para obterem uma solução. Devem esclarecer, encaminhar e ajudar. Só assim podem alcançar a consideração e a confiança do público.

No que respeita às Fôrças Armadas muitos Países têm já organizados Serviços de Informação Pública. Na Bélgica, o Serviço enquadra-se no Estado-Maior General e abrange uma Repartição articulada em seções de Imprensa, Fotografia e Cinema. Na Itália, existe um Serviço ligado também à Imprensa, à Rádio e à Televisão. É interessante assinalar que o Serviço promove a realização mensal de um filme documentário sobre as atividades das Fôrças Armadas. Na Noruega, o Serviço está diretamente subordinado ao Ministério da Defesa Nacional. Em França e na Grã-Bretanha existem Serviços semelhantes.

* * *

Nas atividades do Serviço são constantes as relações com a Imprensa, com a Rádio e com a Televisão. Estas relações constituem o "pão nosso de cada dia". Para serem profícias e úteis devem ser estabelecidas direta e intimamente numa base e de **confiança de compreensão**. Para isso é indispensável conhecer a técnica, os processos de trabalho, as servidões dos órgãos de informação, cada um dos quais tem características e personalidade distintas.

* * *

No caso da Imprensa, o "jornal" é, essencialmente, um difusor de acontecimentos de toda a ordem. Os "acontecimentos" podem ser dados sem comentários. Mas também são acompanhados, algumas vezes, ou dão origem, a análises críticas e a comentários, publicados em editoriais e em artigos. Mas o elemento predominante é, em geral, o noticiário ou a informação. O jornalista procura quase sempre os fatos que interessam o leitor médio. O "comentário" nasce da divergência de opiniões. Aqui — como também na apresentação do noticiário — revelam-se os pontos de vista do "jornal". É conveniente não esquecer que os jornais não têm por função, nem têm por obrigação, a expressão e a difusão de opiniões que não sejam as suas. São organizações particulares.

Um jornal comprehende editoriais, artigos de fundo, informações diversas, noticiário, comentários, fotografias, anúncios e publicidade. Estes elementos são arrumados em diversas rubricas. O trabalho compete à redação do jornal. Uma redação articula-se em várias seções: Nacional, internacional, informações gerais, desportos, publicidade, etc. Os títulos diferem consoante o público a atingir. A tendência atual consiste em simplificar e sintetizar cada vez mais a prosa em proveito dos documentos fotográficos.

As informações chegam às redações através de jornalistas destacados pelo jornal, ou de jornalistas independentes ou, ainda, das agências noticiosas. Estas "agências" são de caráter comercial, às quais os jornais pagam. Em certos casos recebem subsídios oficiais. Há um número elevado de agências noticiosas. Entre outras podem citar-se: A "France-Press" (AFP) subsidiada pelo Governo francês; a

"Press Association", a "Reuter", a "Exchange Telegraph", a "Associated Press" e a "British United Press", inglesas; a "United Press International", nos E.U.A.; a "Tass", na U.R.S.S.; a "Agência Nacional de Informação" (ANI) e a "Agência Lusitânia", em Portugal (1).

Os "Serviços de Informação e Relações Públicas" fornecem à Imprensa informações relativas às atividades dos organismos a que pertencem. Na comunicação dessas informações há regras que convém ter em consideração. Uma delas merece ser sublinhada: Salvo no caso de comunicações de caráter especial — que a Lei prevê — que o jornal se limita a transcrever, nunca se deve procurar redigir a notícia e muito menos o título. Este trabalho pertence ao jornalista. O que se deve fornecer são os elementos da informação. Os pontos essenciais a ter em conta são o seu interesse, a clareza na redação, a sobriedade e a brevidade. Deverá pôr-se de parte quaisquer pretensões de estilo e evitarem-se as subtilezas. Em resumo: Escrever só o que é essencial, com objetividade, no menor número de palavras possível. A indicação da data e da entidade que dá a informação são indispensáveis. A informação é depois transmitida aos "chefes de redação" ou do "noticiário". Na difusão da informação não se exclui nenhum órgão de informação. Qualquer discriminação é sempre prejudicial e contra a ética do Serviço. Convém ter presente que os jornais da tarde evitam repetir o noticiário dos jornais da manhã. Com êstes já não sucede o mesmo em relação ao noticiário dos jornais da tarde. Também é útil evitar os jornais dos domingos porque têm falta de espaço devido ao excesso de anúncios e de publicidade — a melhor fonte de receita — que se regista nesses dias. Os jornais da tarde, por sua vez, reduzem aos domingos o número de páginas e dão maior relevo aos acontecimentos desportivos.

O "comunicado" e o "boletim informativo" são exposições datilografadas, a ciclostilo ou impressas, que relatam fatos que se consideram como informações ou que podem servir de fundamento a uma informação. Em geral, utilizam-se quando não há vantagem em realizar uma conferência de Imprensa. São documentos cuja preparação exige atenção e cuidado. Se implicam questões delicadas a redação reveste-se de grande melindre devendo procurar evitar-se a possibilidade de interpretações diferentes. Ao jornalista não agrada — como a ninguém — a leitura indigesta e maçadora. Sempre que fôr possível, a informação deve salientar um só fato relevante apresentado no início do "boletim". O primeiro parágrafo deve ser a síntese do que é essencial.

O "boletim" ou "comunicado" não deve dar a impressão de ter sido escrito para ser publicado na íntegra. Salvo certos documentos — entre nós, a "nota oficiosa" — o jornal não é obrigado a transcrever

(1) As agências, conforme o seu campo de ação, podem classificar-se em nacionais e internacionais. Além das citadas há ainda outras de relevo como sejam a "Havas", muito antiga, a Agência Belga, a "Ritzan", a "Atenas", a "Polska Ageleja Prasowa (Polónia)", a "Wolf", a "Deutsche Press Agentus" (D.P.A.), etc.

uma "informação" tal e qual. As tentativas para transformar o jornalista em caixa do correio não resultam. É muito vantajoso traçar uma linha lógica de pensamento com coerência e sem arrebiques enfáticos. Convém citar no primeiro parágrafo, — se possível — um só fato notável, límpido e transparente. Este período — o primeiro — deve condensar o importante, o sujeito a desenvolver nos parágrafos seguintes.

É evidente que certos assuntos, demasiadamente técnicos ou de particular gravidade, podem e devem constituir exceções. Mas, nestes casos, sobretudo se não estão regulados por Lei, é mais útil explicar e solicitar às redações, numa nota à margem, a conveniência da publicação integral. A regra deve ser a de não interferir no trabalho do jornalista. Nos contatos com a Imprensa só há vantagem em procurar compreender o jornalista, apreciar e dar o justo valor ao seu trabalho, auscultar a sua opinião e o seu conselho, explicar-lhe as razões que determinam uma atitude. Em geral o jornalista, uma vez elucidado, concede de boa vontade a sua colaboração. Há todo o interesse, sobretudo no que toca aos assuntos militares — objeto em todos os países de medidas particulares de segurança, mesmo em tempo de paz — que a Lei defina com objetividade as servidões a respeitar e as responsabilidades em caso de inconfidência. A existência da Lei não exclui a explicação ao jornalista do que não deve referir e dos motivos porque o não deve fazer. É mais rendoso trabalhar em colaboração num clima de confiança, do que recorrer, por princípio, à imposição.

O jornalista é curioso por natureza. A sua missão consiste em procurar a informação e enfiar ao seu encontro. É, ou deve ser, um indivíduo culto, dinâmico, preparado para o exercício da sua delicada profissão e idôneo para o seu desempenho. Cada vez mais se faz sentir a necessidade de criar e organizar cursos para a formação e para a seleção de jornalistas. Infelizmente, em todas as partes do mundo, existem jornais burocratizados, fabricados à secretaria, com a ajuda do telefone e do sistema "Telex". A deslocação de jornalistas aos locais dos acontecimentos custa caro e nem sempre permite a colheita de dividendos rendosos. Em qualquer caso é sempre útil procurar estimular o jornalista e facilitar o cumprimento da sua missão.

Um dos meios muito em voga para difundir informações é a chamada conferência de imprensa que pode definir-se como uma reunião entre uma ou mais entidades e os representantes dos órgãos de Informação Pública com o fim de lhes comunicar uma informação.

A conferência de informação, designação que nos parece preferível à de conferência de imprensa — dada a existência da Rádio e da TV — pode ter caráter oficial, com grande aparato, ou desenrolar-se em ambiente de intimidade, sem alto-falantes, sem gravadores, nem microfones, nem linhas telefônicas. Para os "jornalistas" a "conferência de informação" é bem recebida, se tem interesse e por-

que lhes permite uma troca de impressões com a entidade ou entidades que a promovem e lhes dá ainda a oportunidade de obterem pormenores e auscultarem comentários suscetíveis de os ajudar a formar uma idéia objetiva e uma opinião fundamentada sobre a matéria da informação. Em contrapartida, a "conferência de informação" não lhes agrada nem os satisfaz porque as informações colhidas são dadas a todos sem exceção. Há jornalistas que não tomam a sério as "conferências de informação". Duma forma geral, os órgãos de informação, quando são convidados para a "conferência" interrogam-se sobre se vão ou não perder tempo sem vantagem prática. Embora o jornalista possa dar sempre às informações que recebeu o seu "jeito" pessoal é evidente que prefere uma informação em primeira mão da qual seja o primeiro detentor e utente, isto é, aquilo que na gíria da profissão se designa por "caixa". Daí a necessidade de não abusar das "conferências" que só devem utilizar-se para dar a conhecer informações importantes, de interesse geral e de nível adequado.

Referimo-nos à chamada "caixa" jornalística. Convém respeitá-la, isto é, quando um órgão de informação obtém pelos seus próprios meios uma "informação" é de norma permitir que esse órgão de informação a difunda em primeira mão embora, se fôr necessário, acompanhada de um comunicado ou confirmação oficial.

Para as "conferências de informação" devem convidar-se apenas os representantes dos órgãos de informação, incluindo os das agências noticiosas, que estão interessados no tema a desenvolver. É óbvio que é um êrro convidar a imprensa de nível nacional para ouvir uma exposição sobre um assunto de interesse local ou regional.

A forma de receber os representantes dos órgãos de informação é em tudo idêntica a que é corrente nas relações sociais. Não se deve cair no excesso das recepções em grande estilo, nem pecar pelo defeito de servir "cocktails" às dez da manhã. Também não é por beber mais "Whisky", nem por comer "faisão", que o jornalista escreve mais e melhor.

A "conferência" carece de preparação com vista a garantir o acesso à informação e a escolher o dia e a hora que melhor servem os órgãos de informação. É indispensável redigir um documento, ou documentos, para distribuir aos jornalistas sobre o tema da "conferência" ou que os habilite a compreendê-lo — estatísticas, resumos, ordem dos assuntos por títulos, etc. A entidade que dá a "conferência" deve estar em condições de enfrentar o seu público com os pés bem assentes no solo, sem gaguejar, sem nervosismo, fazendo-se ouvir perfeitamente, sem pressa e sem excesso de verbosidade. Falar sem sentido, sem entoação adequada e sem sintaxe cria no auditório péssima impressão. As frases empoladas, as metáforas, a preocupação de atingir relêvo oratório, são de abolir. A sonorização da sala, o recurso a quadros e a esquemas bem apresentados, etc., são outros tantos pontos a estudar.

A brevidade e o poder de síntese do orador são muito apreciados bem como a clareza da exposição. A "conferência" não deve ser demorada: A partir dos 40 minutos o auditório começa a ficar saturado.

Na preparação da "conferência" há ainda a ter em consideração os pontos seguintes:

- A qualidade dos jornalistas que constituem o auditório (Imprensa de nível nacional ou internacional, etc., etc.).
- Os seus conhecimentos sobre o tema a expor.
- As informações que se vão comunicar.
- A redação do texto de forma simples, consisa e elegante.
- A sua leitura prévia tendo em atenção as entonações a dar.
- As perguntas que podem vir a ser formuladas.

* * *

A fotografia, apesar dos progressos alcançados pelo cinema, continua a ser um elemento de alto valor na Informação. A foto registra, informa e persuade. Pode utilizar-se de variadas formas. Uma boa fotografia substitui, com vantagem, algumas colunas de prosa.

Os grandes jornais e as grandes revistas (*Paris-Match*, etc.) têm serviços fotográficos próprios. Mas existem organizações — agências fotográficas — que se encarregam de fornecer fotografias de todo o mundo aos jornais e revistas mediante contrato. Em geral as agências especializam-se em determinados setores de atividade. Assim, temos:

- Agência Keystone e Atlantic Press (atualidades mundiais),
- Agência Reuter, Associated Press Limited, Magnum Fotos, Agências Dalmas, Agência de Ilustrações para a Imprensa, Europress, Interpress United Press Photos, Foto-Press-Productions, Agence Africaine de Press, Stampa Internazionale, etc., etc.

Os processos de transmissão das fotografias são os mais diversos e vão do estafeta aos circuitos telefônicos e à Rádio.

A informação é extremamente valorizada por uma boa fotografia que é um excelente meio para captar a atenção do leitor. Estudos efetuados demonstram que o leitor médio lê sobretudo os artigos e as notícias ilustradas. Mas o emprêgo da fotografia, para ser rendoso não pode fazer-se ao acaso. É necessário escolher o fotógrafo profissional em função do assunto a fotografar para obter fotografias com poder atrativo. O trabalho do fotógrafo não é simples e requer experiência, muita habilidade e imaginação. As fotografias que mais interessam os indivíduos são aquelas em que figuram. Consideremos uma fotografia que apresente militares, por exemplo, um pára-quedista. A foto deve interessar ao próprio, aos seus camaradas de Unidade, a todos os elementos das Fôrças Pára-quedistas, aos elementos do público que tenham parentes naquelas Fôrças. É evidente que uma fotografia capaz de satisfazer estas condições exige um trabalho prévio de concepção e uma execução que nem sempre pode ser simples e rápida. A foto de rosto da capa do *Paris-Match* exige cerca de 50 — e até mais — clichês para se obter o efeito desejado.

As fotografias a fornecer à Imprensa devem ter o formato mínimo de 13x18. O formato ideal é de 18x24. A legenda, datilografada, deve ser colocada com papel gomado no verso da fotografia. Se a fotografia é colorida o formato deve ser, no mínimo, de 6x6 (Ektachrome).

Nos Serviços de Informação Pública devem existir arquivos fotográficos adequados.

* * *

Outro meio ao qual a Informação pode recorrer é a organização de visitas e viagens, de jornalistas e outras entidades, quer diretamente, quer através de organizações particulares de Relações Públicas.

As visitas organizadas requerem — para serem frutuosas — um trabalho muito cuidado. Atente-se que as visitas implicam em geral deslocações, por vezes prolongadas, recepções, conferências de informação, visitas a organizações, regiões ou locais etc.

O trabalho a efetuar comprehende:

- a fase de preparação;
- a fase de execução.

Na primeira há que estudar e redigir o planeamento da viagem, em todos os detalhes — incluindo transportes e alojamentos — sem esquecer a organização da documentação a fornecer aos visitantes. A fase de execução exige um esforço aturado desde o início da deslocação até ao regresso, durante o qual é indispensável manter o nível da visita e fazer face, sem que os visitantes se apercebam, aos imprevistos que surgem quase sempre.

* * *

A Televisão apesar de ser o mais jovem de todos os meios de difusão é, sem dúvida, o mais importante e de utilização mais delicada visto que o seu campo de ação é incomparavelmente mais vasto. Enquanto um jornal de grande tiragem atinge, entre nós, ao redor dos 100 a 130 mil exemplares (1), uma emissão da TV fere simultaneamente cerca de 3 milhões de portugueses! Os números que se indicam alcançam valores muito superiores em alguns países estrangeiros e a diferença a favor da TV acentua-se ainda mais. Há países onde

(1) Tiragem de alguns jornais estrangeiros:

New-York Times	557.000	(edição da manhã)
New-York Journal American	700.000	(edição da manhã)
Washington Star	254.000	
Bufalo News	297.000	
Daily Mirror	4.550.000	
Daily Express	4.000.000	
London Times	232.000	
Figaro	450.000	
France-Soir	1.300.000	
Monde	200.000	
Nord Matin (Lille)	160.000	
Deutsche Algemeine Zeitung	400.000	

a TV conta com mais de 20 milhões de telespectadores. Nas cidades, as estatísticas mostram que o mesmo indivíduo vai ao cinema uma vez em cada três semanas, ou mesmo uma só vez por mês, e dedica, em geral, duas horas diárias à TV, isto é, dezesseis horas semanais. O número de cinemas está a diminuir, por falta de espectadores, enquanto o número de telespectadores aumenta constantemente. Na aldeia, na vila, na cidade, desde o lar modesto ao mais abastado, da "tasca" ao café e ao restaurante, a TV chega a toda a parte levando consigo a mensagem de uma nova época: A "era" da imagem que fala. Sem o saber, muitas vezes sem meditar nas possíveis consequências, a Televisão — da mesma forma que a invenção de Gutenberg acelerou e precipitou a Reforma e o Renascimento — está a concorrer em grau muito elevado para uma profunda transformação cultural, econômica e social.

Os elementos do agregado familiar, em particular as crianças e os adolescentes, são influenciados pela imagem que lhes entra em casa. O próprio ritmo do lar é alterado consoante o horário e os programas televisados. A nova técnica audiovisual de transmissão ao domicílio alterou, alargou e rasgou até ao limite do planeta, os acanhados horizontes do aldeão e do citadino. E a revolução foi brusca, quase repentina. A "TV" concede a todos a possibilidade de presencearem e acompanharem fatos, acontecimentos e personagens, que há bem pouco tempo eram ignorados da maioria.

A "TV" facilita extraordinariamente os movimentos coletivos ou de massa. Em França, numa só emissão, a Televisão recolheu um bilhão de francos num apelo em benefício das vítimas de uma catástrofe.

Para o comerciante e para o industrial a "TV" é o melhor — e o mais caro — agente de vendas da atualidade. O telespectador não pode furtar-se como o leitor do jornal ou o radiouvinte aos reclames publicitários televisados nos intervalos dos programas. Sem querer, o telespectador grava no seu subconsciente as marcas de detergentes, a imagem atraente da sedutora jovem — que lhe espevita o instinto — e, de caminho, a marca de um sabonete; as marcas dos frigoríficos, dos automóveis, das laranjadas e, até, dos "desodorizantes"! Para muitos milhões de indivíduos, tudo isto, misturado com as actualidades, os filmes, as variedades, foi a revelação súbita de um mundo novo do qual não faziam senão uma muito pálida idéia. Quais serão as consequências, a longo prazo, se a exploração da nova técnica não se fizer racionalmente e não for acompanhada da análise das reações provocadas? O problema está a preocupar, em muitos países, os dirigentes políticos, os professores, os psicólogos, os economistas, os sociólogos e os técnicos.

No campo social a influência da Televisão é imprevisível. Os programas são vistos por todos quer se trate de patrões ou empregados,

de operários ou funcionários, de camponeses ou de cidadãos. Todos os discutem e comentam. O quadro amplia-se ainda mais se entrarmos em linha de conta com a intervenção da Eurovisão que difunde o mesmo programa a cerca de 65 milhões de europeus das mais variadas origens e meios sociais. Os políticos, os espetáculos desportivos, os artistas, são vistos e escutados por um número de espectadores jamais igualado.

Na economia a influência da Televisão não pode também menos prezar-se. Numa emissão no Canadá dedicada à Holanda, foi apresentado um herói de filmes para a "TV" a comer queijo flamengo. Nas semanas seguintes venderam-se no Canadá mais queijos holandeses que durante um ano inteiro! Uma simples reportagem filmada de certa região aprazível num dado país provocou no Verão seguinte a ida à referida região de milhares de turistas.

A "TV" difunde imagens de conforto, desperta desejos e ambições, aproxima as classes sociais que, sem darem por isso, se imitam, criam novas necessidades, adquirem hábitos comuns e consomem os mesmos artigos. Mais tarde ou mais cedo é de admitir a intervenção do Estado nas emissões da "TV" com o fim de orientar o consumo. Possivelmente nem a própria Publicidade poderá continuar a gozar da liberdade atual dada a sua marcada influência na orientação do consumidor.

No âmbito cultural as possibilidades da "TV" — e as obrigações implícitas — são também transcendentes. Desde os programas de cultura geral sobre pintura, escultura, música, arquitetura, etc., até à "Telescola" ou "Telensino", as missões da "TV" são variadas e complexas. A "Telescola" está a adquirir em alguns países, nomeadamente em Itália, um grande desenvolvimento não só na instrução infantil como também na alfabetização de adultos. Nos EUA, mais de sessenta estações da "TV", dedicam-se apenas ao ensino e mais de duzentas universidades utilizam a Televisão em circuito fechado. Nos países em desenvolvimento, com falta de professores e de escolas, a Televisão é um meio excelente e económico de fomentar o ensino.

Na política a "TV" pode materializar uma idéia, uma doutrina, ou um programa em imagens adequadas. Nas campanhas eleitorais o campo da propaganda abrange um país inteiro e através da "TV" todos os indivíduos são tocados. As mulheres que, em geral, não se interessam pela política são também captadas e passam a constituir uma força importante. Está provado que a demagogia — tão usada em política — não produz quaisquer efeitos nos telespectadores porque o orador dirige-se a alguns milhões de indivíduos e não a um conjunto de partidários reunidos em assembleia. A televisão não produz efeitos imediatos em política. A apresentação de um político na "TV" não sugestiona os telespectadores. A influência da "TV" exerce-se mais a longo prazo pelas próprias transformações sociais e económicas que provoca ou acelera.

Como se deduz, a exploração da Televisão é tarefa altamente delicada porque se representa uma força de extraordinário valor para o progresso individual e social pode, se fôr mal orientada, conduzir à despersonalização, à deseducação e animalização dos indivíduos transformando-os em seres amorfos, moral e intelectualmente defeituosos, amalgamados num padrão uniforme.

Ao Estado compete promover que a Televisão constitua, de fato, uma força a serviço dos interesses da Nação. Uma utilização insensata, de baixo nível moral e cultural, pode conduzir ao pior. Quer se queira, quer não, a Televisão influirá, a longo prazo, nos sentimentos e no nível da coletividade. Na Grã-Bretanha, os dirigentes da Televisão são escolhidos e nomeados em Conselho de Ministros. Na Itália, o Presidente, o Administrador-Delegado e Diretor-Geral são também designados pelo Conselho de Ministros. As missões educativas, cívica e cultural da Televisão justificam plenamente a intervenção do Estado, única entidade que pode garantir a fiscalização de um Serviço que deve considerar-se, no panorama do Mundo atual, um verdadeiro Serviço Público no sentido mais elevado do termo.

No capítulo da "Informação" não é necessário enaltecer a função da "TV". Neste aspecto a Televisão enfileira ao lado da Imprensa e da Rádio não só no que se refere às condições de acesso à informação, como também em direitos e em deveres. As suas responsabilidades são, porém, muito maiores e devem aferir-se na razão direta das suas colossais possibilidades de difusão e captação.

* * *

A Informação Pública utiliza o cinema para a difusão das atividades de uma organização, para a produção de filmes de formação, de ensino e de orientação. Interessa-nos, particularmente, o filme de informação quer destinado à "TV", quer para exibição nos cinemas. Um filme desta natureza tem sempre por objetivo final concorrer para o prestígio do departamento que promove a sua realização não só junto do público em geral como também junto dos seus próprios elementos.

Na confecção do filme há a considerar dois problemas distintos: A produção e a difusão.

É indispensável estudar e definir com objetividade o "tema" do filme, o "público" a que se destina, o seu preço de custo. Este trabalho requer a colaboração de técnicos. A despesa a realizar pode ser fixada de antemão, subordinando todos os restantes fatores, ou ser estimada em função da forma como se pretende tratar o tema, dos meios a utilizar, dos deslocamentos a efetuar, das dificuldades a vencer, etc. Independentemente deste estudo há, evidentemente, dados mais ou menos fixos. Assim, um filme a preto e branco custa cerca de 1/3 a 1/4 mais barato do que se, para o mesmo tema, optarmos pelo

filme a côres. Também, para o mesmo tema, o filme em 16 mm custa menos 20% do que em 35 mm. A realização de um filme implica a constituição de uma equipe técnica. O principal elemento é o produtor responsável pelo planeamento e pela organização do trabalho. Segue-se, em importância, o técnico — argumentista — encarregado de redigir o documento definidor da forma, da idéia e do conteúdo do filme. Este documento dá origem depois a outros, de pormenor, correspondentes às cenas a filmar. É ao realizador que compete a tradução do trabalho do argumentista em imagens e em sons. Há ainda a considerar o técnico que trabalha com as câmaras de filmar e o diretor de fotografia. Uma vez realizadas as filmagens, os filmes são entregues em bobinas separadas ao encarregado da montagem que efetua o trabalho delicado e difícil de ligar as películas de forma a obter um conjunto harmonioso e de acordo com o conteúdo escrito pelo argumentista ou cenarista. O trabalho de montagem faz-se em ligação com o realizador e o produtor. A todo este pessoal há ainda que juntar os técnicos de laboratório, os de som, o de música, os assistentes e, quando necessário, os intérpretes. A qualidade da fotografia e o nível da montagem são fundamentais. O filme de 35 mm assegura uma imagem muito mais perfeita do que o filme de 16 mm. É, por isso, preferível filmar em 35 mm e, se necessário, tirar cópias em 16 mm que permitem utilizar projetores móveis. Nos filmes coloridos há películas que só são utilizáveis em 35 mm mas que permitem a obtenção de cópias em 16 mm. No filme a côres, a escolha do processo a empregar — tecnicolor, eastmancolor e kodachrome — não é indiferente. Para a "TV", dadas as pequenas dimensões do ecrã, há que ter muito cuidado com a perfeição das cópias a fim de não prejudicar a qualidade da imagem.

Não vale a pena produzir um filme de informação do público se não estiver previamente assegurada a sua difusão, ou através da "TV", ou de uma ou mais cadeias de cinemas. É um problema a resolver antes de realizar o filme. Se a difusão não fôr garantida a despesa efetuada resulta em pura perda.

* * *

Abordamos na generalidade o complexo e delicado problema da Informação e das Relações Públicas, problema dos nossos dias, cuja solução satisfatória não pode, ou não deve, improvisar-se. Resta-nos referir ainda algumas questões relativas ao público. Para cada problema da Informação é indispensável fazer o estudo do público. Esta servidão nasce de duas circunstâncias:

- A população de um país está em permanente evolução e transformação.
- Em geral, o mesmo fato não capta a atenção do público mais do que uma vez.

Também, na Informação e nas Relações Públicas, nem sempre se pretende atingir o público em geral. Como consequência surge a necessidade de definir:

- O setor do público a atingir diretamente.
- O setor ou setores do público que são ou devem ser atingidos diretamente.

Como exemplo, podemos citar o seguinte:

Admitamos a publicação de uma lei do recrutamento militar. O público diretamente interessado é constituído pelos mancebos em idade militar mas, os seus pais e parentes e, ainda, os seus patrões, no caso de estarem empregados, são também afetados pela Lei. Há ainda que esclarecer o Público em geral. Para o fazer é óbvio que convém recorrer a processos diferentes adequados a cada setor do Público a atingir.

De uma forma geral, convém agrupar o público nas categorias seguintes:

- Elementos pertencentes ou dependentes direta ou indiretamente do departamento considerado ou interessado.
- Utentes do Serviço de Informação Pública daquele departamento.
- Setor ou Setores do Público interessado, no momento, no problema.
- Público em geral (massa da população).

Hoje é possível analisar a forma como reage ou está a reagir determinado setor do Público, mediante o recurso a técnicas de pesquisas que nos últimos anos, em particular nos E.U.A. e na Grã-Bretanha, atingiram notável desenvolvimento. O estudo das reações do Público fornece elementos indispensáveis à Informação e Relações Públicas no que diz respeito à planificação e à execução do seu trabalho.

* * *

Terminamos aqui as nossas breves e modestas considerações sobre um problema que parece ser de muito interesse e atualidade. Julgamos que seria muito útil generalizar alguns conhecimentos sobre o assunto e, paralelamente, desenvolver os Serviços de Informação e Relações Públicas por meio de organizações devidamente coordenadas.

"A GUERRILHA COMO ARMA DE SUBVERSÃO COMUNISTA"

Gen-Bda de EM, JOSÉ DIAZ DE VILLEGRAS Y
BUSTAMANTE, Diretor-Geral de Pracas e Províncias Africanas. ("Ejército" — Espanha, Dez 64).
Trad e notas do Maj Art (QEMA) JONAS CORREIA NETO.

Entre as novidades levadas pela Espanha à história da guerra — que não foram poucas — figura, em primeiro plano, a "guerrilha". "Guerrilha", em espanhol, significa "guerra pequena", embora às vêzes ela seja implacável. Os franceses — para quem é difícil pronunciar o nosso "r" dobrado — suavizaram a denominação, chamando-lhe "guerilha".

A "guerrilha" é feita pelos "partidários" — de "partida" (1).

Da palavra "partidários", por sua vez, a gíria internacional tirou arbitrariamente outra — "partisans" — aparecida no leste europeu. O curioso do caso é que, em algumas ocasiões, traduz-se "partisan" por "partidário", vocábulo que encerra uma idéia pacífica.

A "Guerrilha" é uma guerra defensiva. Guerrilha é, sobretudo, atividade. Na Espanha ela nasce prontamente, espontaneamente. Alguém disse que ela é "filha de nossa geografia". A verdade é que a guerrilha na Espanha se apoiou sempre, tradicionalmente, nas montanhas. Porém, indubitavelmente, pode apoiar-se em outro meio geográfico qualquer, como nos bosques ou nas planícies pantanosas. Nos bosques, apoiou-se na Rússia; nos pântanos e alagadiços, em Cuba. Podem, igualmente, buscar apoio em outros fatores diferentes — geográficos, físicos ou humanos.

A guerrilha surge, espontaneamente, nos albores de nossa independência, contra as legiões romanas chegadas para nos dominar. E prolonga tanto a luta, que Tito Lívio pôde advertir que "a Espanha foi a primeira conquista iniciada por Roma e a última que conseguiu". Era esta guerrilha espanhola, celtíbera, a que, no dizer de Veleyo Petérculo, consumia os melhores generais e soldados romanos (2). É a "guerra do fogo", como

(1) Partido, facção, bando.

(2) Primeiro foi Viriato (150 A.C.), que, possuindo reais qualidades de chefe e administrador, organizou bandos armados, os quais, utilizando-se admiravelmente da natureza acidentada do terreno peninsular, "inauguraram o sistema de guerrilhas com excepcionais vantagens", tão grandes estas, que a Roma só restou propor a paz em pé de igualdade. Passados quase 80 anos, ao tempo da ditadura de Syla, foi um general romano, exilado entre os hispânicos, quem dirigiu êstes contra os romanos; o seu sistema operacional consistia ainda de guerrilhas, sempre e tão bem sucedidas que os generais inimigos (dos quais Metelo foi o mais célebre) "não só perdiam suas tropas mas também a própria reputação".

foi chamada por Políbio. Que exige, como ressalta Estrabão, homens ágeis, ligeiros e fortes. Desde então, a "guerra de guerrilhas" apareceu sempre, espontânea, nas graves crises nacionais. Por exemplo, e decisivamente, na guerra da independência espanhola, contra Napoleão. Eis aqui, como veremos, um feito que deveria ter singular transcendência para o mundo. O "Exército Invisível" foi o implacável inimigo de Napoleão. Com efeito: esgotou o invasor e perturbou freqüentemente todo o seu sistema de suprimento, cooperando com a ação do exército regular. Os capitães daquelas guerrilhas saíram de toda parte: Sánchez Mina e o "Empecinado" (3), do campo; Palanca era médico e Merino, cura... Sua atividade era tal, que seu número parecia aos inimigos algo fantástico. A Duquesa de Abrantes supôs que na Espanha havia 60.000 guerrilheiros e Fontin elevou esta cifra a não menos de 100.000. A verdade é que jamais passaram de 22.000. Ao terminar aquela guerra, Mina, cujo grupo era o mais numeroso, tinha 7.000 homens; e D. Julião contava com apenas 2.000 em seu bando (4), que era o menor. É que a mobilidade é um multiplicador das tropas! Geralmente, já se reconhece que a guerra espanhola não contribuiu menos para a derrocada de Napoleão de que o desastre na Rússia. Com efeito, foi na Espanha que o Imperador começou a sofrer os mais graves e irreparáveis reveses. Aqui foi o princípio do fim.

INTERPRETAÇÃO MARXISTA

A guerrilha evoluiu logo, naturalmente, com a própria evolução da guerra. E esta evolução, não pouca, foi dupla. Por um lado, foi uma consequência da evolução dos armamentos e da aplicação técnica de diversos inventos, como o rádio e o avião. Entretanto, talvez o que mais haja transformado a tática da guerrilha haja sido a própria natureza do que agora se chama "guerra revolucionária" ou "subversiva" (5). Este novo tipo de luta, *sui generis*, característico, exclusivo, e por desgraça cada vez mais utilizado pela agressividade comunista, tem modificado a doutrina — e não apenas os detalhes formais — da guerrilha original, alterando-lhe a própria natureza.

O comunismo encontrou de imediato, na guerrilha, uma arma sumamente propícia, que assim passou a ampliar a técnica da luta subversiva (6). Ela é uma parte essencial desta luta (7), a sua aplicação tática. Não que seja a guerra revolucionária, em si mesma, senão apenas uma

(3) Obstinado, pertinaz, teimoso.

(4) Poderia ser dito "guerrilha", em vez de "grupo" ou "bando", pois empregamos aquela palavra em mais de um sentido.

(5) No Brasil, adotamos a conceituação formulada pelo EMFA, segundo a qual a Guerra Revolucionária é nitidamente comunista e a Guerra Subversiva pode ser considerada como uma etapa daquela (Período de Organização, pré-revolucionário, acentuadamente clandestino).

(6) No caso, melhor diríamos aqui: "da guerra revolucionária".

(7) De fato, incluímos as guerrilhas entre os tipos de ações de guerra revolucionária.

parte dela, embora importantíssima. Karl Marx prontamente compreendeu isto, de tal modo que, quando escrevia sobre o tema, há mais de um século, afirmava que "é lícito, na luta pela liberdade, não respeitar as leis da guerra, geralmente reconhecidas. Levantes em massa, métodos revolucionários, bandos de "partisans" em toda parte — acrescentava — são os meios... que permitem à parte mais débil ter a esperança de vencer um inimigo mais forte e melhor organizado".

Desde então, esta inspiração vem tomando corpo por aqui. A velha guerrilha, a guerrilha espanhola, tem aproveitado ao comunismo como arma de ação para a conquista do poder. Os russos lhe dão o nome de "malai voina", ou "péquena guerra". Os chineses a denominam "Yu Chi Chan". Nas mãos de uns e de outros, a guerrilha alcançou uma técnica nova, para sua exclusiva aplicação no campo da subversão. Disto resulta o enorme interesse que dela advém para nós.

Modernamente, existem numerosos trabalhos e livros substanciosos, dedicados ao estudo da guerrilha, dos quais muitos são excelentes e todos instrutivos. "Ejército" honra-se de haver publicado, sobre este tema, diversos estudos selecionados. Todavia, devemos assinalar aqui a modalidade especial da guerrilha em sua aplicação na guerra revolucionária, ou subversiva, tal como têm feito os russos na Europa e os chineses na Ásia, e tal como se pratica também, hoje, em tantos e tantos outros lugares do planeta: no sudeste asiático, na Malásia, no coração da África... É por isto que queremos chamar a atenção dos nossos leitores para o tema "guerrilha", uma vez mais — porém, projetado inteiramente sobre a doutrina comunista. Porque, afinal, continua sendo prudente verdade o nosso adágio popular, que recomenda levarem-se em conta os avisos do inimigo.

Acabam de aparecer dois novos trabalhos sobre a "guerrilha", concebida e planejada esta pela forma aqui indicada. Um, é a obra do coronel croata Ivan Stir — que honrou o autor destas linhas colocando no livro um prólogo de sua lavra; livro este, infelizmente, ainda não publicado no idioma espanhol. O outro, publicado em espanhol, é a obra de Mao Tse Tung, "A Guerra de Guerrilhas", que antes já os americanos se haviam apressado a verter diretamente do chinês para o inglês. Deveremos fazer aqui, apenas, um breve resumo de ambas essas obras, pois carecemos de espaço para nos alongarmos.

UM LIVRO DO CEL STIR

"A Guerrilha Comunista" é um livro excelente e curioso. O Cel Ivan Stir — um dos melhores chefes do exército croata na guerra da independência do seu país (1941-45) — pode falar deste tipo de guerra com toda a autoridade, porque praticou-a e, por outro lado, sofreu-a, imposta pelo inimigo comunista. Aquela guerra, embora um episódio glorioso, foi condenada ao fracasso pela inqualificável cegueira do mundo ocidental. Os que combatiam o comunismo titoista viram-se na contingência de en-

tregar-se aos ingleses, que os desarmaram e entregaram a Tito. O Cel Stir pôde escapar, em uma fuga audaz, e graças a isto pode agora relatar-nos suas experiências.

O comunismo tem estudado de modo perfeito a psicologia do combatente e, baseado nela, elaborou científicamente uma teoria de guerra: a "malai voina". Começa-se por estudar o país, seus recursos, os aspectos psicológicos e sociológicos da sua população. Faz-se um vazio no fundo espiritual do combatente e se substitui êsse por outro, prefabricado, como se se tratasse de uma absoluta e total lavagem do cérebro. Depois dessa "reeducação", alcança-se o homem-fera, insensível ao cansaço, sujo (8), cruel, que é sempre o guerrilheiro comunista. As mulheres não escapam a essa situação; do seu relaxamento moral faz o Cel Stir uma descrição penosa e repugnante. São mesmo mais cruéis, mais degeneradas, mais sujas, e também mais tenazes que os homens guerrilheiros, por quem são aliás pouco apreciadas. As mais das vezes, acabam de modo trágico. Nos momentos críticos de luta, grunem histéricamente e proferem altos gritos.

A guerrilha não é sómente a luta pelas armas. É também, sobretudo, a propaganda, de cuja ação ninguém escapa: estudantes, operários, camponeses, clero, patriotas, etc. ... A "Agit-Prop" cabe cumprir uma missão transcendental, na guerrilha. Precisa-se de adeptos, de seguidores. Que sejam enganados ou forçados, tanto faz. Os comunistas são poucos e necessitam de outras pessoas para ajudá-los. A rede de informações cobrirá logo tudo. Cada região tem um comando guerrilheiro próprio. Uma das funções da guerrilha, e fundamental, é a infiltração e a subversão. Eis porque o comunismo se açostra em infiltrar aleivosamente seus melhores membros nas fileiras inimigas: no exército, na administração, na política, nos setores de produção e educação, enfim, entre o povo.

Ali, na retaguarda, surgem as "organizações paralelas" (9), para ajudar a obra destruidora da própria guerrilha. A unidade — tipo de ação é a "brigada", à qual cabe impulsionar o movimento de libertação, ou o exército popular — naturalmente, a serviço do comunismo. Assim a guerrilha se vale, alternadamente, das sabotagens, das emboscadas, das incursões nas vias, dos ataques aos quartéis de polícia (10), e chegará a lutar com o exército, nas ruas, quando fôr necessário. A guerrilha recebe instrução para isto especialmente nas lutas locais e urbanas. É preciso ter-se sempre em mente o derrotismo que impera nas retaguardas.

(8) Aqui o autor usa este vocábulo na sua acepção moral. Mas, de certa forma, poderia ter o sentido total...

(9) Preferimos a denominação "hierarquias paralelas", que se podem incluir na técnica revolucionária construtiva chamada "edificação". Elas aparecem, já caracterizadas, ainda na 2ª fase (ampliação da organização) do período subversivo. Portanto, no início do movimento comunizante.

(10) Geralmente, damos como ações de guerrilhas os quatro tipos clássicos, celebrizados pelos "comandos" da 2ª GM: sabotagem, atentado, emboscada, golpe de mão.

Este é um brevíssimo resumo da tese dêsse ótimo livro, sobre um tema tão apaixonante quanto importante.

A GUERRILHA, SEGUNDO MAO TSE TUNG

Mao Tse Tung em suas "Obras Completas", dedica muitas e interessantes páginas à estratégia militar, sempre calcada na hipótese da "guerra revolucionária", hipótese que deveria ser o tema fundamental nos centros de ensino militar. Esta idéia, ele a proclamou claramente, há bastante tempo, no seu "A Guerra de Guerrilhas", que primeiro foi traduzido para o inglês, pelo Gen-Bda USA Samuel B. Griffith, e que agora temos em castelhano, muito bem apresentado por Luiz Maria de Pablo Pardo, na Argentina.

Os chineses, em sua remota e dilatada história, têm sempre precedentes para tudo. E Mao, para edificar a sua teoria de guerra revolucionária, achou-os nada menos que em Sun Tzu: "Corrompei tudo do inimigo, que seja de qualidade, mediante ofertas, promessas e presentes; alterai a confiança, levando os melhores chefes à prática de ações vergonhosas e vis ..., semeai a dissensão entre êles, excitando seus zelos e desconfianças..., amolecei o ânimo das tropas; enviai-lhes mulheres fáceis, para corrompê-los..., atraí os administradores para nosso lado...". Eis aí onde o comunismo chinês acreditou achar a fórmula para ganhar a guerra sem combater.

A guerra subversiva — e, portanto, a guerrilha, que é uma modalidade de ação daquela (11) — não pretende conquistar terrenos, dominar territórios... O objetivo é simplesmente apropriar-se da população. Fazer-se dono dos habitantes, não da terra. Mao, baseando-se no que afirmara Sun Tzu, há vinte e cinco séculos, confirmou a forma de ação da guerrilha comunista: "Desorganizai — ordenou Mao — tudo o que é bom na zona inimiga; tratai de envolver os representantes das mais altas esferas dirigentes em emprêsas criminosas..., propagai a dissensão e a discórdia entre os cidadãos..., introduzi músicas sensuais. Enviai mulheres, para completar o trabalho de decadência... Não poupeis dinheiro: quanto mais o usardes, maiores benefícios obttereis".

Eis aqui a fórmula ativa da guerra revolucionária, com a qual a guerrilha apenas coopera. A "Yu Chi Chan" (a guerra de guerrilhas) não tem outra função senão destruir o moral, relaxar a união, a disciplina, em uma palavra, a resistência inimiga. Quanto ao mais, é acessório, e tudo será conseguido como consequência natural.

Em dezembro de 1960, os delegados de oitenta e um partidos comunistas de todo o mundo concordaram, unânimemente, que era neces-

(11) Costumamos apresentar, como tipos de ações de guerra revolucionária, além da guerrilha (que é a sua ação mais dinâmica), a guerra psicológica, a sabotagem, o terrorismo e os distúrbios civis.

sário e urgente acelerar o ritmo das "guerras de libertação" (?) (12). Um mês depois, o próprio Kruschev dava alento à revolução mundial, ao oferecer: "Os comunistas apoiarão, sem reservas, as guerras desta classe". "Pois no final — a frase é de Mao — o poder político sai do tubo de um canhão".

A guerrilha que Mao Tse Tung explica é a que utilizaram os comunistas chineses contra os japoneses. A falar a verdade, naquela guerra não declarada, porém levada a efeito com tenacidade e empenho, há todo um arsenal de substancial e novíssima doutrina, a se aprender: que só se pode bater um adversário ao qual previamente se tenha conhecido.

A guerrilha — insiste o tratadista amarelo, — fique isto claro, faz parte da guerra revolucionária. Não é, ela mesma, a guerra revolucionária, mas apenas um modo de se realizar esta.

O método a pôr em execução compreende os seguintes pontos:

- 1º. sublevar e organizar o povo;
- 2º. unificar a política interna;
- 3º. estabelecer as "bases" (13);
- 4º. equipar as próprias forças;
- 5º. ganhar o poder, a qualquer preço;
- 6º. finalmente, destruir o inimigo, indo até o seu total aniquilamento.

A GUERRILHA — ARMA MILITAR OU POLÍTICA ?

Tempo houve em que outro chinês, Jen Chi El Shan, sustentava que: "a questão da guerra de guerrilhas é um assunto meramente militar e não político". Os novos especialistas em guerrilha comunista (14) e em guerra subversiva, por certo anatematizam semelhante afirmação. Para o comunismo, "a guerra, como a paz, não passa de um embate político". E, consequentemente, a guerra subversiva, a guerra revolucionária, a guerrilha, são "uma arma política, muito mais que militar", concebida forçosamente com uma finalidade política. Isto não justificaria desligar-se a guerrilha, quando empregada no quadro amplo dum guerra regular, desta própria, fazendo-se ambos os tipos de lutas simultaneamente; neste caso, são inseparáveis a ação militar do exército e as ações das guerrilhas. A guerra de guerrilhas não é, para os tratadistas comunistas, um fim em si mesmo, nem por isto pode ser independente da guerra regular, quando ambas coincidem em um mesmo país. Po-

(12) Justifica-se a interrogação do autor: libertação de quem? Os comunistas classificam as guerras em "justas", ou "de libertação", feitas para impor mais cedo ou mais tarde um regime vermelho; e "injustas", ou "imperialistas", que visam, pelo combate ao comunismo, a oprimir o povo.

(13) Na técnica comunista, "base" é uma região onde, com certa segurança, podem os revolucionários surprender-se, acoitar-se, enfim, viver. Se esta região já não fosse humanizada, em pouco tempo passaria a sê-lo, para servir ao movimento. Com a ampliação desse, surgem as "zonas liberadas" — reunindo várias "bases".

(14) Note-se a caracterização — "guerrilha comunista", — distinguindo-a de outra qualquer.

ré, a guerrilha pode atuar sózinha, no caso de uma subversão, quando não é fácil, nem sequer possível, opor-se um exército regular próprio ao exército nacional. Pela tese de Mao, não há dúvida: "as operações de guerrilhas não são senão uma fase da guerra de resistência".

Nós, entretanto, retrucamos: "ela é a própria guerra de resistência" (15).



GRÁFICO 1. A Rússia, antes da última guerra, era o único Estado comunista no mundo. Por essa época, 160 milhões de seres humanos padeciam na imensa "checa" que é a URSS.

A guerrilha comunista chinesa — em sua missão de conquistar os habitantes, mais que o terreno — pôs em prática o Código conhecido pelo nome de "as Três Regras e as Oito Advertências", que a seguir relacionaremos. As Regras são:

- 1^a — todas as ações são sujeitas a comando;
- 2^a — não roubar o povo;
- 3^a — não ser egoísta e injusto.

(15) Evidentemente, aqui o autor, num jogo de palavras, chama de resistência à oposição ao comunismo, preconizando o "uso das mesmas armas", e lembrando-se dos exemplos históricos. Já Mao atribui à resistência a idéia "resistir às forças anticomunistas"...

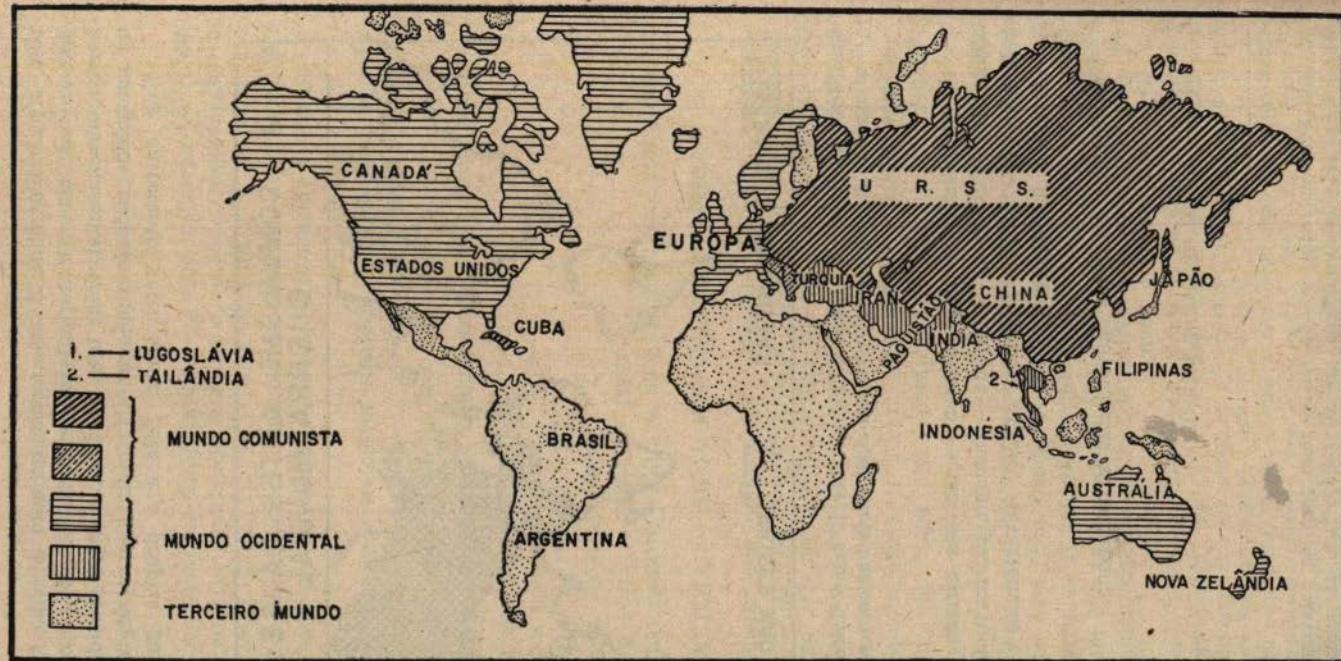


GRÁFICO 2. Terminada a guerra, principalmente na paz, o comunismo irradiou-se pelo modo mostrado neste gráfico. Atualmente, a superfície e a população do mundo dividem-se entre "países comunistas", "países livres" e "países neutros" (ou "terceiro mundo") (16). O comunismo já domina aproximadamente a terça parte da população global, i. e., mais de mil milhões de habitantes (cerca de 7 vezes mais que antes da guerra). Então, "o comunismo ganhou a guerra"!

E as Advertências:

- 1^a — reponha no lugar a porta, ao deixar a casa (*);
- 2^a — enrole a cama em que dormiu (17);
- 3^a — seja cortês;
- 4^a — seja honesto em suas transações;
- 5^a — devolva o que tomar emprestado;
- 6^a — substitua o que tiver quebrado;
- 7^a — não se banhe em presença de mulheres;
- 8^a — se não tiver autoridade, não reviste os documentos de quem prender.

Como se vê, trata-se de um pretenso código moral, ocasional, para facilitar a conquista de adeptos. O Exército Vermelho ajustou-se a este código durante dez anos e logo ele foi adotado por outros exércitos populares. Não se trata de uma "moral como objetivo", senão apenas de uma "moral de propaganda", de circunstância, nítidamente utilitária.

Samuel B. Griffith, ao apresentar "A Guerra de Guerrilhas", de Mao Tse Tung, faz sobre a obra uma advertência fundamental: "Estamos diante de uma nova concepção da guerra, bem como da guerrilha. Estamos, enfim, diante da concepção militar do comunismo. Daí o interesse desta leitura".

Luiz Maria de Pablo Pardo sintetiza muito bem a questão: "A Guerra subversiva ou revolucionária é, acima de tudo, a guerra da arma psicológica; a sétima arma; a arma da decomposição; a ciência da discórdia; a técnica da desagregação. O espírito do adversário converte-se em objetivo militar; é como a tarefa de Judith na sedução de Holofernes".

Tal é a tática militar destes dias de paz, de uma paz imprópriamente assim denominada; dias de "coexistência pacífica" (!); de guerra fria e de "conquistas sem guerra".

Atenção, pois! Atenção para o perigo!

(*) Esclarece Samuel B. Griffith que na China, durante o verão, as portas das casas são a miúdo retiradas dos gonzos (suportes) e usadas como camas.

(16) Ocorrem-nos duas observações a fazer ao texto do Gráfico 2. Primeira: que a expansão comunista, nestes anos de "paz agressiva", ou de "guerra fria", tem seguido à norma recomendada por Sun Tzu (e citada com destaque por Liddell Hart, na sua obra "Strategy" — "As Grandes Guerras da História"), a saber: "O ideal, na Guerra, é quebrar a resistência do inimigo sem luta". Pelo menos, num combate direto, ostensivo, com as suas próprias forças... A segunda observação, é que o Autor limita incompreensivelmente o seu conceito de "países livres", e ao mesmo tempo inclui num só bloco, como "neutros", alguns países que não participam diretamente do grande conflito universal, mas que têm posição definida quanto ao mesmo. É o caso do Brasil, em que pese o lamentável período de política externa tortuosa, que por felicidade há um ano se encerrou — exatamente por sermos uma nação livre!

(17) Assim, a cama referida na 2^a advertência deve ser o conjunto colchão-roupa de cama... (Nota do Autor).

REPRESENTANTE!

1. Prestigie sua Revista, divulgando-a ao máximo em sua Unidade e estimulando novas assinaturas. O valor de A DEFESA NACIONAL é muito superior ao de sua assinatura. Ela contém matéria sempre de interesse para os Quadros do Exército. São 51 anos a serviço da cultura militar.

2. FAÇA A REVISTA CAMINHAR. Caso um assinante tenha sido transferido, encaminhe seu exemplar diretamente a él e comunique-nos o novo endereço, para a devida alteração em nosso fichário. Evitará, assim, que o assinante transferido receba sua Revista com grande atraso, ou mesmo não a receba, e poupará trabalho à nossa reduzida Seção de Expedição.

3. Verifique na Tesouraria de sua Unidade:

- a) Se há assinante em débito com a Revista;
- b) Se o pagamento das assinaturas está sendo feito em dia;
- c) Se o desconto mínimo em fôlha está sendo de Cr\$ 200;
- d) Se as quantias destinadas ao pagamento das assinaturas estão sendo remetidas pelo correio em vale postal ou valor declarado e pelo Banco do Brasil com a declaração de pagável na Agência Central do Banco do Brasil, Estado da Guanabara;
- e) Se as despesas de remessa do valor das assinaturas estão correndo, como devem, por conta do assinante e não por conta da Revista. Nossa preço já é muito baixo para que a Revista possa suportar mais esse ônus.

4. Finalmente, estimule os jovens oficiais para que remetam seus trabalhos de natureza profissional. Poderão servir de valioso subsídio aos Quadros do Exército.

A DIRETORIA

GRUPO DE COMBATE NA OFENSIVA E NA DEFENSIVA

3º Sgt ADOLPHO AVOGLIO HECAT
Instrutor do TG 35

No Editorial do N. 599 — Mar/Abr 64, apelamos para os nossos leitores, pedindo colaborações. É com prazer que registramos ter sido ouvido nosso apelo. Ao publicarmos o presente trabalho, consignamos nossos agradecimentos ao 3º Sgt HECHT que tão prontamente respondeu ao nosso chamamento — o que bem demonstra sua dedicação e zélo pela Revista. — A Redação.

OFENSIVA

O GC NA MARCHA DE APROXIMAÇÃO

A — MARCHA PARA O COMBATE

1 — Generalidades

O GC geralmente marcha enquadrado no Pel, por ocasião da aproximação para o contacto e posterior combate.

É comumente adotada a formação em coluna por dois, uma coluna de cada lado da estrada, pois é a que mais permite velocidade e controle.

2 — Definição

A marcha para o combate é o movimento terrestre executado em campanha, antes do combate, com a finalidade de estabelecer contacto com o inimigo.

3 — Classificação das marchas para o combate

- a) Descoberta — quando pouca ou nenhuma segurança é provida à fração ou Unidade que marcha para o combate.
- b) Coberta — quando a fração ou Unidade desloca-se atrás de forças amigas ou de segurança. Normalmente para reforços ou substituição.

4 — Fases da marcha para o combate

Compreende em geral 3 fases:

- a) Primeira fase (Contacto remoto), quando a ação do inimigo terrestre é remota, quase impossível.
- b) Segunda fase (Contacto pouco provável), quando a ação do inimigo é pouco provável, porém não deixa de ser até certo ponto aceitável (inimigo terrestre).

- c) Terceira fase (contacto iminente), quando a ação do inimigo terrestre é iminente e a tropa toma todas as medidas possíveis de segurança na sua aproximação.

Estas fases podem ou não seguir a seqüência indicada.

5 — Formações

- a) Coluna de marcha.

Durante a fase do contacto remoto (1^a fase) o movimento é feito em coluna de marcha. Geralmente deslocam-se por via férrea ou motorizada e termina quando o Cmt da Cia decide agrupar taticamente as Unidades ou frações.

- b) Coluna tática.

Durante a fase do contato pouco provável (2^a fase) o deslocamento é feito em coluna tática. Os elementos são grupados taticamente o que não acontece na formação em coluna de marcha, cujo deslocamento é feito mais ou menos à vontade.

É feito a pé ou motorizada e os elementos de apoio (Petrechos) deslocam-se com os fuzileiros. Termina com o contacto iminente ou quando a Cia ocupa uma Zona de Reunião (ZReu).

- c) Marcha de aproximação.

Durante a fase do contacto iminente (3^a fase) o movimento é feito na formação de marcha de aproximação. Cada elemento desenvolve-se tomando um dispositivo de combate indicado para o terreno e situação, assim como sua força de cobertura e do dispositivo e efetivo do inimigo.

Ao ser estabelecido o contacto com o inimigo ou ocupada uma posição de ataque termina a marcha de aproximação.

6 — Contrôle

O contrôle da Cia durante a marcha para o combate depende principalmente das comunicações. Os objetivos de marcha (elevações, bifurações, entroncamentos e cruzamentos de estradas, cursos de água, etc....) e as linhas sucessivas a atingir (linhas perpendiculares à direção de marcha), auxiliam grandemente o Cmt no contrôle de sua Unidade ou fração.

7 — Dispositivos

Quando o Pel entra na marcha de aproximação o GC marcha integrado com êle.

Os dispositivos usados pelo GC nesta fase do combate (marcha de aproximação) e no ataque são:

Em coluna, em cunha e em linha.

- a) *Em coluna*, formação indicada para o deslocamento sob nevoeiro, fumaça, escuridão, caminhos estreitos, pontes, desfiladeiros e quando o contrôle é fator preponderante.
- b) Em cunha, formação indicada quando a situação exige presteza para ação em qualquer direção, principalmente quando o GC

age isolado ou como elemento de 1º escalão do Pel. Usada também através campos quando o contacto com o inimigo é iminente.

- c) Em linha, formação inicial para o combate, depois de ter sido tomado contacto com o inimigo e para o assalto.
Usada ainda para a transposição de estradas, cristas e pequenos cursos de água onde a presença do inimigo é certa.
Nos três dispositivos acima a observação, ação imediata, flexibilidade, dispersão se completam e são realizadas com facilidade.

8 — Transposição de zonas batidas por fogos longínquos

Quando o inimigo bate o terreno com fogos longínquos de Mtr ou de Artilharia o GC se dispersa e lança-se através dessa zona batida, transpondo-a de um só lanço.

O Cmt do GC guia o seu grupo através da zona perigosa e reorganiza-o logo após a transposição.

9 — Segurança

A segurança é feita no grupo através de dispositivos convenientes, pela observação e dispersão. Muitas vezes faz-se necessário o reconhecimento de pontos perigosos, determinando-se, para isso, que alguns homens se desloquem até êsses pontos.

10 — Ação quando o contacto é estabelecido

Quando o GC da ponta recebe fogos, os fuzileiros imediatamente ocupam posições de tiro e respondem ao fogo. É empregado o FM, fogos dos fuzis ou mosquetões e muitas vezes neutraliza-se a resistência inimiga apenas com essas armas.

Quando a resistência inimiga não puder ser vencida rapidamente o Cmt do GC agirá empregando fogo e movimento para obter superioridade de fogos.

O Cmt do Pel pode empregar êsse GC em ataque frontal (de frente) enquanto manobra com o restante do Pel (envolvimento pelos flancos e retaguarda ou apenas desbordamento).

B — O GC (GENERALIDADES)

1 — Organização

O GC compõem-se de:

- Sgt Cmt do GC (normalmente 3º Sgt);
- Cabo auxiliar;
- Esquadra de tiro (atirador e auxiliar do atirador);
- Esquadra de fuzileiros (1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º fuzileiros).

2 — Atribuições de cada elemento do GC

- a) Cmt do GC: responsável pela disciplina, instrução, controle e conduta do grupo, material e armamento distribuído a sua fração.
- b) Cabo auxiliar: subordinado diretamente ao Cmt do GC e seu substituto eventual. Quando o Cmt acha-se à testa de determi-

nada esquadra (tiro ou fuzileiros) êle (cabo) deve fiscalizar e controlar a outra, porém normalmente controla a esquadra de tiro. É responsável pela observação e segurança da retaguarda do GC e, quando necessário, age como granadeiro anticarro.

- c) Atirador: transporta e aciona o FM sobre os alvos inimigos que achar necessário no momento.
- d) Auxiliar do atirador: alimenta o FM e transporta a munição para o mesmo e ainda substitui eventualmente o atirador.
- e) 1º e 2º Fuzileiros: além de sua função em combate agem como esclarecedores (batedores) principalmente quando o GC está atuando como ponta de vanguarda.
- f) 3º e 4º fuzileiros: além de suas funções em combate, agem nos momentos oportunos como granadeiros anticarros.
- g) 5º e 6º fuzileiros: igualmente como os 1º, 2º 3º e 4º fuzileiros, podem ser empregados no remuniciamento tanto dos elementos de fuzileiros como da esquadra de tiro.

Cada elemento do GC deve estar em condições de substituir todo e qualquer colega do grupo, seja qual for a sua função.

3 — Disciplina de fogo

É obtida pela utilização adequada do armamento, destreza no manejo do mesmo, no fazer pontaria, acionar o gatilho, bem como atenção e cumprimento às ordens do Cmt do GC.

4 — Distribuição do fogo

- a) Cada homem executa o primeiro tiro sobre o objetivo que fica à sua frente, a seguir seu fogo é distribuído à direita e à esquerda do objetivo, procurando acomodar-se de maneira que, a cada tiro não precise mudar de posição.
- b) O atirador distribui seus fogos sobre todo o objetivo ou os setores que auxilie ao máximo a progressão dos elementos de seu GC.
- c) O Cmt do GC distribui os fogos de sua fração de modo que todo o objetivo seja batido. Se aparecerem novos objetivos, êle modifica a distribuição do fogo, como melhor lhe parecer.
- d) Todos os homens devem ser instruídos na avaliação de distâncias o que permite ao GC desencadear fogos precisos e com o máximo de surpresa.

5 — Fogo e movimento

A Infantaria combate pelo fogo e movimento. Um elemento atira, enquanto o outro avança sob a proteção dêsse fogo, aproveitando ao máximo os abrigos existentes. Pode-se usar uma esquadra fixando o inimigo enquanto a outra desloca-se até uma nova posição.

6 — Remuniciamento

Cada componente do GC transporta consigo um suprimento inicial de munição para sua arma individual. As granadas de mão e um reforço de munição serão distribuídos, se preciso.

O auxiliar do atirador (podendo ser utilizado também o 6º Fzo) levam munição para o FM (Fuzil Metralhador).

7 — Defesa anticarro

- a) A Cia Fzo (da qual é integrante o GC) defende-se contra os ataques de CC pela utilização de obstáculos naturais (cursos d'água, florestas, troncos abatidos, etc...) e o emprego de fogos para imobilizá-lo ou destruí-lo. As armas AC da Cia Fzo são:
— Lança-rojões (bazooka), e granadas de fuzil AC.

Podem ser usadas Minas e o CAC de 57 mm (fornecidos pelo escalão superior). Porém o alerta oportuno é a principal arma contra o ataque de CC.

- b) Existem dois tipos de defesa contra CC, a passiva e a ativa.

Defesa **Passiva** contra CC é feita com a utilização de obstáculos naturais: — cursos d'água, troncos tombados, árvores, pedras de grande tamanho, terreno pantanoso, etc...

Defesa **Ativa** é feita com o revide por intermédio de armas fabricadas para esse fim: — Fuzil Metralhador (FM), Granadas AC, Lança-rojões, Minas AC, CAC, Fuzis ou mosquetões, etc...

Quando os CC inimigos são acompanhados de sua Infantaria, os fogos da Cia Fzo são dirigidos contra êsses elementos; em caso contrário (quando não há acompanhamento de infantaria) êsses fogos serão dirigidos contra as aberturas dos carros destinadas a observação e tiro.

Na luta contra CC o essencial é imobilizá-lo. A destruição será feita posteriormente conforme determinação ou necessidade.

C — PREPARATIVOS PARA O ATAQUE

1 — Generalidades

Antes do ataque, o GC pára em uma zona coberta e escolhida pelo Cmt do Pel, sendo quase sempre a ZReu da Cia ou Batalhão.

O Cmt do grupo dispersa seus homens para que ocupem as cobertas e abrigos naturais, protegendo-se contra a observação aérea, terrestre e contra o fogo inimigo, se necessário cavam abrigos para um homem deitado. Verifica ainda o Cmt do GC as condições de sua fração, armamento, munição, ração, etc...

2 — Ordem de ataque do Cmt do Pel

O Cmt do Pel determina se o GC ficará no escalão de ataque ou de reserva. Se o GC ficar no ataque, deslocará com seus Cmt de GC até um Pôsto de Observação onde dará a sua ordem e mostrará os acidentes importantes do terreno.

A ordem do Cmt do Pel, consta de:

- a) Informações relativas ao inimigo (efetivo, dispositivo, etc);
- b) Informações sobre as forças amigas (apoio, vizinhos, etc.);

- c) Objetivo do Pel (inclusive dos elementos vizinhos e da Cia);
- d) Linha de partida (LP) do GC (inclusive dos demais GC);
- e) Frente de ataque (inclusive a do Pel);
- f) Hora ou sinal de ataque;
- g) Dispositivos e direção de ataque;
- h) Instruções para a reorganização no objetivo conquistado;
- i) Instruções especiais aos grupos de caçadores;
- j) Local do Pôsto de Socorro do Btl (PS) e remuniciamento;
- k) Instruções sobre o emprêgo de comunicações, sinais convencionados, local do Cmt do Pel e do PC da Cia.

O Cmt do Pel certifica-se de que todos os Cmt de GC compreenderam a ordem.

3 — Normas de comando

Enquanto o GC estiver na ZReu ou deslocando-se para o ataque o Cmt desloca-se até a frente para receber a ordem de ataque do Cmt do Pel. Após recebê-la, faz seu reconhecimento, dando particular atenção ao itinerário para a LP (linha de partida), posições para seu FM e posições inimigas conhecidas ou suspeitas.

4 — Processo de ataque

a) Fase do ataque.

Em geral consta de duas partes o ataque: — a primeira (1^a), progressão da LP até a posição de Assalto e a segunda (2^a), desta última até o objetivo.

— **Linha de Partida**, região onde tem início o ataque, podendo ser uma estrada, pequeno curso d'água, crista de uma elevação, orla de um bosque ou qualquer outro acidente de terreno. O GC transpõe a LP enquadrado no Pel.

— **Objetivo**, pode ser um acidente ou regiões do terreno.

A distância da LP ao objetivo varia de 300 a 1000 metros, levando sempre em consideração vários fatores, tais como: — terreno oferecendo ou não bons abrigos ou cobertas, dispositivo e efetivo do inimigo, armas empregadas pela defesa inimiga, capacidade de apoio de nossas armas, etc...

— **Posição de Assalto**, localizada entre a LP e o objetivo.

A distância da posição de assalto até ao objeto varia de 100 a 150 metros dependendo da menor distância que o GC possa aproximar dos fogos de apoio sem sofrer baixas causadas por êsses fogos. Os fogos de apoio serão suspensos quando o escalão de ataque atingir essa posição (posição de assalto).

Se não houver fogos de apoio, o assalto será determinado pelo Cmt do GC mediante sinal ou mediante o atingimento de certo ponto do terreno.

Essa posição (assalto) pode ficar à frente ou nos flancos, raramente atrás, do objetivo.

É escolhida levando em consideração a situação do inimigo, existência de itinerários (estradas, caminhos) de marcha ou acesso cobertos e abrigados, nas proximidades do inimigo.

b) O GC no ataque enquadrado no Pelotão.

Na maior parte das vezes, atua o GC integrado no Pel, e com isso, progride dentro do dispositivo do Pel. Sempre que possível o GC progride com seus próprios meios até a Posição de Assalto onde é reunido para o lançamento final. Se o ataque fôr frontal (frente) progredirá usando fogo e movimento, para proteger o avanço do resto do Pel.

c) O GC no Ataque agindo isoladamente.

O GC pode executar um ataque frontal, utilizando fogo e movimento, atuando como patrulha de combate ou ponta de vanguarda. Neste ataque parte do GC fixa ou cega o inimigo frontalmente (de frente) enquanto o restante procura atacar pelo flanco ou por trás. Porém, como o GC em combate raramente está com seu efetivo completo, torna-se quase ineficaz tanto o ataque frontal como o de manobra.

5 — Local e atribuições do Cmt do GC

a) Durante o ataque o Cmt do GC não tem local fixo e sua principal atribuição é conduzir sua fração na progressão e no desencadeamento de fogos eficazes sobre o inimigo.

Atira sómente em caso de emergência ou quando verificar que o concurso de seu fogo ou exemplo sobrepuja a necessidade de controlar o GC.

b) Poderá encarregar o controle de parte do GC ao Cabo-Auxiliar. Além, disso, o Cmt do GC também:

- Dirige o fogo de sua GC sobre as posições inimigas conhecidas ou suspeitas.
- Prevê novas posições de tiro.
- procura e determina posições para seu FM.
- Mantém ligação com o Cmt do Pel e com os elementos vizinhos. Pode dar essa missão ao cabo-auxiliar.
- Conservar os seus homens dispersos, evitando contudo prejudicar o controle.
- Atacar por iniciativa própria quando necessário.
- Resiste pelo fogo aos ataques de surpresa nos flancos.
- Juntar-se às tropas mais próximas, caso seu grupo se desgarre do Pel, passando, então a receber ordem do Cmt dessa tropa. Na 1^a oportunidade reúne-se ao Pel.

6 — Local e atribuições do cabo auxiliar

O cabo-auxiliar como o Cmt do GC não tem local fixo.

Deve colocar-se onde melhor possa auxiliar o Cmt do GC.

Auxilia seu Cmt na fiscalização, contrôle, disciplina de fogos, remuniciamento, ligação com o Cmt do Pel e é o substituto eventual no Comando do Grupo.

7 — Atribuições dos componentes do GC

- a) Atirador, auxiliar do atirador (e muitas vezes quando necessário o 6º fzo) trabalham com a equipe de tiro.

O atirador escolhe a posição exata do FM, onde possa bater melhor o objetivo. O auxiliar do atirador tem a função de alimentar e transportar a munição necessária ao FM (pode ser auxiliado pelo 6º fzo).

- b) Fuzileiros (1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º) progridem de acordo com as ordens do Cmt do grupo. Avançam empregando o fogo e o movimento. O caçador (atirador de escol) do grupo atua como fuzileiro, salvo quando recebe missão especial, que geralmente é dada pelo Cmt da Cia.

8 — Ordens do Cmt do GC

O Cmt do GC dá sua ordem de ataque a todos os componentes do grupo, devem ser claras e precisas e compreende: —

- a) Informações sobre as forças inimigas;
- b) Missão do GC;
- c) Atribuições dos homens do GC (além das já normais);
- d) Pormenores administrativos (PS do Btl e remuniciamento);
- e) Sinais convencionados;
- f) Localização do Cmt do GC e do Pel.

D — O ATAQUE

1 — Transposição da linha de partida (LP)

O GC enquadrado no Pel desloca-se da Posição de Ataque até a Linha de Partida. A um sinal convencionado todo o GC transpõe a LP na formação adequada para a ação.

2 — Conduta do ataque

Após a transposição da LP o grupo progride até a Posição de Assalto o mais rápido possível e na formação que for menos vulnerável aos fogos inimigos e se adapte melhor ao terreno. As paradas desnecessárias devem ser evitadas.

- a) Utilização Máxima dos fogos de apoio.

Quando enquadrado no Pel, o grupo é apoiado por densos fogos de elementos superiores. Aproveitando êsses fogos, o GC pode progredir até a Posição de Assalto muitas vezes com pou-

cas ou nenhuma baixa. As paradas desnecessárias dão ao inimigo o tempo necessário para se refazer da desorientação causada pelos fogos de apoio.

b) Aproveitamento das Cobertas e Abrigos.

O itinerário de progressão da LP para a Posição de Assalto é usualmente prescrita pelo Cmt do Pel. Contudo o GC deverá aproveitar ao máximo êstes acidentes que proporcionam grande eficácia contra os fogos inimigos. Mesmo em terreno descoberto (limpo), o homem bem instruído pode descobrir e utilizar abrigos como seja pequenas depressões ou dobras do terreno.

c) Fogo Inimigo.

As concentrações de Mrt e de Artilharia e os fogos longínquos de Mtr, muitas vezes podem ser contornados.

As concentrações as vezes são tão pequenas que o grupo pode ultrapassá-las com rapidez sem desviar-se muito do itinerário de progressão.

Em muitas ocasiões êsses fogos não podem ser neutralizados ou contornados, o que obriga o grupo a deter-se e abrigar-se até que os fogos de apoio ou ação de elementos vizinhos permitam o reinício da progressão.

Contudo o Cmt do grupo não o detém quando recebe fogos indiretos pouco densos ou longínquos.

Deve ter em mente que um rápido movimento dentro dessa zona (perigosa) acarreta menos baixas que momentos de incerteza e indecisão.

d) Fogo e Movimento.

As vezes o grupo recebe fogos inimigos diretos a curta distância antes de atingir a Posição de Assalto e a alternativa é dirigir a massa dos fogos do FM, granadas e mosquetões ou fuzis tentando cegá-los ou neutralizá-los.

A potência de fogo do GC, muitas vezes vence ou revela a posição inimiga.

Quando a imediata potência máxima de fogos não consegue destruir o inimigo, o GC deve progredir combinando fogo com o movimento. O Cmt tentará obter a supremacia de fogos e o FM é de grande importância para produzir o efeito desejado. Serão usados fogos de apoio ou outras Unidades e enquanto isso o grupo irá à frente atirando e progredindo, com o Cmt do GC e o Cb auxiliar na coordenação de cada esquadra.

e) Aproveitamento de qualquer descuido do inimigo.

O Cmt do GC procura aproveitar qualquer descuido do inimigo.

Tal falha, freqüentemente, resulta do sucesso alcançado por um elemento amigo vizinho o qual passará a ser alvo dos fogos densos das armas inimigas. O Cmt do grupo detido aproveita o desvio da atenção do inimigo para reiniciar sua progressão.

3 — Assalto

a) Fase final do Ataque e o Assalto.

O GC quando atinge a posição de Assalto tem seus fogos de apoio suspensos, e os homens se lançam rápida e agressivamente sobre o objetivo, desencadeando os fogos de assalto, até que ele seja conquistado.

b) O GC toma um Dispositivo em Linha.

Os fuzileiros e a esquadra de tiro fazem fogo. O auxiliar do atirador não atira, porém auxilia o atirador no remuniciamento e alimentação do FM. O Cmt do GC e o Cb-auxiliar raramente atiram, colocando-se em situação que assegurem a continuidade de fogos e mantêm os homens em linha.

4 — Fogos de assalto

a) São fogos violentos e densos desencadeados pelos elementos de assalto quando chegam a pequena distância do inimigo. Atiram com a arma apoiada nos quadris ou no cavado do ombro, mantendo o fogo na direção geral do avanço e visando pequenas dobras do terreno, moitas, árvores ou pontos em que possam ocultar um adversário. Deve haver supremacia de fogos e para isso é necessário rapidez, no entanto coordenar a rapidez com a precisão. Nunca prejudicar a precisão, pois mais vale um tiro bem dado no alvo do que 4 ou 5 longe ou por cima. O combatente procurará dar de 2 a 3 tiros para cada passo.

b) Os fogos de assalto caracterizam-se mais pela violência e densidade do que propriamente pela precisão, porém, devemos primar por esta última.

A finalidade não é só matar ou ferir os inimigos e também atemorizá-lo e desmoralizá-lo, fazendo com que eles fiquem no fundo de suas tocas.

c) O GC não se detém na orla anterior do objetivo, porém, dirige-se com rapidez a orla posterior do mesmo ou para a parte do alvo que lhe fôr designado. Não se deve dar tempo ao inimigo para refazer-se do ímpeto do assalto.

5 — Reorganização

Após a conquista do objetivo, os homens ocupam posições para repelir eventuais contra-ataques inimigos. O GC defende parte do objetivo do Pel que lhe fôr designado.

O Cmt do grupo verifica e providencia: —

- a) Situação de sua fração quanto às baixas (mortos e feridos);
- b) Estado do armamento;
- c) Munição disponível, e redistribui;
- d) Substituição necessária (aos mortos e feridos);

- e) Informa ao Cmt do Pel seu efetivo e necessidades em armas, munição, homens, etc...;
- f) Faz um rápido reconhecimento à frente e dá ordem para prosseguir o ataque se fôr o caso.

6 — Patrulha de segurança de flancos

Durante o ataque o GC pode receber a missão de patrulhar os flancos, executada esta, reúne-se ao Pelotão.

7 — Destacamento de ligação

Elemento destacado para manter ligação entre duas fôrças.

Principal missão: — Informar ao comando que o destacou a localização e situação do elemento a ser ligado.

Missão secundária: — Informar ao elemento ligado a situação da tropa que o destacou, tapar brechas entre as Unidades que o destacou e vizinhas e ainda impedir a infiltração inimiga.

Deve informar imediatamente quando a Unidade a ligar atrasar-se ou fôr perdida a ligação. O GC poderá agir ainda quando perdido o contato com a Unidade a ligar, como patrulha de segurança dos flancos. Caso contrário (quando estiver ligando) só abre fogo em defesa própria ou para dar alerta de um ataque de flanco.

8 — Grupo reserva

- a) Antes do ataque o Cmt do GC reserva notifica seus homens da missão do Pel, e no decorrer do ataque mantém-no em condições de ser empregado, porém, sem misturá-lo com os grupos de escalão de ataque.
- b) Quando recebe ordem de atacar o flanco de uma posição inimiga, o Cmt deve deslocar sua fração de maneira que o assalto e os fogos sejam de surpresa.
- c) Quando recebe ordem de reforçar o escalão de ataque, o Cmt assinala a seus homens as posições inimigas e a linha a ser reforçada, deslocando o grupo no dispositivo que melhor se adapte ao terreno e ao fogo inimigo.

DEFENSIVA — GC

1 — Generalidades

O GC é empregado como parte de um Pel Fzo na organização e defesa de uma zona. O Cmt do Pel coordena o emprêgo de seus grupos entre si e na ordem de defesa define: —

- a) As zonas exatas dos GC;
- b) O traçado geral linha a ser ocupada pelo Pel;
- c) Setores de tiro;
- d) Direção principal de tiro do FM de cada grupo.

2 — Missão

A missão do GC como parte de um Pel de primeiro escalão é defender pelo fogo e combate aproximado (quando necessário) a parte do núcleo de defesa do Pel que lhe foi atribuída.

O grupo com apoio de outros elementos detém o inimigo pelo fogo à frente da LPR (linha principal de resistência).

LPR serve como limite ao avanço inimigo, onde todas armas e meios serão empregados para destruir, desorganizar ou deter a força atacante.

Quando necessário, o grupo ou parte dele desloca-se para as posições suplementares, a fim de proteger os flancos ou a retaguarda do Pel.

3 — Escolha e camuflagem de posições de tiro

- a) As zonas de posições — principal e de muda para o FM, são escolhidas pelo Cmt do Pel (o local exato é escolhido pelo Cmt do GC ou seu atirador) e devem bater a maior parte do setor de tiro do GC ou determinada via de acesso (estrada, ponte, encruzilhada, rio, etc...). São escolhidas posições suplementares nos casos em que a posição principal e de muda não podem bater os flancos e retaguarda.
- b) Os setores de tiro dos fuzileiros devem cobrir as do vizinho, isto é, haver entrelaçamento de fogos. Os intervalos entre as tocas individuais variam de 5 a 20 metros de conformidade com o terreno (coberto ou descoberto).

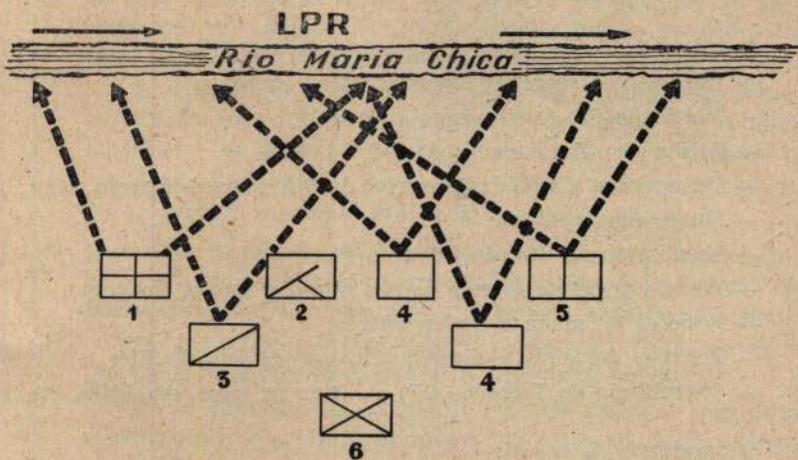
A escolha dos tipos de tocas é função de certos fatôres: —
 — moral da tropa;
 — campo de tiro;
 — efetivo do grupo.

Toca para dois homens proporciona observação contínua (revezamento entre os dois), eficaz (quando um estiver com a vista cansada é substituído) e ainda aumenta a moral dos homens, pois um companheiro ao lado nas duras horas é um estímulo a coragem.

NÚCLEO DE DEFESA DO GC

A seguir temos o esboço de um núcleo de defesa do GC, com os homens dispostos da seguinte maneira: —

- 1 — Arma automática (FM), atirador, aux-atirador e 6º Fzo.
- 2 — Posição de muda para a Arma Automática (FM).
- 3 — Cabo auxiliar e um fuzileiro.
- 4 — Toca para um fuzileiro.
- 5 — Toca para dois fuzileiros.
- 6 — Cmt do GC.



c) **Ocultação:** — As posições de tiro (inclusive as de muda e suplementares) precisam ser ocultas e disfarçadas pelos homens que a ocupam. As seguintes medidas devem ser tomadas para facilitar a ocultação: —

- Permanecer na sombra sempre que possível;
- Utilizar galhos e fôlhas para modificar a silhueta dos homens armas e equipamentos;
- Modificar o colorido das superfícies dando-lhes as tonalidades do ambiente;
- Ocultar todos os objetos claros e brilhantes. Escurecer a face e as mãos para evitar que sejam vistas pelos caçadores inimigos;
- Ocultar a terra retirada nos trabalhos de construção de tocas e espaldões. Modificar o contorno das tocas e espaldões, camuflando-os com meios naturais.

Fazer observar sempre que possível uma rigorosa disciplina de disfarce, dispensando especial consideração com o seguinte: —

- Utilizar sempre que possível caminhos e estradas existentes. E ainda se possível movimentar-se através de campos;
- A terra fresca e refugos (latas de conserva, maços de cigarros, papéis, etc...) devem ser enterrados ou escondidos;
- O aspecto geral do terreno não deve ser modificado.

4 — Ordem de defesa do GC

A ordem de defesa do grupo consiste no seguinte: —

- Informações sobre as forças amigas e inimigas;
- Missão do GC (assim como a do Pel);
- Atribuições dos homens do GC;
- Pormenores administrativos (PS do Btl, remuniciamento, etc...);
- Sinais convencionais;
- Localização do Cmt do GC e do Pel;
- Posição principal e setor de tiro de cada homem do grupo;
- Posições de muda e suplementares;
- Posições de muda e direção principal de tiro do FM;
- Organização do Terreno (OT) — (tipo de tocas, espaldões, etc...).

5 — Organização da posição

Após a ordem de defesa o Cmt do GC desloca seus homens para suas posições de tiro, o FM é instalado com um vigia e inicia-se a organização do terreno, ficando responsável pela: —

- Fiscalização e limpeza dos campos de tiro do grupo;
- Localização do suprimento inicial de munição e escolha de itinerário para remuniciamento e suprimentos;
- Preparação de roteiros de tiro, avaliação de distâncias, etc.;
- Escolha de uma posição onde possa observar a sua frente, controlar o GC e manter ligação com o Cmt do Pel;
- Escolha e fiscalização da preparação das posições de muda e suplementares;
- Inspeção nos abrigos e cobertas dos homens e das armas para verificar se estão cobertos da observação aérea e terrestre do inimigo;
- Preparação de croqui do setor de tiro do grupo, em dupla via. Uma guarda consigo e a outra envia ao Cmt do Pel.

6 — Conduta da defesa

- a) O início dos tiros das armas do grupo é contida até que o inimigo chegue ao alcance útil do fuzil ou mosquetão (500 m) ou atinja um determinado acidente do terreno.

Isso facilita o máximo de surpresa e evita a revelação prematura da posição de resistência.

- b) Na defensiva a principal atribuição do Cmt do GC é controlar o tiro de sua fração. O Cabo-auxiliar combate como fuzileiro e como granadeiro, além de cooperar no controle do grupo.

- c) Os homens do grupo abrem fogo sobre o inimigo que se aproxima mediante ordem do Cmt do GC, do Pel ou quando o inimigo atinge determinado ponto do terreno.

A medida que o inimigo se aproxima o regime de fogo é aumentado para infligir-lhe o máximo de baixas. Se o inimigo penetra na posição será repelido com baioneta e granadas.

O núcleo de defesa deve ser mantido a todo custo e o grupo só retrairá mediante ordem do escalão superior.

- d) Quando a força atacante é composta de CC e de elementos a pé, o objetivo principal das armas do grupo, com exceção dos fuzis com bocais, é a tropa a pé e os homens expostos nos carros.

Os granadeiros atiram contra os carros. Todos os esforços são empregados para separar os carros da tropa a pé.

Ao se aproximarem os carros, a defesa abriga-se para evitar o esmagamento, porém logo após a sua passagem volta a atirar.

7 — Segurança

Em qualquer tipo de defensiva, a segurança deve ser mantida, e o GC pode constituir o próprio elemento de defesa ou fazer parte de uma força de segurança de um escalão superior.

O grupo pode ter a seu cargo uma ou mais das seguintes missões:

- a) **Pôsto de Vigia** consiste em um ou dois homens postados de maneira a dar o alerta em tempo útil de um ataque inimigo de Infantaria, carros ou aviões.

Devem oferecer o máximo de observação, abrigos e cobertas e bons itinerários de retraimento aos vigias.

Os vigias não se engajam em combate aproximado e devem estar munidos de meios de comunicações para que possam alertar a tropa.

- b) **Pôsto de Escuta** compõe-se de 2 a 4 homens e são empregados quando a visibilidade é precária, para alertar a tropa em tempo oportuno, de um ataque inimigo. Os homens devem ser substituídos freqüentemente para evitar o cansaço ou então colocar vigias duplas, para evitar a surpresa.

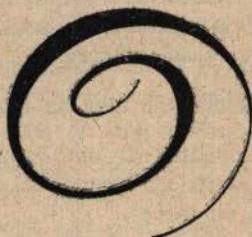
Devem vigiar as vias de acesso do inimigo, devem estar abrigados, cobertos e ter bons caminhos de retraimento.

- c) **Pôsto de Vigilância** é instalado por um pôsto avançado, com a finalidade de retardar, desorganizar e dar o alerta da aproximação do inimigo. Seu efetivo varia de meio GC até um Pel Fzo com armas de apoio à sua disposição. Constroem tocas, a posição é disfarçada e são escolhidos itinerários de retraimen-

to. O pôsto de vigilância por sua vez lança postos de vigias, escuta e patrulhas para sua segurança e informações.

Quase sempre, os postos de Vigilância retraem-se antes de se engajar no combate aproximado.

- d) **Patrulhas de Ligação** são compostas de 2 ou 3 homens com a missão de vigiar os intervalos e manter a ligação entre os elementos de segurança fixos (postos de escuta, vigias, vigilância). Atuam da direita para a esquerda, a horas irregulares, por itinerários diferentes a fim de evitar que o inimigo descubra o sistema de patrulhas e possa interceptá-las com emboscadas.



VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para **A DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

MARECHAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

(Memórias)

Pelo Gen-Bda R/I FELICISSIMO DE AZEVEDO AVELINE

Sob o título "Memórias de um Soldado Legalista", acaba a Imprensa do Exército de dar à publicidade o Tomo III, das "Memórias" do Marechal Estêvão Leitão de Carvalho.

Num bem cuidado volume de mais de quatrocentas páginas, descreve o autor largo período de sua movimentada e agitada vida, que vai de dezembro de 1926, quando regressou da Europa, onde, em Genebra, representara o Brasil na Conferência do Desarmamento, até deixar o comando da Terceira Região Militar, sediada em Pôrto Alegre, a 5 de março de 1942, quando novas e mais pesadas tarefas assumiu, face às necessidades da política internacional, empenhada na coragem da última guerra mundial, e para a qual, como não podia deixar de ser, foi o Brasil arrastado, em defesa do Direito e da Liberdade da Humanidade.

Quem, como nós, teve o privilégio de servir sob o comando de Leitão de Carvalho, no Oitavo Regimento de Infantaria, em Passo Fundo, na Nona Brigada de Infantaria, em Curitiba, e durante todo o seu inigualável comando na Terceira Região Militar, pode testemunhar as lutas dêsse eminente Chefe em prol da grandeza do Exército, e do alevantamento moral e profissional da Tropa do Rio Grande do Sul, e deverá ter grande e inenarrável satisfação, como eu o sinto, ao relembrar a brilhante atuação de Leitão de Carvalho durante seu comando nessas Unidades do Exército.

A nosso modesto e despretnoso modo de encarar as coisas do Exército em geral, julgamos que, com a publicação de suas "Memórias", prestou o Marechal Leitão de Carvalho mais um excepcional

serviço ao Exército e ao Brasil, tal a soma de preciosos e incomuns ensinamentos cívicos, morais e profissionais que proporciona sua leitura não só aos jovens que se dedicam ao serviço do Brasil na carreira das armas e, particularmente do Exército, mas ainda a toda a juventude que, em qualquer ramo da atividade humana, desejar cumprir seus deveres para com a nossa pátria, hoje, como outrora, sempre ávida da ação patriótica e desassombrada de seus filhos.

Na vida e na ação de Leitão de Carvalho, como soldado na Tropa, e nas grandes decisões da história, onde se exige a um chefe capacidade e caráter, tem os moços militares de hoje um roteiro seguro, digno e brilhante a seguir.

Como todo chefe de valor, sofreu Leitão de Carvalho os efeitos da inveja da sua capacidade militar e das suas qualidades invulgares de cidadão e patriota. Mas a todas as invectivas resistiu sobranceiro e digno, e, nas ocasiões do perigo, onde a capacidade e o valor são insubstituíveis, lá estêve ele sempre pronto a atender ao chamado do Brasil, surdo às manifestações da inveja, e altivo no seu ânimo, de bem servir ao Exército e à Nação.

Oxalá aproveite a mocidade brasileira, máxime a militar, os ensinamentos da vida de Leitão de Carvalho, tão bem relatada em suas "Memórias", para torná-las como diretrizes úteis e imprescindíveis àqueles que tiverem no futuro de exercer encargos análogos aos desempenhados pelo grande chefe, na sua longa e proveitosa atuação a serviço do Exército e do Brasil.

Nas "Memórias de um Soldado Legalista" têm os militares do Brasil em geral, e particularmente os do Exército, seja os que mourem na Tropa, seja os que impessoalmente atuam nos Estados-Maiores, uma fonte de grandes ensinamentos.



LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **O Exército e a Revolução Democrática de 31 Mar 64** — Maj Aroldo José Machado da Veiga.
- **Algumas considerações sobre a reforma do Exército** — Ten-Cel Everaldo de Oliveira Reis.
- **Comando e Liderança** — Dr. Antonio Marques.
- **Havia perigo?** — Ten-Cel Walter Mesquita de Siqueira.
- **Rondon** — Dr. Henrique Pinto Magalhães.
- **Organização das Fôrças Armadas da República Federal Alemã** — Ten-Cel Osny Vasconcelos.
- **Computadores eletrônicos sentam praça... principalmente na Artilharia** — Maj Nelson Cibulares.
- **O problema do desajustamento** — Cap Luiz Paulo Macedo Carvalho.
- **Cavalos e Muares na II Grande Guerra** — Cel Estevão Corrêa Filho.
- **Uma tendência de hoje** — Maj Romero Lepesqueur Sobrinho.
- **Gen Renato Baptista Nunes** — Gen João Baptista de Mattos.



Preço dêste exemplar

Cr\$ 200

S M G
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1965